

LUMK VIVO.

.AUTORGANIZAÇÃO ANTIIMPERIALISTA.



Juanlu González «A guerra antiimperialista hoje: táticas de dominação e resistência» (p. 7) · Iñaki Gil de San Vicente «O anti-imperialismo como luta permanente: desafios históricos e atuais» (p. 21) · Henry Boisrolin «As origens do anti-imperialismo: teoria, prática e importância da América Latina e das Caraíbas» (p. 65) · Maurício Castro «Marx e as nações» (p. 77) · Christian Náder «Eclosão, apogeu e declínio do imperialismo norte-americano» (p. 83) · Laura Taffetanni Meninos e meninas soldados: uma construção social perigosa para os projetos revolucionários? (I)» (p. 127) · Max Lioce «Que fazer?» (p. 141) · Vicente da Veiga «Marx e Engels: fratura metabólica e imperialismo» (p. 151) · Miguel Rodríguez Carnota «Genocídio em três atos» (p. 173) · Kwame N'Krumah «Introdução a "Neocolonialismo - última fase do imperialismo"» (p. 181) · Daniel Seixo «América Latina perante o Imperialismo. Independência ou dependência renovada?» (p. 195)
[total: 204 páginas]

LUMÉ VIVÉ #0

AUTOORGANIZAÇÃO ANTIIMPERIALISTA

república.gal

Lume Vivo #0

Publicado 01-09-25

Diretor: Daniel Seixo

Realização: republical.gal

Este projeto germinou no seio do coletivo antiimperialistas.com, dirigido por Txema Sánchez; a ele e ao politburó expressamos o nosso mais sincero agradecimento pelo seu apoio incondicional.

A presente tradução e o trabalho editorial são património da comunidade e publicam-se sob licença Creative Commons Atribuição-PartilhaIgual-NãoComercial 4.0 Internacional (CC-BY-SA-NC). Esta licença, por exemplo, permite difundir cópias deste trabalho — incluindo versões modificadas — para a formação da militância, desde que se mantenha a mesma licença e não haja fins lucrativos.

Agradecemos a tua contribuição para a comunidade: se encontrares algum erro, sugestão de melhoria ou acrescento, podes enviá-lo para info@republica.gal

Este volume foi realizado integralmente com software livre.

<i>A guerra imperialista hoje: táticas de dominação e resistência</i>	
Juanlu González.....	7
<i>O anti-imperialismo como luta permanente: desafios históricos e atuais</i>	
Entrevistamos Iñaki Gil de San Vicente.....	21
<i>As origens do anti-imperialismo: teoria, práxis e importância da América Latina e das Caraíbas</i>	
Henry Boisrolin.....	65
<i>Marx e as nações</i>	
Maurício Castro.....	77
<i>Eclósão, apogeu e declínio do imperialismo norte-americano</i>	
Christian Nader.....	83
<i>Meninos e meninas soldados: uma construção social perigosa para os projetos revolucionários? (I)</i>	
Laura Taffetani.....	127
<i>Que fazer?</i>	
Entrevistamos Max Lioce.....	141
<i>Marx e Engels, fratura metabólica e imperialismo</i>	
Vicente da Veiga.....	151
<i>Genocídio em três atos</i>	
Miguel Rodríguez Carnota.....	173
<i>Introdução a «Neocolonialismo — último estágio do imperialismo»</i>	
Kwane N’Krumah.....	181
<i>América Latina perante o Imperialismo. Independência ou dependência renovada?</i>	
Daniel Seixo.....	195

A guerra imperialista hoje: táticas de dominação e resistência

Juanlu González

O termo imperialismo, no seu sentido comum, refere-se às ações de um Estado para expandir o seu domínio sobre outros Estados através do uso da força militar, da política, da economia ou da cultura. No campo da ciência política, no início do século XX, Lenine descreveu a natureza do imperialismo com base nas teses marxistas sobre a evolução do capitalismo por meio de processos de concentração progressiva do capital, o que fez do imperialismo um conceito com uma carga marcadamente economicista.

Do contraste ou confronto entre as visões informais e académicas emergem diversos mal-entendidos na análise política da realidade. Entre eles, encontra-se a popularização do conceito de «interimperialismos contemporâneos» que, embora possa soar apelativo em conversas de café, carece de rigor científico no campo da análise geopolítica. Aplicando a sistemática leninista, atualmente existe apenas um único império à escala global, e nem é preciso dizer qual é. O mero facto de uma nação aspirar à expansão territorial não a torna um império, da mesma forma que um Estado que procura resolver uma disputa territorial histórica com um vizinho não pode ser considerado imperialista. Como já foi referido, do ponto de vista académico, trata-se de uma questão mais económica do que política. Como disse Mayer Rothschild: *«Dai-me o controlo da moeda de um país, e não me importa quem faz as leis»*.

Onde ambos os enfoques coincidem é no uso da coação como método para impor o controlo sobre os Estados atacados por nações imperialistas. No entanto, a coação não é monolítica —abrange desde o

uso da força militar convencional até estratégias mais subtis e menos visíveis, empregues quando a transparência pode revelar-se contraproducente por suscitar reações populares contrárias, de cariz soberanista, frente à ação imperial. É neste contexto que surgem os conceitos de poder brando (*soft power*) e até de poder inteligente (*smart power*), este último cunhado por Suzanne Nossel, conselheira de Hillary Clinton no Departamento de Estado e, mais tarde, diretora de operações da Human Rights Watch e diretora-executiva da Amnesty International USA em 2012 e 2013. Para depois virem dizer que as ONG são um «contrapoder»...

Ainda que estes tipos de poder «modernos» procurem disfarçar o fator força perante a população que se pretende submeter, é inegável que o poder brando continua a ser uma forma de coação para alcançar um objetivo de dominação. O poder inteligente, promovido pela nossa pacifista e defensora dos direitos humanos, apresenta-se como uma combinação do poder brando com a ameaça latente do poder clássico nas relações internacionais —recorrendo-se a este último caso o primeiro não consiga cumprir os seus fins de forma expedita.

Táticas de dominação imperialista

1. Intervenções militares diretas

As intervenções militares diretas têm sido um instrumento recorrente na estratégia dos Estados Unidos para consolidar o seu poder e controlo ao longo do século passado. Estas ações implicam o uso explícito da força armada para invadir e ocupar territórios, com o objetivo de garantir o acesso a recursos, mercados ou posições geopolíticas estratégicas. Frequentemente, estas intervenções são justificadas com pretextos como a proteção dos interesses nacionais, a promoção da democracia, a defesa dos direitos humanos ou o combate ao terrorismo, embora as suas motivações estejam sempre ligadas à expansão económica e à exploração dos recursos e matérias-primas do país intervencionado.

Exemplos notáveis incluem a invasão do Afeganistão em 2001, a do Iraque em 2003, ou os inúmeros golpes de Estado apoiados pelos Estados Unidos na América Latina ao longo do século XX. Estas intervenções geram consequências devastadoras: conflitos prolongados, deslocamento massivo de populações, destruição de infraestruturas e imposição de governos dependentes de potências hegemónicas.

2. Intervenções militares encobertas e cooperação com elites locais corruptas

O império e os seus aliados aprenderam que as invasões diretas acarretam custos humanos, políticos e económicos extremamente elevados e prolongados. Por isso, recorrem cada vez mais a estratégias indiretas: organizam golpes de Estado, financiam grupos rebeldes ou paramilitares, treinam forças locais e, em vez de exércitos regulares, utilizam mercenários (eufemisticamente chamados «contratantes privados») e organizam operações encobertas.

Trata-se de estratégias subtis, mas eficazes de controlo imperialista, que evitam a ocupação aberta e optam por ações clandestinas. Estas operações visam desestabilizar governos independentes, facilitando a sua substituição por regimes fantoches. Um aliado fundamental neste processo são as elites locais corruptas, que, em troca de benefícios económicos ou políticos, colaboram com potências estrangeiras para perpetuar uma dependência que garanta o acesso a recursos estratégicos ou mercados.

O funcionamento deste mecanismo é fácil de compreender, razão pela qual costuma ser disfarçado com propaganda e palavreado vazio. Uma vez controlado o país, as multinacionais imperiais assinam acordos de extração de recursos naturais (hidrocarbonetos, lítio, terras raras...) a preços muito abaixo do mercado, destinando uma pequena parte dos lucros ao Estado colonizado e outra aos traidores colocados no poder a partir do exterior, que se mantêm pela força e repressão para assegurar o *status quo* colonial.

Um exemplo paradigmático são as revoluções coloridas no espaço pós-soviético, como a Revolução das Rosas na Geórgia (2003), a

Revolução Laranja na Ucrânia (2004 e 2013) ou a Revolução das Túlipas no Quirguistão (2005). Apesar de apresentadas como movimentos cidadãos pela democracia, contaram com instrução, direção, apoio financeiro e logístico de organizações ocidentais, com o objetivo de enfraquecer a influência russa e expandir a NATO e a UE. Mais recentemente, as Primaveras Árabes demonstraram como o *hegemon* imperial e os seus aliados organizaram protestos para impulsionar mudanças de regime em países como a Líbia ou a Síria, deixando atrás de si guerra, caos, migrações massivas, entre outros desastres.

3. As sanções económicas como arma de guerra

As sanções económicas, quando aplicadas unilateralmente e sem mandato da ONU, violam o direito internacional e tornam-se instrumentos de guerra encoberta. Sob a designação de «medidas coercivas unilaterais», potências como os Estados Unidos impõem bloqueios financeiros, restrições comerciais e congelamento de ativos com o objetivo de desestabilizar governos que desafiam a sua hegemonia. Atualmente, mais de 30 países são alvo deste tipo de práticas ilegais. De acordo com a Carta das Nações Unidas, apenas o Conselho de Segurança pode autorizar sanções coletivas; no entanto, Washington e os seus aliados utilizam-nas como ferramenta de chantagem, colocando os seus interesses geopolíticos acima da soberania nacional.

Um exemplo paradigmático é o embargo ao Iraque (1990-2003), que, segundo estudos publicados na revista *The Lancet* (2000 e 2006), provocou mais de 650 mil mortes infantis por desnutrição e doenças evitáveis, devido ao colapso na importação de alimentos e medicamentos. A antiga secretária de Estado Madeleine Albright admitiu, em 1996, que o custo humano «valeu a pena», revelando a hipocrisia de quem justifica estas medidas como «não violentas». Atualmente, sanções semelhantes afetam países como a Rússia, Venezuela, Irão, Cuba e Nicarágua, entre muitos outros. Estas sanções não atingem apenas os partidos no poder, mas também a saúde pública, a educação e as infraestruturas, convertendo-se em verdadeiras armas de destruição massiva não convencional.

O poder do dólar como moeda global reforça esta tática: ao controlar sistemas financeiros como o SWIFT, os Estados Unidos obrigam bancos e empresas de países neutros a cumprir as suas sanções sob ameaça de multas ou exclusão do seu mercado. Um exemplo disso foi o caso do banco francês BNP Paribas, multado em 2014 em 8,9 mil milhões de dólares por operar com países sancionados. Assim, as sanções não são apenas uma arma económica, mas também um mecanismo para perpetuar uma ordem global desigual, onde a hegemonia financeira se converte numa ferramenta de guerra silenciosa.

4. Dominação financeira e dependência económica

Vladimir Lenine já identificava a dominação financeira como um instrumento central do imperialismo contemporâneo. Através do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, estabelecem-se relações de dependência com países do Sul Global, que acedem a empréstimos sob condições rigorosas, normalmente associadas a políticas neoliberais: redução da despesa pública, privatização de serviços estratégicos e abertura comercial. Estas medidas comprometem a autonomia económica dos Estados e priorizam os interesses das potências e das corporações estrangeiras em detrimento do desenvolvimento local.

Um exemplo paradigmático desta dependência, ainda que protagonizado nesta ocasião pela França —uma das potências imperialistas subordinadas aos Estados Unidos é o Franco CFA (atualmente Franco XOF e XAF), moeda imposta em 14 países africanos francófonos. Controlado pelo Eliseu, este sistema obrigava esses países a depositar 50% das suas reservas no Tesouro francês, sem qualquer remuneração, mantendo assim as suas economias subordinadas de forma permanente à metrópole.

Outra forma de controlo é a imposição obrigatória do depósito das receitas provenientes de matérias-primas em bancos ocidentais. Após as sanções impostas a Moscovo pelo Ocidente, na sequência do início da guerra na Ucrânia, mais de 300 mil milhões de dólares em reservas russas foram congelados em instituições financeiras europeias e norte-

americanas, evidenciando como o sistema financeiro internacional pode ser utilizado como instrumento geopolítico. Neste momento, apenas os juros desses depósitos estão a ser apropriados, mas a intenção do Ocidente, manifestada por diversas vezes, é apropriar-se da totalidade do montante, supostamente para cobrir os custos da ajuda militar a Kiev ou futuras reconstruções.

Do mesmo modo, o depósito de ouro de países periféricos em bancos centrais estrangeiros simboliza esta dinâmica. O caso do ouro venezuelano retido ilegalmente pelo Banco de Inglaterra, apesar das resoluções judiciais internacionais, mostra como a soberania económica pode ser violada, mesmo no âmbito legal.

Em conjunto, estas práticas reforçam uma estrutura global desigual, onde os países do Sul são sistematicamente marginalizados no sistema financeiro mundial, enquanto as potências centrais utilizam mecanismos económicos como ferramentas de dominação.

5. Guerras culturais e hegemonia ideológica

O imperialismo não atua apenas nos domínios económico ou militar; também procura impor uma visão do mundo. Através dos meios de comunicação globais, redes sociais, indústria do entretenimento e sistemas educativos influenciados por ideologias ocidentais, promove-se um modelo cultural homogéneo que legitima a ordem vigente.

Esta guerra cultural visa a erosão das identidades locais, o fomento de valores individualistas e consumistas, e a apresentação como «modernos» dos modelos políticos e económicos promovidos pelos centros imperiais. As narrativas mediáticas desempenham um papel central: criminalizam líderes independentes, glorificam movimentos opositores apoiados do exterior e justificam intervenções sob o disfarce dos direitos humanos ou da democracia.

À luz da propaganda de Hollywood e das crenças populares, foram os EUA que venceram o nazismo e o fascismo na Segunda Guerra Mundial, apesar de os dados do campo de batalha indicarem o contrário, apesar de ser conhecido que cientistas nazis encontraram uma nova vida nos

Estados Unidos, ou que a NATO foi uma porta giratória para os comandos de Hitler.

É curioso como qualquer país que se oponha à dominação imperial norte-americana se converte, invariavelmente, numa ditadura, num «regime» violador dos direitos humanos. Ou num Estado onde se negam os direitos das mulheres, mesmo sendo um dos países mais igualitários do mundo, como foi o caso da Nicarágua.

Para fomentar este tipo de imagem, o império conta com uma legião de jornalistas pagos em todo o mundo, como ficou demonstrado com a divulgação de certos documentos da USAID. E não só: também financia uma rede de ONG que utiliza para minar governos independentes, e que, em caso de necessidade, são ativadas com fins violentos como células adormecidas —algo conceptualmente semelhante à rede Gladio, organizada após a Grande Guerra Pátria. Quem sabe, por exemplo, que o líder que governa a Síria nem sequer é sírio e é um terrorista da Al-Qaeda a quem os governos ocidentais prestam vassalagem?

Quem sabe que os EUA criaram o terrorismo islâmico e o utilizam diariamente para alcançar os seus objetivos geopolíticos? Por detrás do véu que oculta a realidade, encontra-se a guerra cultural norte-americana, partilhada pelos seus vassallos ocidentais.

6. Controlo tecnológico e cibernético

Na era digital, o controlo da tecnologia tornou-se uma nova fronteira do imperialismo. Já não há guerra que não tenha uma componente cibernética: para neutralizar defesas aéreas, paralisar centrais energéticas, localizar armamento e tropas, entre outros.

Países como os Estados Unidos procuram dominar sectores estratégicos como a inteligência artificial, o 5G, a biotecnologia e o espaço cibernético, e tentam impedir que outras nações tenham acesso a essas tecnologias, utilizando para isso mecanismos contrários ao tão proclamado livre mercado. As empresas tecnológicas ligadas ao Estado norte-americano, como a Google, Facebook, Apple ou Microsoft, têm

um peso desproporcionado na economia global, chegando a faturar mais do que o PIB da maioria dos países do Sul Global.

Além disso, a espionagem cibernética, a sabotagem digital e o controlo de dados pessoais permitem às potências imperialistas monitorizar e manipular informação crítica. Com ferramentas como a inteligência artificial e a exploração do Big Data, torna-se perfeitamente plausível manter sob controlo a população —seja a própria, seja a de outros países— para torná-la alvo de qualquer tipo de operação de engenharia social, como as descritas no ponto anterior.

Daí provém grande parte das sanções impostas à China, como a proibição do desenvolvimento do 5G no Ocidente, as ameaças constantes contra o TikTok, ou a proibição de exportar para Beijing chips com menos de 14nm (nanómetros), depois de 7 e de 5nm, apesar de empresas como a Huawei já terem conseguido produzi-los a 3nm com tecnologia própria. A corrida à computação quântica também deve ser entendida neste contexto, já que permitiria a construção de modelos preditivos complexos em segundos, um desenvolvimento praticamente ilimitado da IA e a capacidade de decifrar qualquer código usado para proteger dados críticos.

Resistências ao imperialismo no século XXI

Não há ação sem reação, nem ataque sem defesa. Perante uma ofensiva imperialista renovada, surgem novas formas de resistência. Neste momento, o império encontra-se em franca decadência, face à ascensão de novas potências regionais e globais. Os Estados Unidos não perderam apenas a liderança tecnológica militar, mas também o domínio económico, mostrando-se verdadeiramente frágeis quanto ao acesso a matérias-primas vitais para a indústria tecnológica e de defesa, como os chamados «terras raras».

Além disso, muitos dos países sancionados pelos EUA têm vindo a organizar-se entre si para enfrentar o impacto das medidas coercivas unilaterais, procurando sobreviver sem acesso ao dólar, ao crédito internacional ou aos sistemas informáticos de transferência bancária (como o SWIFT) que possibilitam o comércio global. As derrotas

recentes no Afeganistão e na Ucrânia enfraqueceram ainda mais a imagem da superpotência e o seu poder dissuasor.

Vejamos, de forma sucinta, algumas das formas de enfrentar o império que têm sido postas em prática um pouco por todo o planeta:

Governos anti-imperialistas

A vanguarda tradicional da luta anti-imperialista é formada por um grupo de países que têm mantido, ao longo do tempo, a sua independência e soberania nacional, resistindo às ambições predatórias dos EUA, apesar de ataques diretos e múltiplas tentativas de desestabilização. Países como a Venezuela, Bolívia, Nicarágua, Irão, Síria, Coreia do Norte, Cuba... implementaram programas de nacionalização de recursos, integração regional e alianças estratégicas fora da esfera ocidental, o que lhes valeu o rótulo de ditaduras, de estados párias ou de governos a derrubar em nome de um suposto bem universal. A estes juntaram-se novos países do Sul Global, especialmente em África, que aos poucos vão tomando nas mãos o seu próprio destino, à margem do império e das suas potências subordinadas, graças ao apoio popular interno e às alianças com outras nações livres e em desenvolvimento.

Mas se hoje as possibilidades de libertação nacional são maiores do que em décadas anteriores nos países em vias de desenvolvimento, isso deve-se ao poderio militar da Rússia, às suas matérias-primas, e ao crescimento económico e tecnológico da China.

Movimentos sociais e resistência popular

A resistência não se limita aos governos. Em todo o mundo, movimentos sociais, sindicatos de classe, comunidades indígenas, grupos altermundialistas, internacionalistas, anti-imperialistas... estão na linha da frente da luta global contra as políticas impostas pelo imperialismo. Todos os anos, milhões de pessoas saem às ruas a exigir justiça social, soberania e autodeterminação. Estes movimentos, apesar da sua diversidade e, por vezes, contradições internas, partilham um repúdio

comum ao sistema capitalista global e às formas de opressão associadas ao imperialismo.

Embora enfrentem repressão e criminalização, representam uma forma crucial de resistência a partir da base, pondo em causa as estruturas de poder globais e propondo alternativas baseadas na justiça social, na soberania nacional e no respeito pelo ambiente.

Integração regional e cooperação Sul-Sul

Um dos aspetos centrais da resistência anti-imperialista é a construção de alternativas económicas e diplomáticas à ordem imperialista. Entre todas, merecem destaque iniciativas como os BRICS e o seu Banco de Desenvolvimento. Em constante crescimento e com longas listas de espera para adesão, caminha lentamente para um sistema financeiro próprio e independente. São também dignos de menção o Banco Asiático de Investimento em Infraestruturas (AIIB) e o Sistema de Pagamentos Internacionais SPFS (russo), que oferecem opções fora do controlo do dólar e do sistema SWIFT ocidental.

Com estas estruturas, é hoje possível viver à margem do controlo ocidental, do Banco Mundial, do FMI e do restante aparato económico de dominação imperial.

Do mesmo modo, blocos regionais como a ALBA (América Latina), CELAC, ASEAN, União Africana, União Económica Euroasiática (UEE) e a Organização para a Cooperação de Xangai trabalham para reforçar a cooperação económica e política sem a intervenção das potências imperiais.

Descolonização cultural e recuperação de identidades

Outra forma de resistência anti-imperialista é a recuperação das identidades culturais, línguas originárias, saberes ancestrais e modos de vida sustentáveis. Esta descolonização cultural procura contrariar a hegemonia ideológica do imperialismo e reconstruir subjetividades coletivas baseadas na dignidade, na comunidade e na relação harmoniosa com a natureza. Este processo implica questionar a visão

eurocêntrica da história, promover sistemas educativos próprios, revitalizar línguas indígenas e proteger expressões artísticas e espirituais tradicionais. Opõe-se, igualmente, à apropriação cultural e ao mercantilismo que transforma identidades em produtos de consumo global.

A recuperação das identidades próprias fortalece a autonomia dos povos e contribui para a construção de sociedades mais justas e inclusivas, onde a diversidade cultural seja reconhecida como um valor fundamental perante um imperialismo global, homogeneizador e unidimensional.

Luta no terreno informativo e comunicacional

A luta no terreno informativo e comunicacional contra o imperialismo é crucial na era da informação. Consiste em enfrentar a manipulação, a propaganda e o controlo mediático exercido pelas potências imperiais e seus aliados. Esta resistência manifesta-se como uma verdadeira guerrilha comunicacional, onde coletivos, meios alternativos, jornalistas independentes e ativistas utilizam ferramentas digitais, redes sociais e plataformas próprias para difundir informação verídica, combater a desinformação e dar visibilidade às lutas populares que os grandes meios ignoram ou deturpam.

Trata-se de construir uma espécie de frente mediática da resistência anti-imperialista, capaz de contrariar a narrativa dominante com histórias, imagens e discursos que denunciem a exploração, as intervenções encobertas e as violações de direitos humanos promovidas pelo imperialismo. Esta frente deve articular experiências de comunicação comunitária, gerar conteúdos em diferentes formatos — audiovisuais, gráficos, radiofónicos— e usar o humor, a arte e a criatividade como armas simbólicas. O seu objetivo não é apenas informar, mas formar consciência, mobilizar e construir identidade coletiva perante o poder imperial.

Neste sentido, a comunicação torna-se uma arma de libertação: cada vídeo, artigo ou transmissão em direto pode ser uma barricada informativa contra a ordem dominante. A guerra imperialista do século

XXI nem sempre se trava em campos de batalha com tanques e soldados. As suas frentes estão nos parlamentos, nos mercados financeiros, nas redes sociais, nos satélites espaciais e nas consciências coletivas. Mas onde há dominação, também há resistência. E embora os desafios sejam enormes, a história ensina-nos que o imperialismo pode ser vencido quando os povos se unem em torno de projetos de libertação, justiça e solidariedade.

A luta contra o imperialismo não é apenas uma questão de soberania nacional, mas de sobrevivência humana. Num mundo marcado pela crise climática, pela desigualdade extrema e pela concentração do poder, construir alternativas genuínas é uma tarefa coletiva que envolve todos os habitantes do planeta.

O anti-imperialismo como luta permanente: desafios históricos e atuais

Entrevistamos Iñaki Gil de San Vicente

O estrondo dos canhões da NATO na Ucrânia, a dor de um genocídio transmitido em direto a partir da Palestina, a sombra da intervenção militar que paira sobre o Sahel e as crescentes tensões geoestratégicas no Mar do Sul da China não são fenómenos isolados nem caprichos da história. São as manifestações mais evidentes e brutais de uma lógica sistémica que, longe de desaparecer, define com uma virulência renovada o mapa do século XXI. Essa lógica tem um nome que, durante décadas, foi relegado para o sótão da história pelo pensamento hegemónico, mas que hoje ressoa com uma urgência incontornável: o imperialismo.

Após o colapso do bloco soviético, foi-nos anunciado o «fim da história». Nesse novo ordenamento, o conceito de imperialismo foi esvaziado do seu conteúdo científico e político, transformado numa relíquia ou, na melhor das hipóteses, num insulto vago. As correntes pós-modernas, com a sua desconfiança face aos «grandes relatos», contribuíram para este desarmamento teórico, fragmentando a crítica e dificultando à classe trabalhadora a compreensão da globalidade capitalista. O resultado foi uma desorientação estratégica, uma incapacidade para ligar os pontos entre a exploração económica, a opressão nacional, a guerra e a destruição ecológica.

É precisamente para combater essa desorientação que nasce o projeto *Lume Vivo*. Não surge de um vazio académico nem de uma iniciativa editorial convencional —não é o lucro económico ou o prestígio que nos move. É o decantado natural de um processo coletivo, forjado nas tertúlias e debates do coletivo *antiimperialistas.com* durante

os dias incertos do confinamento. Naquele encerramento global, enquanto o sistema deixava a descoberto as suas costuras mais frágeis, um grupo de militantes sentiu a necessidade imperiosa de se rearmar teoricamente, recuperando as ferramentas críticas para compreender um mundo em convulsão. *Lume Vivo* é, por isso, a materialização dessa necessidade: uma publicação que aspira a ser chama para o debate, farol para a ação.

Não é por acaso que o seu percurso se inicie com a publicação desta entrevista aprofundada com Iñaki Gil de San Vicente. Para inaugurar um projeto que pretende lançar as bases de um debate anti-imperialista rigoroso e atual, era necessário recorrer a uma das vozes mais lúcidas e comprometidas do marxismo contemporâneo. Pensador e militante de vastíssima trajetória, enraizado na luta mais combativa do Movimento de Libertação Nacional Basco, Gil de San Vicente encarna a síntese entre o estudo profundo da teoria e o compromisso inabalável com a práxis. O seu pensamento, afiado na análise de *O Capital* e forjado nas lutas do povo basco, não é uma reflexão abstrata, mas sim uma ferramenta para a intervenção política.

A conversa desenvolvida a seguir é muito mais do que uma simples entrevista: é um seminário intensivo, um percurso exaustivo pela genealogia, anatomia e horizonte da luta anti-imperialista. O diálogo começa por assentar as bases, explorando como Marx e Engels anteciparam uma teoria que seria plenamente desenvolvida pelas gerações seguintes. Mergulha-se no contributo monumental de Lenine, analisando *O Imperialismo, fase superior do capitalismo* não como um texto sagrado e imutável, mas como um método de análise vivo, cuja essência —a fusão do capital bancário com o industrial, a exportação de capitais e a repartição do mundo— continua a ser uma chave mestra para decifrar o presente.

A partir daí, a nossa conversa avança para mostrar como a teoria se enriqueceu e transformou ao calor das lutas concretas. Examina-se o papel crucial da III Internacional na tentativa de forjar uma frente mundial que ultrapassasse as fronteiras da Europa e, sobretudo, dá-se o protagonismo merecido aos contributos decisivos dos movimentos de

libertação do mal chamado «Terceiro Mundo». A grandeza desta entrevista reside na sua capacidade de tecer um fio vermelho que liga a teoria europeia à praxis descolonizadora de África, da Ásia e da Nossa América.

E trilhando o caminho das nossas mais profundas tradições de luta e resistência, mergulhamos no pensamento de Frantz Fanon, para quem a violência revolucionária não é apenas um ato tático, mas um processo catártico de desintoxicação psicológica e de reabilitação do colonizado. Exploramos, com Ngũgĩ wa Thiong'o, como a «bomba cultural» — a imposição da língua e da visão do mundo do opressor— constitui uma arma tão letal quanto as baionetas, e como a luta pela memória e pela cultura própria se converte numa frente de batalha indispensável.

O resultado é um mapa conceptual de uma riqueza extraordinária. Gil de San Vicente, com a sua característica pedagogia militante, desvenda a dialética indissociável entre luta de classes e libertação nacional, demonstrando que um povo que oprime outro não pode ser livre. Oferece-nos as chaves para entender porque é que a autodeterminação dos povos não é uma concessão abstrata, mas uma condição material para enfraquecer o imperialismo. E, finalmente, interpela-nos sobre as tarefas do presente: que tipo de organização, que formas de contrapoder e, fundamentalmente, que internacionalismo político necessitamos para enfrentar um capital que, na sua fase senil e cada vez mais destrutiva, nos arrasta para a barbárie.

Este texto, portanto, não é apenas o brilhante número inaugural de *Lume Vivo*. É um documento fundamental, uma bússola precisa para navegar na tempestade do nosso tempo. É um convite a pensar dialeticamente para agir, em consequência, uma ferramenta para todos os que compreendem que o anti-imperialismo não é uma opção, mas uma necessidade histórica. Uma chama viva para iluminar os caminhos da emancipação num mundo que clama, com urgência, por ser transformado desde a raiz.

1. Como definirias o anti-imperialismo a partir de uma perspetiva marxista?

O anti-imperialismo é a síntese profunda de todas as lutas contra o capital; é o fio vermelho que liga as resistências que enfrentam, direta ou indiretamente, o capitalismo e, sobretudo, aquelas que ultrapassam a fase de resistência democrático-radical para avançar na construção de forças comunistas. No capitalismo atual, não existe qualquer situação ou esfera social que esteja livre do controlo —aberto ou encoberto, próximo ou distante— do imperialismo, como veremos. Isto faz com que qualquer reivindicação local e isolada, que à primeira vista assim o pareça, contenha, no entanto, um conteúdo objetivamente anti-imperialista, independentemente da consciência subjetiva dos seus participantes, mesmo quando estes não o negam ou rejeitam.

No capitalismo atual, o anti-imperialismo enfrenta muitas mais frentes de luta pelo socialismo e pela independência dos povos do que nunca, mais do que os que existiam em 1916, há 109 anos, quando Lenine escreveu —e autocensurou— a sua obra, *O imperialismo, fase superior do capitalismo*, para iludir a repressão czarista. Não estamos perante um capitalismo qualitativamente diferente, como pretendiam certas modas reacionárias que tagarelavam sobre a «globalização», a «nova economia», a «economia inteligente e imaterial», ou sobre o «império» e a «multidão» à la Negri, ou ainda sobre os «significantes vazios», etc. Não, não existe nenhum «novo» capitalismo que anule de forma definitiva o valor teórico e político da teoria marxista do imperialismo.

O capitalismo atual continua a ser, essencialmente, o mesmo que o de 1916, o mesmo que o de 1900, quando se começou a estudar aquela novidade a que chamavam «imperialismo»; o mesmo que o de 1894, quando Engels assinalou a importância adquirida pelo então chamado «capital-dinheiro» —hoje conhecido como «capital financeiro»—; o mesmo que o de 1867, quando foi publicado *O Capital* e os seus manuscritos preparatórios, que seriam editados em 1885, 1894 e 1905. O núcleo do capitalismo continua a ser a exploração da força de trabalho para acumular capital, que será reinvestido para expandir essa mesma acumulação. As crises genético-estruturais do capital surgem precisamente quando essa acumulação abranda e, mais tarde, se interrompe, por diversos motivos. Como veremos, a passagem da fase

colonialista à fase imperialista foi precisamente uma consequência das medidas adotadas pela burguesia para sair da crise de acumulação provocada pela primeira Grande Depressão, entre 1873 e 1899, por meio de um conjunto de medidas que, no seu conjunto, revelam o que era o imperialismo no primeiro terço do século XX.

Desde a Segunda Guerra Mundial, desde 1945, o imperialismo, como veremos, desenvolve novas formas sem, no entanto, deixar de ser imperialismo —tal como, a um nível qualitativamente superior, o capitalismo continua a ser, em essência, o mesmo desde os séculos XVI e XVII, embora tenha passado por diversas expressões, formas e fases, adaptadas às distintas zonas de exploração com que procura expandir a acumulação. É verdade que a categoria de essência é aqui fundamental, como o é em tudo, da mesma forma que o é a unidade de contrários entre essência e fenómeno— ainda que, neste momento, só possamos desenvolver estas ideias de forma elementar.

A essência é o que identifica um processo, o que distingue uma coisa das restantes, o que determina a sua qualidade específica e diferente dos outros processos e coisas. O fenómeno é a expressão externa que a essência vai adquirindo no seu movimento e complexificação crescentes. O fenómeno revela algumas das características da essência à qual está unido e da qual é inseparável, podendo chegar o momento em que essência e fenómeno se fundem e, depois, se separam, de tal forma que o fenómeno se transforma na essência de um novo processo e vice-versa.

Durante a Segunda Guerra Mundial, o imperialismo começou a apresentar fenómenos, formas e dimensões novas que refletiam a complexificação da sua essência. Ou seja, por um lado, as suas características essenciais tornavam-se mais agudas; por outro, desenvolviam-se no seu interior outras novas, inexistentes até então. É fácil recorrer à invenção da bomba atómica como exemplo do início da nova fase do imperialismo —o que é verdade—, mas é insuficiente, pois a bomba representa apenas a expressão mais brutal de um conjunto de transformações do capitalismo iniciadas após a segunda Grande Depressão de 1929, uma crise genético-estrutural nascida das entranhas

do imperialismo. Ao longo das páginas seguintes, iremos a observar o que envelhece, o que permanece e as formas novas com que o capitalismo e o imperialismo se apresentam.

2. Como anteciparam Marx e Engels uma teoria anti-imperialista? Quais são as raízes teóricas do imperialismo no marxismo?

Boa parte da obra de Marx e Engels foi escrita numa época em que a palavra «imperialismo» ainda não existia ou mal era utilizada —a partir de 1860— por políticos franceses e, sobretudo, por ingleses já lançados, sem disfarce, na expansão do seu capitalismo à custa dos povos do mundo, em especial daqueles que tinham sofrido pouco ou nada com o saque colonialista. O primeiro-ministro britânico Disraeli expressava esta lógica de forma brutal já em 1878. Contudo, nessa altura, Marx e Engels já tinham lido, criticado e superado as ideias de Hegel sobre a universalidade, e já tinham abordado a tendência do capital para a mundialização das suas forças produtivas. Já em 1852 utilizavam o termo «imperialismo», ainda com a conotação de domínio político sob Napoleão III. A partir de 1860, França, os Estados Unidos e, mais tarde, a Alemanha começaram a proteger as suas economias face à potência britânica.

Marx e Engels criticaram ferozmente o colonialismo e estudavam com afinco a resistência crescente dos povos pré-capitalistas às invasões ocidentais. Tinham já tomado partido pela independência revolucionária da Irlanda e da Polónia, apoiado a legitimidade da revolta anticolonial indiana de 1857 —esmagada de forma desumana—, assim como a de outros povos. É particularmente ilustrativa a sua opinião de que a independência da Polónia e da Irlanda exigia uma reforma agrária radical que devolvesse o poder ao povo. No caso irlandês, esta tese é ainda mais concreta: a Irlanda precisava de se libertar politicamente da Inglaterra, e, ao mesmo tempo, de realizar uma revolução agrária e adotar uma política aduaneira que protegesse a sua economia dos tentáculos ingleses. Hoje, estas propostas articulam-se diretamente com as lutas dos povos pela independência anti-imperialista e socialista.

Também são muito importantes, para o tema que aqui nos ocupa, as suas ideias sobre a capacidade de resistência anticolonial dos povos e Estados com propriedades comunais, com comunas camponesas, povos que as defendiam tenazmente, resistências que antecipavam muitas das lutas anti-imperialistas atuais em defesa ou em recuperação dos seus recursos coletivos. Na década de 1870, Marx e Engels chegaram à conclusão de que as revoluções já não começariam por e na Europa, mas sim na Ásia e especialmente na Rússia. A sua visão da luta de classes à escala mundial enriquecia-se com o estudo das resistências anticoloniais de povos pré-capitalistas, e com a análise do impacto que as superganâncias obtidas com o colonialismo tinham na capacidade de alienação, suborno e integração do proletariado ocidental, uma vez que permitiam à burguesia realizar algumas pequenas reformas e concessões sociais. Em 1916, Lenine designaria estas camadas sociais integradas na ordem burguesa como «aristocracia operária».

Estas e outras opiniões de Marx e Engels eram inseparáveis do desenvolvimento teórico que, para o que agora nos interessa, podemos sintetizar na teoria das crises, ou mais concretamente na lei geral da acumulação de capital e na lei tendencial da queda da taxa média de lucro. A necessidade cega do capitalismo de aumentar os seus lucros — necessidade que enfrenta obstáculos crescentes devido ao declínio das taxas de rentabilidade— leva-o a expandir-se pelo mundo a qualquer preço. Marx expôs as contramedidas que retardam a médio e longo prazo a tendência para a queda dos lucros, e que hoje podemos atualizar da seguinte forma: intensificar a exploração; reduzir custos; aumentar a produtividade; alargar mercados; aumentar a procura; deslocalizar empresas e exportar capitais, etc. Mas, em última instância, provocar guerras com dois objetivos fundamentais: saquear, espoliar, roubar, e destruir forças produtivas, eliminar concorrência, para tentar reiniciar uma nova fase expansiva de acumulação de capital, sendo o aspeto decisivo.

Estas e outras reflexões críticas surgiam da necessidade urgente de descobrir as causas socioeconómicas das atrocidades cometidas pelas grandes potências que transitavam do colonialismo para a fase imperialista, então prestes a irromper de forma definitiva. A crítica

teórica estava ligada à crítica prática, e desde 1884 endureceu-se na Alemanha o debate sobre os gastos militares e sobre o colonialismo. Em 1885, dois anos após a morte de Marx e enquanto Engels se encontrava mergulhado no trabalho de decifração dos seus «hieróglifos» o socialista E. Belfort Bax publicou um livro pioneiro sobre imperialismo e socialismo, no qual fixava ideias centrais, como a de que o imperialismo procurava países a invadir com os seus excedentes. No final dessa década de 1880, o norte-americano Wilshire, socialista radical, começou a estudar a origem e o desenvolvimento do capital monopolista nos Estados Unidos como resultado das leis de concentração e centralização descobertas por Marx alguns anos antes, tendo publicado, em 1901, outro livro pioneiro sobre o tema.

Entretanto, Engels escreveu *A Bolsa* em 1895, no Prefácio ao Livro III de *O Capital*, um pequeno texto que é uma das suas últimas obras, onde explica, em sete pontos, como o capitalismo evoluíra desde a primeira edição de *O Capital*, quase trinta anos antes, quando a bolsa era um «elemento *secundário*» —em itálico no original— como salienta no ponto 2, em contraste com o papel decisivo do sistema bancário no final do século XIX. No ponto 6, Engels afirma que todos os investimentos no estrangeiro são feitos mediante ações, e no ponto 7 escreve que o colonialismo da época é «uma simples sucursal da bolsa», ao serviço da qual as potências se repartem o mundo.

A Bolsa é uma crítica radical às novas formas do capitalismo, o que não podia ser aceite pela corrente reformista que crescia no seio da II Internacional. Que Engels se encontrava à frente dos economistas burgueses vê-se no facto de um dos mais importantes entre eles, o norte-americano Paul Reinsch, ter publicado em 1900 um estudo que corroborava o que Engels escrevera cinco anos antes: o papel da Banca no financiamento de projetos no estrangeiro. Uma das qualidades de Lenin foi a de saber recolher o que havia de válido neste autor e integrá-lo na sua própria obra.

Entretanto, em 1896, Bernstein atacou a teoria marxista defendendo o «bom colonialismo», «civilizador», aquele que leva a paz e o bem-estar aos «atrasados e selvagens». A discussão sobre o colonialismo

intensificou-se desde então. Em 1900 realizaram-se dois debates sobre o imperialismo: um no SPD, na Alemanha, e outro na Internacional Socialista, em Paris. Em ambos, Rosa Luxemburg destacou-se pela sua crítica profunda ao militarismo como uma das novas características do capitalismo da época. Ainda faltavam 12 anos para escrever a sua obra *A Acumulação do Capital*, como veremos, e já começava a ser apontada como uma das representantes mais sólidas da esquerda marxista. Em 1901, Kautsky havia desenvolvido algumas ideias sobre o avanço do colonialismo e as tarefas sindicais nesse contexto, insinuando pontos que mais tarde se multiplicariam com o debate sobre o imperialismo.

Em 1902, Hobson, que não era marxista, mas uma espécie de social-democrata que pretendia reformas em benefício do povo, popularizou definitivamente o termo «imperialismo», que, segundo ele, surgia sobretudo da necessidade dos países ricos de colocar os seus capitais excedentários noutros países, reduzindo assim a possibilidade de crises internas. Lenin leu Hobson nesse mesmo ano, durante a sua viagem a Londres, e guardou as citações que fez, até as retomar em 1915. Naquela altura, Hobson era pouco conhecido entre os estudiosos da economia. Para Lenin, este autor era «útil em geral» —pois oferecia, na sua época, uma visão teórica que reunia muitas perspetivas parciais.

Os debates sobre o colonialismo, o militarismo, a guerra e, em menor medida, ainda sobre o imperialismo em concreto, iam-se tornando mais duros, e em 1905 Kautsky —a quem voltaremos— atacava diretamente a corrente de Bernstein ao analisar a vitória do Japão sobre a Rússia. Também em 1905 e 1907, Otto Bauer, teórico austro-marxista, publicou dois textos sobre o colonialismo e a opressão nacional, nos quais falava explicitamente do imperialismo e do direito das nacionalidades à autonomia nacional e cultural, embora sem romper com o dogma do Estado unitário, politicamente centralizado e culturalmente descentralizado. Entretanto, o primeiro genocídio registado com esse nome foi o do povo hereró, na Namíbia, perpetrado pela Alemanha, o que acirrou ainda mais o debate na II Internacional em 1907 —ano em que também se realizaram outros congressos e debates nos quais o imperialismo e o militarismo já eram plenamente equiparados ao

colonialismo. Pela sua importância, voltaremos a estes acontecimentos na resposta à pergunta seguinte.

Por baixo destas discussões cada vez mais tensas fervilhavam contradições essenciais do capitalismo desde a sua origem embrionária —por exemplo, a partir da opressão etno-nacional desumana do escravagismo português em África, desde meados do século XV, e da invasão da Nossa América desde o final desse mesmo século. Desde essas brutalidades até ao genocídio dos hererós na Namíbia, realizado pela Alemanha, passando pela sangrenta história intermédia, decorre um longo percurso cada vez mais violento, marcado pela dialética entre a luta de classes interna e as guerras de expansão colonialista. A revolução de 1905 revelou de forma crua o desenrolar dessas contradições e, ao mesmo tempo, abriu uma nova dinâmica prática e teórica, sem a qual não compreenderemos parte do impacto de Lenin.

3. Que contributo deu Lenine com o seu livro *O Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo*?

As contradições agravadas pela revolução de 1905 no seio da II Internacional rebentaram em 1910, quando se confrontaram aqueles que defendiam a greve geral revolucionária para tomar o poder e aqueles que, pelo contrário, defendiam o parlamentarismo burguês como o único e exclusivo caminho pacífico e gradual para o socialismo. Embora nessa altura não se discutisse exclusivamente o imperialismo, começaram a delinear-se posições que colidiriam mais adiante. A ala reformista, representada por Kautsky, sustentava que o imperialismo não era uma necessidade socioeconómica cega, objetivamente inevitável, decorrente da essência do capital para superar as suas crises através da sobre-exploração e de guerras injustas, mas sim uma saída parcial, limitada no tempo, que poderia ser revertida por meio de acordos de desarmamento e convenções internacionais que o proibissem. A ala revolucionária, representada por Rosa Luxemburg, afirmava que o imperialismo só poderia ser derrotado através da revolução socialista, da destruição do exército burguês, da criação do povo em armas, etc.

A importância crítica do debate sobre a militarização imperialista tornou-se evidente em 1911, quando a guerra entre a França e a Alemanha esteve prestes a eclodir, após o navio alemão *Panther* — curiosamente o mesmo nome de um tanque nazi de 1943— ter estado pronto a disparar contra outro navio francês no porto marroquino de Agadir. Uma situação menos tensa já ocorrera em 1906, resolvida com alguma facilidade, mas a de 1911 esteve à beira do conflito. Ambas as potências disputavam o domínio de zonas estratégicas a partir das quais penetrar no Sara e controlar o Mediterrâneo Ocidental. Essa crise reacendeu o debate na II Internacional, pois se tornava evidente a proximidade de uma guerra. A direita e o reformismo da II Internacional, representados por Bernstein e Kautsky, insistiram nas suas respetivas teses, e a esquerda precisou ainda mais as suas, que, no plano teórico, foram publicadas em 1913 no livro *A Acumulação do Capital*, de Rosa Luxemburg, cujo subtítulo —suprimido em muitas edições— é *Uma Contribuição à Explicação Económica do Imperialismo*. As últimas páginas deste livro são impressionantes.

Dissemos acima que o livro tem a data de 1912, e é verdade. O que acontece é que a burocracia social-democrata pressionou para que não fosse publicado, pois a sua mensagem era inconciliável com o reformismo. Após muitas diligências, pôde ser editado em 1913, precisamente um ano antes da Primeira Guerra Mundial. As principais respostas reformistas a Rosa Luxemburg vieram de dois austro-marxistas: Eckstein e Bauer, ambos partidários da guerra imperialista a favor da Áustria-Hungria, aliada da Alemanha. O primeiro pereceu em 1916 e o segundo no exílio em 1938, enquanto Rosa foi torturada e assassinada pela aliança entre os seus antigos companheiros social-democratas e os *Freikorps*, protonazis, em 1918, com milhares de revolucionários. Quando Lenine escreveu *O Imperialismo...* em 1916, algumas das teses de Rosa já estavam superadas pelas novas realidades impostas pela Primeira Guerra Mundial. Após o seu assassinato, Lenine chamou-lhe «Águia», apesar de ter tido com ela nada menos que cinco grandes debates em menos de duas décadas.

Outro estudioso muito lido era Hilferding, autor de *O Capital Financeiro* (1910). Foi assassinado pela Gestapo em 1941, em Paris. O seu

método de pensamento quase não tinha em conta a dialética, privilegiando o «económico», o equilíbrio e o desenvolvimento normal do capitalismo; a sua conceção política era social-democrata, próxima da de Kautsky, dando prioridade, como este, à «análise económica» em detrimento dos restantes componentes da totalidade marxista. É a partir de Hilferding que se populariza o conceito de «capital financeiro» como fusão entre o capital industrial e o bancário, algo que já era apontado por outros investigadores. Nada disto impediu Lenine de extrair o que havia de válido na sua obra, tal como fez com a de Hobson e tantos outros, incluindo Rosa Luxemburg, com quem, contudo, manteve debates interessantes.

Diz-se que Lenine não traz quase nada de próprio, de original, em *O Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo* (1916), o que é verdade — e, ao mesmo tempo completamente falso. Do ponto de vista do senso comum e da lógica formal, é verdade; mas do ponto de vista da lógica dialética e da teoria marxista do conhecimento, é falso. O contributo insuperado de Lenine para a compreensão do imperialismo foi, e continua a ser, apesar dos 109 anos decorridos, a visão da totalidade concreta do imperialismo, movida pelas suas contradições internas que, por sua vez, remetem para a lei do valor, que é o motor do capitalismo.

Mas analisar o imperialismo como totalidade concreta exige vê-lo, por sua vez, inserido noutras relações que, aparentemente, nada têm a ver com ele, mas que, no entanto, a partir dessa perspectiva, revelam as suas ligações internas. Uma das virtudes de Lenine é pensar de forma dialética e exigir que todo marxista o faça também. O que é pensar dialeticamente? É penetrar até à unidade e luta de contrários que movem a realidade, o que exige um grande esforço teórico, baseado no estudo da maior quantidade possível de informação sobre a realidade que queremos transformar. Impressiona a quantidade de informação que Lenine, com apenas 25 anos, utilizou para escrever *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* entre 1895 e 1896, onde já se fala da rentabilidade obtida através da dura exploração nas colónias, abrindo assim o caminho para a teoria do imperialismo tal como a entendemos hoje, não apenas em 1916. Também surpreende a quantidade de textos que sustentam a sua obra *Materialismo e empiriocriticismo*, de 1909. E

que dizer dos 148 livros, 232 artigos e 49 revistas especializadas que estudou rigorosamente em pouco tempo para escrever *O imperialismo...* em 1916?

Mas é preciso dizer que esta última obra faz parte, além de um tremendo esforço de criatividade teórica em anos cruciais —de 1913 a 1917, ou seja, em plena Primeira Guerra Mundial—, de um conjunto mais amplo. *O imperialismo...* é apenas uma das quatro bases fundamentais que compõem a totalidade concreta teórica que sustentará a vaga revolucionária internacional que já começava a desenhar-se em 1916, sendo as outras três apresentadas aqui no seu desenvolvimento histórico. Primeira: as lutas de libertação dos povos, reforçadas desde 1913 e que em 1914 se materializam em *O direito das nações à autodeterminação*, obra que será continuamente aprofundada até poucos dias antes da sua morte, em janeiro de 1924. Segunda: o método dialético, que o levou a mergulhar em dezenas de livros de filosofia e ciência, com especial atenção à *Ciência da lógica*, de Hegel. Terceira: a questão fundamental do Estado e da violência, tema que levou Lenine a estudar, entre outros, Clausewitz e o seu *Da guerra*. Lenine intensificou os seus estudos sobre a teoria da guerra desde 1905 e, mais ainda, a partir de 1914, o que lhe permitiu perceber, já em março de 1915, a crescente inquietação de um sector da oligarquia com a possibilidade de a guerra acabar por provocar um «caos revolucionário».

Em julho de 1915, enquanto Lenine se encontrava mergulhado entre milhares de páginas e um sem-fim de debates, Bukharin publicava *O imperialismo e a economia mundial*, obra que lhe forneceu ideias importantes para os seus escritos, apesar das divergências que mantinham noutras questões. Duas teses de Bukharin ajudaram especialmente Lenine, após as adaptar ao seu próprio pensamento: uma era a tese do *trust* capitalista de Estado, que expressava a capacidade do Estado burguês para impor ordem e centralizar a vida sociopolítica e económica —tese que seria útil a Lenine nos seus estudos sobre *O Estado e a revolução*; a outra dizia respeito ao problema das relações entre, por um lado, a cidade e a luta operária e, por outro, o campo e a luta camponesa— problema fundamental na história das revoluções anticapitalistas, e continua atual em vários continentes. Esta segunda

contribuição ajudou também Lenine nos seus estudos sobre o Estado, a luta de classes, os sovietes de soldados, operários e camponeses, entre outros.

Como se pode ver, Lenine efetuava um estudo totalizante do capitalismo, ou seja, não deixava de analisar nenhuma das suas contradições fundamentais, que à época se expressavam sob a forma de uma guerra mundial atroz: a opressão nacional; a falência da lógica formal e a necessidade do método dialético; a irrupção mais desumana e selvagem do imperialismo —como, por exemplo, o uso de gás venenoso nas batalhas—; e o papel do Estado enquanto forma político-militar do capital. Analisar o imperialismo como a forma concreta total sob a qual se apresentava o capitalismo permitiu a Lenine situar-se muito acima do nível teórico dominante no seu tempo.

Essa superioridade permitiu-lhe ter uma visão histórica mais longa e profunda, com a correspondente estratégia revolucionária. Por exemplo, embora tenha tomado e adaptado ideias de Bukharin, dispunha, no entanto, de uma superioridade esmagadora quanto à visão histórica e, por conseguinte, à práxis revolucionária, dado que para Lenine o imperialismo era o sinal de que a sociedade capitalista havia entrado na sua fase de decadência —já não era um modo de produção progressista, mas brutal e em declínio. Bukharin, pelo contrário, insistia na tendência à centralização e concentração do capital em grandes *trusts* estatais, o que deixava em aberto a possibilidade de uma recuperação do capitalismo graças à onipotência do Estado burguês. No fundo, o que aqui se revela é o abismo que os separava na compreensão e no uso da dialética —muito pobre e limitada em Bukharin, como afirmou o próprio Lenin nos seus últimos dias.

Chegados a este ponto, devemos resumir o essencial de *O imperialismo...*:

Primeiro. Os monopólios formaram-se através da concentração do capital e da produção, adquirindo tal poder que se tornaram decisivos na vida económica, com claras implicações políticas. Vimos que esta característica já era teorizada desde o início do século XX, mas

reafirmada em plena Primeira Guerra Mundial revelava toda a sua força. Mas leiamo-lo diretamente de Lenin, referindo-se à Alemanha: «Menos de uma centésima parte das empresas consome mais de três quartos da quantidade total de energia elétrica e mecânica! E as 2.970.000 pequenas empresas (com menos de 5 trabalhadores), que representam 91% do total, consomem apenas 7% dessas energias! Umhas dezenas de milhares de grandes empresas são tudo; milhões de pequenas empresas não são nada».

Segundo. O novo papel dos bancos: fundem-se o capital bancário e o industrial, criando o capital financeiro e a sua fração burguesa:

«À medida que as operações bancárias se vão a concentrar num número reduzido de entidades, os bancos deixam de ser os modestos intermediários que eram antes e tornam-se monopólios poderosos que têm à sua disposição quase todo o capital monetário de todos os capitalistas e pequenos empresários, assim como a maioria dos meios de produção e das fontes de matérias-primas de um ou de vários países. Esta transformação dos numerosos intermediários num punhado de monopolistas é um dos processos fundamentais da evolução do capitalismo para o imperialismo capitalista. Por isso devemos examinar, em primeiro lugar, a concentração bancária... [...] Os bancos pequenos vão a ser substituídos pelos grandes, dos quais nove concentram quase metade do total de depósitos. E deixamos de lado alguns detalhes importantes, por exemplo, a transformação de numerosos bancos pequenos em simples sucursais dos grandes, etc., [...] o velho capitalismo, o capitalismo da livre concorrência, com o seu regulador absolutamente indispensável, a bolsa, está a passar à história. No seu lugar surgiu um novo capitalismo, com os traços evidentes de algo transitório, que representa uma mescla de livre concorrência e de monopólio. Daí surge uma pergunta: em que desemboca o desenvolvimento do capitalismo moderno? Mas os estudiosos burgueses têm medo de a formular. [...] Assim, o século XX marca o ponto de inflexão entre o velho capitalismo e o novo, entre a dominação do capital em geral e a dominação do capital financeiro».

Terceiro. Oligarquia financeira:

«Devemos assinalar que os estudiosos burgueses alemães —e não só os alemães—, como Riesser, Schulze-Gaevernitz, Liefmann, etc., são todos apologistas do imperialismo e do capital financeiro. Em vez de exporem os “mecanismos” de formação de uma oligarquia, os seus métodos, o volume dos seus rendimentos “lícitos e ilícitos”, as suas relações com os parlamentos, etc., etc., procuram antes embelezá-los e dissimulá-los. Evitam as “questões polémicas” com frases pomposas e vagas, apelos ao “sentido de responsabilidade” dos diretores dos bancos, elogios ao “sentido do dever” dos funcionários... [...] Nenhuma regra de controlo, nenhuma obrigação de publicação de balanços, nenhuma norma sobre os balanços, nenhuma auditoria das contas, nada disso com que se distrai o público mediante professores e funcionários bem-intencionados —isto é, animados pela boa intenção de defender e embelezar o capitalismo— tem a menor importância, pois a propriedade privada é sagrada e ninguém pode ser proibido de comprar, vender, trocar ou hipotecar ações, etc. [...] O capital financeiro, concentrado em muito poucas mãos e exercendo um monopólio virtual, obtém lucros enormes e crescentes com o lançamento de sociedades na bolsa, a emissão de valores, os empréstimos ao Estado, etc.; reforça o domínio da oligarquia financeira e impõe um tributo a toda a sociedade em proveito dos monopolistas».

Quarto. A exportação de capital:

«Era característico do velho capitalismo, quando a livre concorrência dominava, sem rival, a exportação de mercadorias. É característico do capitalismo moderno, onde impera o monopólio, a exportação de capital. [...] O capital financeiro criou a era dos monopólios. E os monopólios trazem sempre consigo os princípios monopolistas: a utilização das “relações” para transações vantajosas substitui a concorrência no mercado aberto. É muito comum que entre as cláusulas de um empréstimo se imponha o investimento de uma parte deste na compra de produtos ao país credor, especialmente armas, navios, etc. [...] Os países exportadores de capital repartiram entre si o mundo em sentido figurado. Mas foi o capital financeiro que realizou a repartição real do mundo».

Quinto. A partilha do mundo entre capitalistas e grandes potências:

«As associações monopolistas de capitalistas (cartéis, consórcios, *trusts*) repartem entre si, em primeiro lugar, o mercado interno, apoderando-se mais ou menos completamente da produção do país. Mas, sob o capitalismo, o mercado interno está inevitavelmente ligado ao mercado externo. Já há muito que o capitalismo criou um mercado mundial. E à medida que aumentava a exportação de capitais e se expandiam as “esferas de influência” e as ligações ao estrangeiro e às colónias por parte das grandes associações monopolistas, o rumo “natural” das coisas conduziu ao acordo internacional entre elas, à formação de cartéis internacionais. [...] Alguns escritores burgueses (aos quais se juntou agora Kautsky, que traiu completamente a sua posição marxista de, por exemplo, 1909) expressaram a opinião de que os cartéis internacionais, sendo uma das expressões mais marcantes da internacionalização do capital, permitem alimentar a esperança de uma paz entre os povos sob o capitalismo. Do ponto de vista teórico, esta opinião é completamente absurda, e do ponto de vista prático é sofisticada. [...] O capital financeiro é uma força tão considerável, pode dizer-se mesmo decisiva, em todas as relações económicas e internacionais, que é capaz de submeter, e de facto submete, mesmo Estados que gozam da mais completa independência política, como veremos em breve. Naturalmente, o capital financeiro considera muito mais “conveniente” e vantajosa uma forma de dominação que implique a perda da independência política dos países e dos povos subjugados. A este respeito, os países semicoloniais são um bom exemplo de “fase intermédia”. É natural, portanto, que a luta por esses países semidependentes se tenha tornado particularmente violenta na época do capital financeiro, quando o resto do mundo já se encontra repartido».

4. Para que serve hoje a teoria de Lenin sobre o imperialismo para compreender o mundo? Como mudou o imperialismo desde Lenin até hoje?

No final do Prefácio de julho de 1920 às edições alemã e francesa, Lenin escreve: «Se não se compreendem as raízes económicas deste fenómeno nem se reconhece a sua importância política e social, é impossível dar qualquer passo no sentido do cumprimento das tarefas práticas do movimento comunista e da iminente revolução social. O imperialismo é a antecâmara da revolução social do proletariado. Isto foi confirmado à escala mundial desde 1917».

Aqui está a resposta que Lenine dá à quarta pergunta. O anti-imperialismo leninista é a forma mais consequente e completa de luta contra o capitalismo porque, como veremos a seguir, esse anti-imperialismo leva-nos diretamente à luta contra a lei do valor e pela construção do comunismo. Já em 1920, Lenine tinha deixado claro, num debate com Bukharin em 1919, que a base do imperialismo é o capitalismo, que o imperialismo é uma «superestrutura» do capitalismo e que a lei da concorrência continuava a determinar o «velho capitalismo». Recordemos que a lei da concorrência nos remete para a lei do valor-trabalho que, com outras leis como a da produtividade, a da mais-valia, etc., são fundamentais no modo de produção capitalista. Esta reafirmação, por parte de Lenine, da importância objetiva das contradições e das leis tendenciais do capital —que são a sua essência— é necessária para enquadrar, no presente, o que ele definiu como países «semicoloniais» e «semidependentes», no contexto de 1916.

Em 1916, o capital financeiro começava a impor-se sobre o capital bancário e ainda mais sobre o capital mercantil, mas hoje são as múltiplas formas que o capital financeiro assume, bem como o desenvolvimento desenfreado da especulação de alto risco, das imensas massas de capital fictício sem base material e das formas de «lavagem de dinheiro» provenientes, por exemplo, da «economia criminosa» que, segundo relatórios de junho de 2025, ultrapassa os 19 biliões de dólares —mais do que o PIB da China Popular. O PIB dos EUA em 2024 era de pouco mais de 29 biliões de dólares. A esmagadora maioria desses lucros extraordinários, sobretudo os «sujos», vai parar ao imperialismo. A «economia criminosa» também gera poder reacionário, terror, crime e submissão, e constitui uma máfia militar que reforça o imperialismo e a acumulação de capital —que é o ponto crítico em que Lenin insiste.

Mais ainda, os monopólios, os *trusts* e outras formas superiores do capital financeiro já evoluíram para *holdings*, para alianças mais estreitas e poderosas entre os antigos *trusts* e monopólios, graças, entre outras coisas, ao impacto da desregulamentação e à quase total ausência de controlo estatal sobre o capital financeiro, bem como às novas tecnologias informáticas que permitem movimentar massas imensas de capital em tempo real, contornando e burlando a soberania e os controlos fiscais de grande parte dos Estados. Na época de Lenine, nada disto era sequer imaginável. Escusado será dizer que a grande impunidade dos *holdings* e das muitas formas de «negócio cinzento» multiplica a exploração das nações e dos Estados, mesmo quando muitos destes sejam formalmente independentes.

Por isso, o imperialismo deve ser compreendido não apenas na sua dimensão económica, como fazem a esmagadora maioria dos estudiosos, mas também nas suas dimensões social e política, ou seja, nas e para todas as formas da luta de classes, também e sobretudo —na maioria dos casos— nas e para as lutas de libertação anti-imperialista. Aliás, desenvolvendo as indicações de Lenin, devemos estudar o imperialismo como uma totalidade concreta, porque isso é uma exigência prática do movimento comunista e da revolução social, dado que: «O imperialismo é a antecâmara da revolução social do proletariado». A história veio dar-lhe razão, como veremos.

Um estudo político, social, económico e praxeológico de *O Imperialismo...* exige integrar num todo militante, no mínimo, as lutas de libertação anti-imperialista, a luta contra a metafísica e o idealismo burguês a partir do método dialético, as lutas contra todas as brutalidades do imperialismo e contra a sua essência exploradora, bem como as lutas implacáveis contra o Estado enquanto forma político-militar do capital. Esta visão totalizante integra nos seus estudos novas formas de exploração que, embora tenham origens antigas —exploração patriarcal, racista, escravatura sob as suas várias formas, exploração cultural e científica, etc.— intensificam-se interligando à medida que aumentam as dificuldades de acumulação do capital. O imperialismo atual foi reforçado e fortalecido, sobretudo no plano militar, para garantir a ordem exploradora necessária à superação da crise.

Desta perspectiva, as críticas feitas a *O Imperialismo...*, centradas sobretudo em quatro questões que remetem para o seu suposto esquecimento da lei do valor, são parciais. Vejamo-las:

Primeira, agora a concorrência está muito mais exacerbada e, portanto, os monopólios já não teriam tanto poder. Pelo contrário: o poder dos monopólios reforçou-se com o ainda maior dos conglomerados (*holdings*), poderes multifacetados estreitamente ligados ao Estado imperialista e aos interesses das suas diversas empresas. A tendência de fundo descrita por Lenin confirma-se dia após dia em muitos aspetos: a guerra alfandegária lançada pelos EUA é o exemplo mais recente. A recusa do Brasil em aceitar a entrada da Venezuela nos BRICS é outro, pois estão em jogo múltiplos níveis não apenas económicos, mas também políticos, sociais, nacionais, culturais e, evidentemente, militares, cuja importância irá continuar a crescer.

Segunda, o conceito de capital financeiro seria válido apenas em parte, porque existem muitas grandes empresas nas quais a fusão entre o capital industrial e o capital bancário continua pouco desenvolvida. Esta crítica é muito parcial e mecanicista, apenas quantitativa, pois não compreende a qualidade do imperialismo e, menos ainda, que o capitalismo continua a existir sob o capital financeiro —o que explica por que há empresas onde o capital industrial ainda não se fundiu com o bancário. Mas, na realidade, a razão está com Lenin e com a teoria marxista geral do imperialismo, com os seus matizes e diferenças óbvias, como se comprova em 2025 com o projeto da Amazon, Apple, Walmart, PayPal e outras megacorporações que pretendem criar as suas próprias criptomoedas para multiplicar os lucros, construindo algo semelhante a um «monopólio político-financeiro» que prenda os clientes. Estas megacorporações tornar-se-ão, assim, mais poderosas em todos os sentidos do que muitos Estados empobrecidos com PIB muito inferiores ao destes gigantes.

Terceira, a exportação de capitais continua a ter importância, mas está a aumentar muito o investimento estrangeiro para criar indústrias no país afetado. Esta crítica também é parcialmente verdadeira, é quantitativa como a anterior, mas falha na leitura qualitativa do

imperialismo enquanto parte subordinada à lei do valor que move o capitalismo. É essa lei, aceite por Lenin como base do imperialismo, que explica por que razão, após 1916, a burguesia ocidental começou a investir na criação de indústrias como forma de aumentar a transferência de valor, utilizando a sua força político-militar e cultural para garantir a obediência e passividade desses países perante a sobre exploração multiplicada pela implantação de indústrias estrangeiras. É a lei da concorrência, expressão da lei do valor, que leva o imperialismo a instalar indústrias no chamado Terceiro Mundo. Além disso, criar indústrias era —e continua a ser— uma decisão político-militar para desativar as lutas anti-imperialistas e o avanço socialista, criando um colchão colaboracionista com o imperialismo, interessado em manter salários superiores à média muito baixa existente nesses países empobrecidos.

E *quatro*, não voltaram a ocorrer grandes guerras entre potências imperialistas para repartirem o mundo, embora haja cada vez mais «guerras menores». Esta crítica esquece a mudança total que ocorreu no capitalismo —e não apenas no imperialismo— com a vitória da revolução bolchevique em 1917 e todas as lutas que se seguiram. Essa transformação absoluta, tanto a nível político-militar como sociocultural, para derrotar o comunismo, é a razão pela qual, desde 1949, com a criação da bomba atômica pela URSS, não eclodiram mais guerras mundiais «clássicas», mas proliferaram «guerras menores» com um grau de selvajaria imperialista atroz. A bomba nuclear soviética impediu guerras nucleares unilaterais, lançadas apenas pelos EUA e os seus aliados contra povos praticamente indefesos. No entanto, a implosão da URSS e o agravamento extremo da crise capitalista a partir de 2007 colocaram em cima da mesa o passo do possível ao provável de uma nova guerra mundial, que para muitos povos já começou.

Mas existe outra crítica à teoria geral marxista do imperialismo, e especificamente à de Lenin, que sustenta que tanto o conceito de lei do valor como o de imperialismo já não servem para compreender o capitalismo do século XXI, pois teriam surgido semipotências e até potências que também se tornaram imperialistas, como a Rússia, o Brasil, a China Popular, a Índia, etc. Ou seja, o núcleo dos BRICS seria

composto por países imperialistas que obtêm lucros explorando outros países e, portanto, as guerras que o «ocidente» tem lançado contra estes e outros países seriam «guerras interimperialistas».

Aqui, o que se nega diretamente não é apenas o imperialismo, mas a própria essência do modo de produção capitalista: a teoria do valor —o que nos coloca perante um debate decisivo. Por exemplo, as diferenças dentro dos BRICS manifestam-se nas suas diversas e até contraditórias alianças geopolíticas, a favor ou contra o imperialismo, mas essas opções apenas reflectem o domínio estratégico da classe social que detém o poder nesses países, o que nos remete para a sua postura em relação à lei do valor: uns combatem-na com maior ou menor intensidade, como os povos que tentam a transição para o socialismo segundo as suas condições; outros procuram controlá-la com políticas sociais que travam e/ou revertem a tendência inata do capital para endurecer a exploração da classe trabalhadora; e há ainda quem a impulse descaradamente para fortalecer as suas burguesias. Nos próximos pontos, analisaremos concretamente essas diferenças, oposições e contradições que podem levar à implosão dos BRICS.

São muitas as provas da validação histórica do anti-imperialismo leninista. Para não alongar demasiado esta resposta, vamos citar apenas uma delas: as «correntes de ouro» da dívida contraída com o imperialismo. Grandes impérios como o czarista e o otomano, por exemplo, colapsaram no início do século XX porque, entre outras razões, não conseguiam pagar as dívidas que os asfixiavam, levando-os a uma política de sobre-exploração selvagem, tanto interna como das nações que ocupavam. A revolução bolchevique de 1917 rompeu a «corda de ouro» ao recusar-se a pagar a dívida e ao publicar as aberrantes concessões da burguesia para obter mais empréstimos, entre elas a de continuar a participar na guerra mundial. A guerra de libertação turca contra as potências europeias que haviam ocupado Constantinopla em 1920 procurava criar uma república, democratizar o país e renegociar de forma vantajosa o pagamento da dívida que sufocava o país, mas não pretendia destruir o capitalismo.

Atualmente, a dívida é uma das armas mais poderosas e eficazes que o imperialismo utiliza para sobre-explorar os povos —uma arma com muitos gumes: FMI, Banco Mundial, OMC, leis especiais contra a dívida, sanções, ameaças e ataques político-militares sob a forma de «golpes suaves», parlamentares, judiciais e até militares, quando necessário. Nesta complexa teia de aranha tecida pelo capitalismo, existem também outras armas do imperialismo, como as que justificam o roubo à Rússia de 300 mil milhões de dólares, os mais de mil milhões de dólares em ouro roubados à Venezuela, e muitos mais exemplos.

Atualmente, as pressões imperialistas para que os países empobrecidos paguem as dívidas contraídas pelas suas burguesias corruptas estão a multiplicar-se, pois o agravamento da crise genético-estrutural desde 2007, aliado ao aumento irracional dos gastos militares para preparar a explosão definitiva da Terceira Guerra Mundial, obriga o capital a apertar ao máximo a corda do enforcado. Nos anos 70, o imperialismo comprometeu-se a dedicar 0,7% do seu PIB à «ajuda ao desenvolvimento»; hoje, quase ninguém cumpre essa promessa. Em 2023, os países empobrecidos pagaram 25 mil milhões de dólares a mais do que receberam em novos empréstimos, ou seja, ficaram ainda mais endividados do que em 2022. Em 2024, pagaram ao imperialismo 921 mil milhões de dólares.

Neste mesmo ano, as grandes potências —EUA, Grã-Bretanha, Estado francês e Alemanha, sobretudo— reduziram as chamadas «ajudas ao desenvolvimento» em mais de 7% em relação a 2023, enquanto o gasto militar aumentou 2,5%, ou seja, mais de 12 vezes o montante destinado à «ajuda ao desenvolvimento». Os EUA são a potência que mais cortou essa «ajuda» e, ao mesmo tempo, a que mais aumenta o desperdício na indústria da matança humana. África é o continente mais espremido; essa vampirização intensifica-se à medida que diminuem as «ajudas» que recebe: em 2013, recebia 38% das «ajudas» mundiais, percentagem que caiu para 27% em 2023. Para este 2025, prevê-se que a «ajuda» global baixe entre 9% e 17%, enquanto já são 45 os países que têm de gastar mais na devolução da dívida do que na saúde dos seus povos.

Tamanha desumanidade, inerente ao desenvolvimento da lei do valor e à tarefa que cabe ao imperialismo —entre outras, a de forçar, a qualquer preço, o pagamento das dívidas contraídas pelas suas burguesias corruptas— só pode ser compreendida à luz da teoria leninista do imperialismo e só pode ser derrotada através do anti-imperialismo leninista. Foi esse anti-imperialismo que, em 1917, recusou pagar a dívida czarista e burguesa —uma decisão humana corajosa que serviu de pretexto para que, em 1918, 14 exércitos imperialistas invadissem a URSS.

5. Como se relaciona a luta de classes com o anti-imperialismo no marxismo? Que contributos deram os movimentos de libertação nacional do Terceiro Mundo à luta anti-imperialista? Como mudou a teoria do anti-imperialismo depois da descolonização de África e da Ásia? Que papel teve a Komintern na formulação de uma teoria anti-imperialista mundial?

A ligação entre o anti-imperialismo e a luta de classes é interna ao marxismo —ou seja, constitui uma unidade em si, inserida na totalidade revolucionária. Como a luta de classes gira, em essência, em torno da destruição da propriedade burguesa e da mais-valia, ela favorece objetivamente a luta anti-imperialista— e vice-versa: a emancipação dos povos oprimidos serve de impulso material à luta de classes nas sociedades capitalistas. Dionisio Inca Yupanqui, representante dos povos originários nas Cortes de Cádiz de 1811, afirmou que um povo que oprime outro povo nunca será livre.

Dionisio não podia ser marxista, pois no capitalismo mercantil da época ainda não existiam as condições objetivas para o surgimento da teoria comunista. No entanto, a sua experiência ensinou-lhe uma verdade que o marxismo assumiria como própria ao afirmar que a independência da Irlanda era o primeiro requisito para a revolução em Inglaterra. Mais tarde, a teoria leninista do direito à autodeterminação dos povos —incluindo o direito à independência— daria um passo em frente ao rejeitar de forma clara a ideia reacionária, defendida por uma parte importante da II Internacional, de um «colonialismo bom»,

atualizando assim as ideias de Inca Yupanqui já num contexto imperialista.

As lutas anti-imperialistas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial minaram desde dentro a euforia desenvolvimentista do período 1945-1975, sendo um dos motores da crise socioeconómica profunda e duradoura que, com altos e baixos e sob formas diversas, se tem agravado desde 2007. A vitória do Vietname sobre o imperialismo demonstrou como uma longa guerra de libertação pode acirrar e levar ao extremo as contradições do capitalismo, intensificando a luta de classes no seu interior e agravando a crise socioeconómica.

A razão dessa dialética é muito simples: Marx insistiu em que a luta operária e popular —especificamente a luta sindical— devia orientar-se para a destruição do sistema salarial, ou seja, para a destruição da lei do valor. Referimo-nos à função histórica da luta sindical contra a essência do capital, pois atravessa toda a luta de classes, tanto dentro dos Estados enriquecidos como entre os povos explorados pelo imperialismo. Acima falámos de África, o continente mais sacrificado no altar do deus dólar, que desde o verão de 2024 nos tem alegrado com uma tendência crescente de lutas contra todas as formas de opressão e dominação.

A luta de classes a que Marx se referia também se trava no interior de África, para continuar com este exemplo. Os seus povos compreenderam que é necessário construir um pan-africanismo que multiplique a sua força anti-imperialista. Mas, tal como na Europa e em todo o lado, o bloco burguês enfrenta o bloco revolucionário —também no pan-africanismo existe unidade e luta de contrários. Iniciadas as guerras de libertação, as burguesias dos povos oprimidos, que propunham e ainda propõem simples reformas que atenuam a opressão, mas não a eliminam, mais cedo ou mais tarde optam pelo imperialismo —salvo muito honrosas exceções individuais— porque a sua própria existência enquanto classe exploradora depende da continuidade do capitalismo mundial.

Essa experiência anti-imperialista recorrente confirma o essencial da luta de classes no capitalismo, mas, ao mesmo tempo, traz lições muito

válidas que emergem da história não ocidental destes povos. As palavras de Dionísio Inca em 1811 eram a síntese da experiência de luta das nações andinas, que ia para além de Túpac Amaru em 1781, provavelmente ligando-se à resistência mapuche contra incas e espanhóis, sem esquecer as rebeliões desde 1492. A Nossa América não é exceção. O povo amazigue do norte de África resistiu —e resiste— à invasão árabe desde a segunda metade do século VII, em defesa das suas normas sociais comunais, destacando-se a rainha guerreira Dahia. Em 1830, o povo argelino ergueu-se como um raio contra a invasão francesa, até recuperar a independência em 1962. A lista é quase inesgotável.

Algo que une, mais ou menos, a maioria destas lutas é a defesa dos restos da propriedade comunal nas suas diversas formas e/ou a defesa das normas sociais que, de algum modo, mantinham níveis de reciprocidade e ajuda mútua. O colonialismo e o imperialismo trouxeram uma exploração mais dura, a doença e a fome, assim como a expropriação forçada —e muito violenta, na maioria dos casos— das suas terras, rebanhos e recursos naturais. Os invasores ocidentais procuravam o apoio de caciques, grandes famílias, castas e elites enriquecidas, e das classes proprietárias quando já existiam.

Num dos seus primeiros textos, Marx defendeu o direito consuetudinário que reconhecia a legitimidade do campesinato para usar coletivamente os bens comunais segundo normas sociais justas — algo que era inconciliável com o direito burguês à propriedade privada. As contribuições das lutas anti-imperialistas no plano teórico e político assentam na defesa do comum, para além de outras contribuições que veremos adiante. Célebres utopias anteriores ao socialismo utópico baseavam-se numa leitura acrítica e idealizada das formas sociais de cooperação e no mito do «bom selvagem» dos povos da Nossa América. Mas o Ocidente abandonou esse mito quando percebeu que ele escondia a dura realidade de resistências armadas tenazes, de desobediência passiva, de rebeliões sangrentas. O racismo anulou o «bom selvagem», transformando-o num criminoso inimigo da civilização, que importava exterminar.

No entanto, as ferozes críticas ao colonialismo feitas por Marx e Engels, desde 1851 até à sua morte —de que já falámos—, com o desenvolvimento teórico, em geral, levaram-nos ao estudo do papel dos povos pré-capitalistas em, pelo menos, cinco questões decisivas:

Primeira, mostrar realidades sociais novas que destroçavam a dogmática ocidental ainda presente em todas as visões da esquerda, inclusive no marxismo. A impressionante participação de massas e classes indígenas, camponesas, artesanais e até de alguns sectores da pequena burguesia nas lutas de libertação —com destacada participação das mulheres— demonstrava que os debates europeus sobre as relações entre o campesinato e o proletariado ainda não tinham chegado ao cerne da questão. Desde então, o conceito de classe trabalhadora mundial tem-se enriquecido dia após dia, ao integrar no seu seio milhões de mulheres, povos originários, artesãos e até franjas da antiga pequena burguesia arruinada e proletarizada.

Segundo, descobrir o impacto negativo ou positivo das lutas anticoloniais sobre a luta de classes no centro colonial e imperialista. Relativamente cedo, Marx e Engels perceberam que o colonialismo, para além dos superlucros, também embrutecia as suas próprias classes exploradas, ao oferecer-lhes uma ínfima parte do saque, prendendo-as material e moralmente ao capital e aos seus exércitos públicos ou privados, piquetes de fura-greves, bonapartistas, fascistas, mafiosos, criminosos... e, sobretudo, «votantes democráticos». Mas, ao mesmo tempo, compreenderam que as lutas anticoloniais podiam facilitar a radicalização operária, se a esquerda explicasse como estas enfraqueciam os exploradores burgueses, sendo assim imprescindível apoiá-las mediante um internacionalismo que devia ultrapassar as fronteiras europeias e expandir-se pelo mundo.

Terceiro, um dos debates que tudo isto suscitava dizia respeito à possibilidade de que esses povos se livrassem dos horrores do capitalismo, dando um «salto para o socialismo» e acelerando também a revolução no Ocidente. O debate intensificou-se com a experiência da comuna camponesa russa no final do século XIX e, desde então, não parou de crescer. A verdade é que se trata de um problema múltiplo,

pois afecta as formas básicas das resistências populares, desde a solidariedade quotidiana na ajuda mútua até à auto-organização popular e operária, sindical, política e até parlamentar, em determinadas condições, para manter ou conquistar direitos coletivos que se relacionam com os antigos bens comunais e com o direito consuetudinário.

Claro, aqui está a tradução para português europeu comum, respeitando o estilo e o conteúdo do original:

Quarto, analisar os efeitos de tudo isto na e para a elaboração teórico-política do socialismo e do internacionalismo, não apenas à escala eurocêntrica, mas sobretudo à escala planetária. À escala eurocêntrica, as lições que se retiravam —e ainda se tiram— do mal chamado Sul Global continuam a chocar com muitas resistências, frequentemente inultrapassáveis, porque a ala progressista e o reformismo mantêm uma mistura de rejeição psicológica e até racista, ao mesmo tempo que um egoísmo lúcido pelas poltronas de todo o tipo que lhes garantem uma vida confortável. Mas a brutalidade imparável do imperialismo levou a que, desde os anos 70, sectores da esquerda eurocêntrica —geralmente minoritários— integrassem na sua militância as lições trazidas pelo anti-imperialismo. Contudo, o enfraquecimento, quando não o desaparecimento, de muitos desses pequenos grupos, aliado a outros fatores, fez com que entre o final do século XX e o início do século XXI caísse a pique a aprendizagem dessas lições no chamado ocidente. Ainda assim, as contradições atuais não só voltaram a trazer essas lições para o presente, como trouxeram outras novas, profundamente atuais.

Quinto, depois de tudo o que foi dito, era inevitável que tal explosão de novidades empíricas viesse enriquecer o materialismo histórico, superando o mecanicismo linear e determinista da sucessão obrigatória dos modos de produção —o que condenaria os povos a sofrer os horrores do capitalismo ocidental. Todas as lutas de libertação anti-imperialistas têm sido orientadas, desde então, por essa possibilidade tão difícil de imaginar no final do século XIX, mas cada vez mais concreta desde 1917, com a primeira revolução vitoriosa, a bolchevique.

«Poupar-se ao inferno capitalista», que está prestes a conduzir a humanidade à sexta extinção, é impossível sem dar um «salto histórico para o socialismo».

As lutas de libertação nacional da Ásia e de África confirmam, em linhas gerais, a validade dos cinco pontos enunciados brevemente acima. Confirmam também a validade da defesa marxista do direito consuetudinário, ainda que os povos não europeus não utilizassem esse termo, mas sim o praticassem na sua essência social, dando-lhe nomes diferentes.

A III Internacional ou Internacional Comunista —*Komintern*— foi fundada em 1919 para acelerar o «salto histórico» num contexto absolutamente novo na história do capitalismo: uma vaga revolucionária que se propagava pelas sociedades capitalistas e ganhava rapidamente força nos países colonizados e esmagados pelo imperialismo. Desde a sua fundação, a *Komintern* dedicou uma atenção cada vez maior aos crimes imperialistas. Queremos exemplificar essa prática com três casos até maio de 1943, data da sua dissolução.

O primeiro é a decisiva —e por isso ocultada— reunião de Bacu, organizada pela III Internacional em setembro de 1920, entre bolcheviques e muçulmanos da Turquia, Curdistão, Arménia, Pérsia, Índia, China, Palestina..., com cerca de 2850 delegados. O imperialismo britânico fez tudo o que pôde para impedir a realização do encontro internacional, atacando todos os delegados que passassem por territórios ocupados por Londres ou próximos deles. Num ambiente de plena liberdade de expressão e com tradução simultânea, debateram-se as relações entre o islão e o marxismo, a emancipação da mulher e o *hiyab* ou véu, a ocupação sionista, a justiça social segundo o Corão e o socialismo, a opressão nacional e colonial, entre outros temas. Importa referir que, nesse ano de 1920, Lenine ordenou a devolução às mesquitas de todos os objetos de culto muçulmano saqueados durante séculos pelo czarismo, assim como outros bens, terrenos, casas, etc.

O segundo exemplo refere-se ao avanço da III Internacional no subcontinente indiano e na Ásia Oriental, regiões que compreendem de

imediatos que a revolução bolchevique representa um «atalho» que pode permitir-lhes um «salto histórico». Na Índia, graças à eficácia prática e teórica de militantes como M. N. Roy — nacionalista radical, defensor da luta armada antibritânica, exilado desde 1916 nos EUA e no México, onde ajudou a fundar o Partido Comunista Mexicano (PCM) e conheceu dirigentes da Internacional Comunista, como Borodin. Presente no Congresso de 1920, debateu extensamente com Lenine sobre a opressão nacional e foi encarregue da organização do comunismo na Índia, país imenso e de enorme complexidade, onde os comunistas sofreriam períodos de ilegalização. Na China e, sobretudo, na Mongólia, a III Internacional teve de superar —não sem tensões— as teses sobre as classes sociais baseadas no capitalismo europeu, até compreender que nessas sociedades o campesinato constituía o grosso da força revolucionária.

O terceiro e último exemplo ganhou força logo após a Segunda Guerra Mundial, mas graças ao trabalho prévio realizado pela III Internacional na formação de vários milhares de quadros em África, que reconheceram nas suas lutas que o socialismo criado na Europa apresentava afinidades profundas com os ideais de justiça presentes nas culturas africanas. A propriedade coletiva da terra era a forma dominante de propriedade existente em África antes das invasões europeias. As tradições culturais e os mitos de origem eram na maioria igualitários, embora também existissem formas hierarquizadas, gerontocráticas e baseadas no prestígio adquirido com a idade. Se a isto juntarmos a grande autonomia real das mulheres africanas, podemos compreender por que razão o «socialismo africano» se enraizou —e continua a enraizar-se— facilmente entre as massas exploradas, quando Senghor, Dia, Nkrumah, Nyerere, Amílcar Cabral, Sekou Touré, Lumumba, Sankara, Traoré e muitos outros o explicavam e praticavam segundo as condições sócio-históricas.

Por razões de espaço, deixamos de lado a ação da III Internacional na Nossa América, bem como o seu papel face ao capitalismo imperialista.

6. Como Fanon liga a violência à teoria revolucionária do anti-imperialismo? Que relação existe entre a luta cultural e o anti-imperialismo em autores como Ngũĩ wa Thiong'o?

Para responder rapidamente à pergunta sobre a visão de Fanon acerca da violência anti-imperialista, escolhemos quatro citações breves de *Os condenados da terra*, a sua obra fundamental:

Primeira: «Cada estátua, a de Faidherbe ou Lyautey, a de Bugeaud ou a do sargento Blandan, todos esses conquistadores empoleirados sobre o solo colonial não deixam de significar uma e a mesma coisa: “Estamos aqui pela força das baionetas...”». Fanon diz muito com poucas palavras. A arte imperialista existe, não é arte pura, neutra, mas sim uma arte atroz que exalta assassinos em massa franceses, para que o povo invadido acabe por admirar o invasor. Além disso, trata-se do uso do urbanismo como arma de intimidação e de ordem, vigiada não apenas pelas forças invasoras, mas também pelo terror simbólico concentrado nas suas estátuas. Mas o essencial está nesta frase: «Estamos aqui pela força das baionetas...».

Segunda: «O desenvolvimento da violência no seio do povo colonizado será proporcional à violência exercida pelo regime colonial contestado». Fanon recorda-nos aqui um dos princípios da teoria marxista da violência: a dialética entre fins e meios. O capital, o imperialismo, a NATO... aplicam a máxima violência injusta contra qualquer luta justa, para impor um terror tal que ninguém mais volte a desejar a liberdade. O povo mede a sua violência defensiva com valores antagónicos aos do invasor: a violência justa procura expulsá-lo e, ao mesmo tempo, elevar a consciência popular, pelo que deve rejeitar qualquer excesso ou arbitrariedade, medindo a dose justa e imprescindível, falando de forma clara e pedagógica ao povo, sem nunca lhe mentir. Verdade e violência revolucionária formam uma unidade.

Três: «Para o povo colonizado, esta violência, sendo a sua única atividade, adquire um carácter positivo, formador. Esta práxis violenta é totalizante, porque cada pessoa se torna um elo violento da grande cadeia, do grande organismo violento surgido como reacção à violência

primária do colonizador. Os grupos reconhecem-se mutuamente e a nação futura já é indivisível. A luta armada mobiliza o povo, ou seja, impele-o numa mesma direção, num único sentido».

A «violência primária do colonialismo» faz com que, em resposta defensiva, o povo se organize e se concentre para expulsar o imperialismo. Não se pode vencer o ocupante com uma guerra a medias, uma meia-guerra; só é possível fazê-lo com a guerra total, com a «práxis violenta totalizante» no decurso da qual o povo se autoconstrói, cria-se a si próprio caminhando «num único sentido». Mas trata-se de uma criação que se faz com novidades qualitativas, já que a guerra de libertação gera por si mesma realidades antes desconhecidas, cria e reforça sentimentos de solidariedade entranhada no «sentido único» da libertação nacional e de classe.

Quatro: «A violência desintoxica. Liberta o colonizado do seu complexo de inferioridade, das suas atitudes contemplativas ou desesperadas. Torna-o intrépido, reabilita-o aos seus próprios olhos. Mesmo que a luta armada tenha sido simbólica e mesmo que se tenha desmobilizado por uma rápida descolonização, o povo tem tempo para se convencer de que a libertação foi obra de todos e de cada um, que o dirigente não tem mérito especial. A violência eleva o povo à altura do dirigente. Daí essa espécie de resistência agressiva à máquina protocolar que os jovens governos se apressam a instalar».

O povo está intoxicado, drogado, pelo mito da superioridade absoluta do colonizador. Nem sequer consegue imaginar outra vida que não seja a imposta pelo senhor, a quem agradece os seus cuidados como o toxicod dependente agradece ao traficante, de quem depende. O que se chama «passar o mono», desintoxicar-se, exige sempre sacrifício e grande determinação material e simbólica, subjetiva. É a dialética da totalidade revolucionária que se ergue contra a totalidade contrarrevolucionária. Nada pode existir fora dessa unidade e luta de contrários. A separação em relação ao traficante, a rutura com o colonialismo, confirma ao povo que ele é dono de si mesmo, que deve construir o seu futuro contando com os seus próprios recursos e com a

ajuda anti-imperialista de outros povos e classes trabalhadoras. É ele quem se dirige a si próprio.

Sem grandes precisões neste momento, Fanon escreveu estas ideias em 1961, na terceira vaga de guerras de libertação. A primeira foi a da emancipação das colónias americanas, desde o final do século XVIII. A segunda foi a da violência defensiva contra a invasão colonial de África e da Ásia no século XIX. A terceira começou com a revolução chinesa, e é nela que se inscreve Fanon, que sintetiza teoricamente as experiências desde as primeiras resistências ao colonialismo português e espanhol, a partir da segunda metade do século XV. Mas a pertinência de Fanon volta a confirmar-se na quarta fase atual, iniciada desde o final do século XX e que, não sem dificuldades devido à feroz oposição do imperialismo, avança com modalidades e conteúdos novos —como é natural— que não anulam, mas sim enriquecem os seus contributos para a teoria marxista da violência, como se pode observar, por exemplo, na sua querida África.

A morte de Ngũgĩ wa Thiong’o, no final de maio de 2025, volta a atualizar Fanon, sobretudo no que devemos chamar «guerra de libertação cultural» que, dito de forma mais sintética, faria parte daquilo que Fanon definiu acima como «luta armada simbólica». Para muitos de nós, o autor tem duas obras especialmente importantes: uma é *Descolonizar a mente*, de 1986, publicada em castelhano em 2015, e a outra é *Deslocar o centro*, de 1993, editada em castelhano em 2017. Devemos começar pela primeira obra, *Descolonizar a mente*, tentando resumi-la em quatro parágrafos.

Um: «Nos séculos XVIII e XIX, a Europa roubou inúmeros tesouros artísticos africanos para decorar as suas casas e museus. No século XX, a Europa está a roubar os tesouros da mente para enriquecer as suas línguas e culturas. África precisa de recuperar o controlo da sua economia, da sua política, da sua cultura, das suas línguas e de todos os seus escritores patrióticos».

Ngũgĩ faz bem em referir o século XVIII como o momento a partir do qual se generalizou o saque cultural, porque é nesse século que a

burguesia europeia toma consciência do poder explorador que detém e decide embelezar o seu quotidiano com «coisas exóticas». No século XVII, o barroco era pouco adequado para decorar a casa da nova burguesia colonialista holandesa e inglesa, enquanto o neoclássico permitia já maiores facilidades nesse sentido. Os ricos comerciantes queriam mostrar o seu novo estatuto nas suas casas e espaços de convívio, e a posse de arte africana, indiana, persa, chinesa, americana... revelava também poder económico-militar e exuberância estética. A partir do século XX, o roubo alarga-se à mente, à «fuga de cérebros», porque para ultrapassar as crescentes dificuldades de acumulação do capital é imprescindível aumentar o capital constante, a tecnociência, o que exige desqualificar a mente colonizada para a reduzir a força produtiva.

Dois: «A tradição imperialista em África é hoje mantida pela burguesia internacional através das multinacionais e, claro, pelas classes dirigentes nativas, que agitam as bandeiras nacionais. A dependência económica e política desta burguesia neocolonial africana reflecte-se na sua cultura de imitação e repetição, que impõe a uma população adormecida com botas policiais, arame farpado e um clero e um aparelho judicial complacentes. Difundem as suas ideias mediante um grupo de intelectuais estatais, os académicos e os jornalistas laureados do *establishment* neocolonial».

A cultura da repetição e da imitação é uma cultura morta, porque não pode ser crítica nem criativa, já que assume e reproduz as correntes económicas que a prendem ao imperialismo, aceita os muros que lhe impedem de ver o horizonte para além dos dogmas interconectados na mente colonizada e, em especial, reforça a lógica da exploração, da propriedade privada. A cultura africana tem as suas raízes na vasta extensão de bens comunais, como já dissemos. A sua expropriação e privatização por via das invasões ocidentais reforçou-se, como algo inevitável, pela destruição paulatina da cultura comunal e pela imposição, primeiro, da cultura estrangeira da obediência à propriedade imperialista e, depois, de uma cultura colaboracionista e servil perante o invasor. As seitas cristãs e a justiça ocidental imposta em África desempenham aí o seu papel.

Três: «A tradição da resistência é hoje mantida pelos trabalhadores (os camponeses e o proletariado urbano), com a ajuda dos estudantes patriotas, dos intelectuais (sejam ou não académicos), dos soldados e de outros elementos progressistas das classes médias menos privilegiadas. A resistência reflecte-se na defesa patriótica das origens camponesas e proletárias das culturas nacionais, na defesa da luta democrática de todas as nacionalidades que habitam um mesmo território».

Ngũgĩ reativa aqui o clássico debate sobre o sujeito revolucionário nas sociedades onde a industrialização ainda não se enraizou, e nas quais o componente maioritário é o que ele descreve. Já falámos deste debate acima, mas o que aqui nos interessa é a participação deste sujeito coletivo na «guerra cultural» e no desenvolvimento da cultura popular que recupera as tradições comunais, recriando-as como armas decisivas de libertação anti-imperialista. O patriotismo que aqui se apresenta é o das nações trabalhadoras que, assumindo as suas lógicas diferenças, se enfrentam com e por objetivos históricos comuns contra as suas burguesias colaboracionistas.

Quatro: «A arma mais perigosa que o imperialismo empunha e, de facto, utiliza todos os dias contra esse desafio coletivo é a bomba da cultura. O efeito de uma bomba cultural é aniquilar a crença de um povo nos seus nomes, nas suas línguas, no seu meio natural, na sua tradição de luta, na sua unidade, nas suas capacidades e, em última instância, em si próprio. Faz com que vejam o seu passado como uma terra árida, desprovida de conquistas, e queiram afastar-se dele. Leva-os a querer identificar-se com aquilo que lhes é mais distante —por exemplo, com as línguas de outros povos em vez das suas próprias. Leva-os a identificar-se com o que é decadente e reacionário, todas as forças que sufocariam de bom grado as fontes da sua vida. Chega mesmo a lançar dúvidas profundas sobre a legitimidade moral da luta».

À potência ocupante urge destruir a identidade da nação trabalhadora, sobretudo a sua memória, tradição e moral de combate, aquela que lhe recorda sempre que foi livre no passado e que, se quiser voltar a sê-lo, terá de lutar contra a «bomba cultural» do imperialismo. Ngũgĩ não poderia dizê-lo de forma mais direta: a «bomba cultural»

procura aniquilar os nomes, as línguas, as formas de identificação com o meio natural construídas ao longo de séculos sob o abrigo da produção e partilha comunais. Um arrasamento da personalidade coletiva para impor línguas, nomes, normas e referências do invasor —trazidos de muito longe e que apenas podem florescer por meio da violência material e simbólica necessária para semear a submissão obediente ao amo estrangeiro no deserto mental da primeira infância.

Em 1993, Ngũgĩ escreve *Deslocar o centro*, onde fala da «gaiola linguística» que oprime a língua e cultura africanas, para mostrar a terrível e insuportável realidade que o levou a tomar consciência de que o seu romance *Um grão de trigo*, da década de 1960, poderia ser lido apenas por 5% da população —e isso com alguma sorte. Escreve: «Os escritores faziam parte da elite instruída, e não havia maneira de escaparem a estas contradições. Quase todos, por exemplo, optaram por línguas europeias como forma de expressão da sua criatividade. O inglês, o francês e o português tornaram-se as línguas da nova literatura africana. Mas essas línguas só eram faladas por 5% da população».

Devemos considerar que a educação, a saúde, a administração, etc., quando existiam de forma básica, sustentavam-se em línguas estrangeiras dominadas por apenas 5% da população, o que travava ou impedia que os povos aprendessem e criassem por si próprios esses meios decisivos, caso não tivessem primeiro interiorizado a língua e a cultura do ocupante. O problema agravava-se quando analisamos o funcionamento das forças repressivas nativas —colaboracionistas armados que defendiam o senhor, massacrando, se necessário, a própria família. O Reino Unido, Portugal e França, e em menor grau a Alemanha, a Bélgica e a Itália, levaram à morte dezenas de milhares de africanos, que se assassinaram entre si durante a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais em defesa dos imperialismos que os saqueavam. Mal conseguimos imaginar quanto este extermínio de jovens atrasou, durante gerações, a tomada de consciência pan-africanista.

Todos os movimentos de libertação compreenderam a importância crítica da alfabetização dos seus povos nas suas próprias línguas e culturas, como passo simultâneo no seu processo de auto-organização

enquanto força revolucionária que luta pela independência contra o imperialismo. A alfabetização estava —e está— ligada não só à auto-organização, mas também à preparação teórica, política e ética, com vista à criação de contrapoderes onde quer que seja possível, defendendo-os, ampliando-os e conectando-os em rede. Os contrapoderes, como veremos, cumprem uma função profundamente pedagógica e acumulativa, mas o seu alcance é sempre muito limitado e incerto, porque são sistematicamente alvo de repressão. São indispensáveis, mas insuficientes.

Ngũgĩ apresenta uma razão incontestável para a necessidade da preparação administrativa, ética e técnica —mas sobretudo com um objetivo revolucionário muito sólido, orientado para a tomada do poder, sempre realizada no decurso da luta de libertação:

«Mas a independência de muitos países africanos nem sempre trouxe consigo o empoderamento dos povos. O poder económico continua nas mãos de multinacionais, e o poder político, nas mãos de uma minúscula elite que governa sob o ditado dos interesses dominantes do Ocidente. Estas elites, às quais foi fornecida uma máquina militar com a qual se impõem à resistência da população, transformaram países inteiros em gigantescos centros prisionais».

É que uma guerra de libertação que não prepare as classes exploradas para a tarefa simultânea de destruir o poder ocupante e construir o poder revolucionário será, mais cedo ou mais tarde, varrida pela aliança entre a burguesia «nacional» e o imperialismo —aliança em que a força dominante é o capital imperialista. Pior ainda: essa aliança reprimirá, deterá, encarcerará, torturará e até assassinará as forças anti-imperialistas assim que reúna as condições para o fazer. Ainda pior: a máquina militar da elite, armada e treinada pelo imperialismo, está mentalizada e organizada para desferir o primeiro golpe mortal, dispondo da informação necessária e dos meios adequados para transformar os seus países em «gigantescos centros prisionais».

Ngũgĩ oferece-nos ainda outra razão incontestável, como as anteriores, com a qual damos por encerrada a resposta à sexta pergunta, já que nos abre a porta para entrar na sétima e última:

«Uns poucos acionistas na City ou em Wall Street, mediante uma simples manipulação na compra e venda de ações e participações, e graças ao poder quase monopolista do seu capital, podem determinar a localização, a morte ou a sobrevivência de indústrias inteiras; podem decidir, em última análise, quem come, o que come e onde come. Podem criar fomes, desertos, poluição e guerras. O camponês na parte mais remota do planeta é afetado pelo poder de pessoas que acumulam milhares de milhões, embora a sua riqueza só seja visível em números num ecrã de computador nessas instituições financeiras que chamamos bancos. Atualmente, o FMI e o Banco Mundial determinam as vidas e as mortes de inúmeras pessoas em África, na Ásia e na América do Sul.»

7. Que importância tem o facto de os povos decidirem por si mesmos no âmbito do anti-imperialismo? Quais são os elementos básicos para construir uma teoria revolucionária do anti-imperialismo? Que tipo de internacionalismo político necessita hoje a teoria anti-imperialista?

As últimas palavras de Ngũgĩ centram perfeitamente as três respostas a este último conjunto de perguntas, pois nos revelam o núcleo, a essência do imperialismo —o porquê e o como da destruição de vidas humanas em lugares muito distantes dos centros de poder capitalista, e sobretudo o para quê desses crimes quotidianos. Ngũgĩ escreveu-as em 1993, e o terço de século decorrido até agora apenas serviu para os multiplicar, ao mesmo tempo que se foram somando novos componentes às crises genético-estruturais do capital. Acima tentámos explicar a categoria essência/fenómeno, e agora poderíamos falar da relação entre o universal/o particular/o singular. Recorremos a ambas para compreender porque é que os povos trabalhadores devem decidir por si mesmos a sua luta anti-imperialista, sempre no quadro da unidade estratégica internacionalista pelo comunismo.

Entre muitas outras coisas válidas, Ngũgĩ afirma que o Banco Mundial, o FMI, as grandes corporações e uns poucos acionistas decidem quem morre de fome ou quem é massacrado em guerras a milhares de quilómetros dos seus confortáveis gabinetes. Esta é a essência do imperialismo, as suas características universais. Como as combater e vencer? Apenas com afirmações verdadeiras, mas genéricas, ou mediante lutas concretas que destruam as formas pelas quais se apresenta o essencial, o universal do imperialismo, de modo que em cada país ou região particular se formem coletivos anti-imperialistas capazes de chegar ao singular?

Por exemplo, a luta contra o «imperialismo ecológico», na sua essência universal que destrói a natureza, deve materializar-se no plano particular em e a partir da Galiza, através da derrota da monstruosidade da Altri, que apresenta singularidades que a distinguem de outras barbaridades, mas que só podem ser plenamente compreendidas graças à crítica marxista do ecocídio capitalista.

A lista de exemplos é praticamente inesgotável: a luta castelhana contra a falsificação e mentira histórica que visa impor a sua suposta espanholidade é a mesma que a luta catalã contra essa mesma imposição violenta, mas seria um erro crasso copiar mecanicamente os argumentos e formas de mobilização. A luta contra as bases da NATO na Andaluzia, por exemplo, é a mesma luta que se trava contra as bases imperialistas noutros locais, mas a forma dessa luta andaluza só será eficaz se partir da sua história e contexto —do mesmo modo que a luta basca pela amnistia tem os mesmos objetivos que as de outras nações trabalhadoras, mas no País Basco assenta na especificidade e singularidade da sua luta de libertação nacional de classe.

Queremos dizer que o anti-imperialismo será tanto mais eficaz quanto mais reconheça e aplique as lições da história: Ho Chi Minh não foi Tito nem Fidel, nem Mao foi Sankara, e Santucho aplicou um método no Uruguai diferente do dos guerrilheiros soviéticos atrás das linhas nazis —tal como a insurreição de 1917 em Petrogrado se fez segundo a sua circunstância, conjuntura e contexto. No entanto, em 1928, a Internacional Comunista publicou essa joia intitulada *A*

insurreição armada, que unificava dialeticamente num todo teórico as insurreições ocorridas até então, mostrando o que as identificava por baixo das suas muitas diferenças. Qualquer militante que atue num sindicato ou num movimento popular, cultural, etc., sabe que a luta de classes é uma só em si, mas que adquire tantas expressões quantas as formas de exploração, opressão e dominação que o capital aplica.

Portanto, os elementos básicos de toda luta anti-imperialista são os que atacam pela raiz aquilo que é a natureza essencial e irrenunciável do imperialismo —o que, para além das suas muitas formas exteriores, está sempre presente no fundo do confronto de vida ou morte entre o capitalismo e o socialismo: a superexploração das nações trabalhadoras, e em especial das suas mulheres, como troféu especial e força de trabalho múltipla; a sua opressão nacional em todos os aspetos; o saque dos seus recursos; o intercâmbio desigual; a imposição de juros impagáveis da dívida das suas burguesias; a ocupação militar, descarada ou encoberta; a guerra cultural e o saque intelectual; as restrições subtis ou brutais à soberania diplomática; a impunidade legal das empresas imperialistas no país dominado; a submissão de juízes; e por aí fora. Como se pode perceber, citámos diversas práticas imperialistas cuja extensão e intensidade devem ser analisadas caso a caso, o que ultrapassa os limites deste texto. No entanto, esta pequena lista, apesar de pouco detalhada, serve-nos para termos uma ideia da grande quantidade de opressões, dominações e explorações —cada vez mais complexas e interativas— às quais devemos fazer frente com objetivos claros, que nunca silenciem ou ocultem o antagonismo mortal, a inconciliabilidade entre o socialismo/comunismo e o imperialismo/capitalismo.

A explicação teórica, política e ética desse antagonismo deve também fazer-se nas lutas por reivindicações parciais, táticas, pontuais, chamadas «menores», que até podem ser conquistadas por métodos de pressão legal, com mobilizações pacíficas, aproveitando a cada vez mais debilitada democracia burguesa, etc. Mas, mesmo nesses casos, cada vez mais raros, deve ficar sempre claro que a pequena conquista alcançada se deve à ação das massas, à ameaça de se passar a métodos mais duros, à independência política do proletariado —e nunca à sua submissão às

ladainhas passivas e invocações reformistas. Deve ficar claro que, se enfraquecer a defesa do que foi conquistado, se não se ampliar a outras reivindicações, mais cedo ou mais tarde a burguesia contra-atacará até destruir tudo. Por isso, a mais pequena vitória deve ser um trampolim para outras maiores.

A inconciliabilidade entre opressão imperialista e libertação nacional de classe mostra que qualquer pequena vitória é apenas parte de uma guerra social que tudo abarca, na qual o estancamento do povo trabalhador é um sinal de fraqueza e dúvida que o imperialismo aproveita de imediato para endurecer e ampliar a sua contraofensiva. Neste vaivém de altos e baixos permanentes, é decisivo que o proletariado se lance à criação de contrapoderes que multipliquem a sua força, que lhe permitam organizar-se melhor, que ampliem redes e estruturas de classe e de independentismo, dentro do possível sob a opressão nacional.

Todas e todos sabemos o que são os contrapoderes: são os *gatzetxes*, os centros sociais auto-organizados; as sedes de partidos e organizações revolucionárias; os espaços da imprensa livre e crítica; os movimentos mais ou menos estáveis que o povo trabalhador cria para construir um modo de vida, uma práxis, totalmente oposta à opressora —como a luta contra o narco-capitalismo, o fascismo, as infiltrações policiais, o terrorismo patriarcal, a destruição do meio urbano e, com ele, dos sistemas de educação, saúde, transportes, habitação social de qualidade; a invasão dos hipermercados e a destruição do tecido social popular; a organização de festas populares reivindicativas não mercantilizadas; e por aí fora. Recuperar, construir, coordenar, alargar e defender esses contrapoderes é vital, tal como é essencial dotá-los de uma unidade estratégica em direção aos objetivos da independência de classe, do socialismo e do comunismo.

E um objetivo irrenunciável e sempre presente é o de unir o internacionalismo proletário ao independentismo socialista na luta de morte contra o capital e as suas atrocidades imperialistas. As formas de o fazer são múltiplas, porque múltiplos são os fios que ligam as resistências ao imperialismo. É imprescindível que a militância conheça a teoria marxista do imperialismo e a da crise do capital, que, como vimos, estão

interligadas. A partir daqui, é muito fácil demonstrar que o avanço da independência socialista é o recuo do imperialismo. Cuba é um exemplo, mas também muitos outros povos que hoje se somam, de uma forma ou de outra, à crescente oposição ao imperialismo.

Conhecendo as leis tendenciais e as contradições do capitalismo, sabemos qual é a função da guerra imperialista contra os povos. Daí até demonstrar que uma greve numa empresa com participação sionista, ou um boicote a empresas de transporte que levam armas para a NATO, ou a oposição de massas ao gasto militar, ou o repúdio radical à cultura que legitima o imperialismo em qualquer das suas formas, ou a recolha de dinheiro e outros bens para ajudar povos atacados, ou a criação de redes de acolhimento para refugiados ameaçados, ou a denúncia permanente do servilismo imperialista da burguesia local e dos seus partidos dóceis —tudo isto, e muito mais, são demonstrações práticas e compreensíveis da união entre a luta pela independência socialista e a luta anti-imperialista.

As origens do anti-imperialismo: teoria, práxis e importância da América Latina e das Caraíbas

Henry Boisrolin

Coordenador do Comitê Democrático Haitiano na Argentina

I. Introdução

Trata-se, sem dúvida, de um dos temas históricos mais complexos de analisar, debater e sobre o qual tomar posição. Representa, de certo modo, um verdadeiro desafio —não apenas para as várias áreas das chamadas ciências sociais— quando se pretende compreendê-lo com seriedade e profundidade, mas, sobretudo, para a militância revolucionária em todo o mundo. Isto deve-se, em grande medida, às múltiplas formas que este tema assumiu em diferentes lugares, desde as conquistas realizadas por certos países europeus na América, em África e na Ásia.

No caso específico da América Latina e das Caraíbas —espaço que privilegiarei neste breve artigo—, essa história começa com o desembarque dos espanhóis comandados por Cristóvão Colombo em 1492. A posterior conquista e colonização da região envolveu também África nessa cruel empresa de pilhagem e extermínio de vários povos de um continente inteiro.

Com efeito, África foi, sem qualquer dúvida, o principal espaço geográfico onde esses europeus raptavam seres humanos, transportando-os depois, em condições desumanas, por via marítima até à América (*Abya Yala*¹), para os transformar em pessoas escravizadas, tratadas como animais com o simples dom da fala. Esta operação criminosa ocorreu, sobretudo, depois do genocídio perpetrado contra os povos originários do continente americano. A História ensina-nos que

esses homens e mulheres africanos chegavam para substituir esses povos nos territórios onde os conquistadores saqueavam todas as riquezas desta parte do mundo, por meio do sistema de dominação «escravocrata» e de outras formas de exploração.

Essa obra autoproclamada «civilizadora» —pelos próprios assassinos e saqueadores— tornou-se num dos elementos constitutivos do capitalismo, sendo fundamental para o seu posterior desenvolvimento e consolidação.

Por conseguinte, não podemos abordar o tema das origens do anti-imperialismo ignorando esta parte da história da humanidade. Especialmente se entendermos o anti-imperialismo como uma corrente política que se opõe a todas as formas de dominação exercidas por certas potências sobre outros povos, com ênfase na autodeterminação, na liberdade plena e ativa, e na soberania nacional. O seu surgimento histórico não pode, a meu ver —como o fizeram e continuam a fazer diversos investigadores— ser remetido apenas para o final do século XIX. É necessário ligá-lo às lutas contra o colonialismo europeu e à expansão do imperialismo norte-americano.

II. Reconhecimento histórico contra o esquecimento ou o silêncio

Neste enquadramento, considero que as resistências dos próprios sequestrados desde África —depois as suas lutas nos navios «negreiros», assim como nas plantações— contra a conquista e a colonização, procurando sempre a sua liberdade, constituem o ponto de partida do anticapitalismo e do anti-imperialismo. Sem esquecer, é claro, as lutas dos povos originários, como as do cacique Enriquillo e da cacica Anacaona, na ilha do Haiti, denominada *La Española* na gíria colonialista, por Cristóvão Colombo. A rebelião do cacique Enriquillo teve lugar entre 1519 e 1533. A cacica Anacaona foi executada pelos espanhóis em 1503, após ser acusada de conspiração pelo governador espanhol, Nicolás de Ovando.

Segundo os dados históricos recolhidos e divulgados por vários manuais elaborados por intelectuais e estudiosos da República do Haiti (*Ayiti*²) e da República Dominicana, a rebelião de Enriquillo, também conhecido como Guarocuya, foi um levantamento indígena na ilha *La Española* (atualmente formada por dois países: a República Dominicana e a República do Haiti) contra o domínio espanhol. Enriquillo, nobre taíno, liderou a resistência desde a região montanhosa de Bahoruco, onde se tinha refugiado com outros indígenas. Foi derrotado pelos conquistadores espanhóis em 1533.

Por outro lado, Anacaona, cacica de Jaragua, foi executada em 1503 por ordem do governador espanhol Nicolás de Ovando, que a acusou de conspirar contra os espanhóis após uma visita ao seu território. De facto, foi ela quem convenceu o seu marido, Caonabo, a exterminar todos os homens deixados por Colombo antes de regressar a Espanha, após a sua primeira viagem. No regresso, Colombo encontrou os cadáveres dos seus homens empilhados e sem olhos. Estes haviam cometido todo o tipo de abusos e massacres contra os habitantes da região. A morte de Anacaona pode ser considerada um símbolo da resistência indígena, pois marcou um ponto de inflexão na relação entre os espanhóis e os taínos na ilha.

No que toca aos africanos transportados, são incontornáveis as resistências dos quilombolas, dos cimarrones, etc.; ou seja, aquelas protagonizadas por lutadores e lutadoras que fugiam para as montanhas e atacavam sobretudo de noite os escravistas e as suas plantações. Fazendo uma breve revisão dessas lutas, importa destacar, por exemplo, a resistência no Brasil de Zumbi contra os portugueses a partir de 1665, contra a escravidão e pela autonomia do quilombo dos Palmares — autonomia que se manteve até ao assassinato de Zumbi em 1695. No caso da Venezuela, é imprescindível recordar a insurreição liderada em 1795 por José Leonardo Chirino.

Essa insurreição, também conhecida como a insurreição dos negros de Coro, foi realizada por pessoas escravizadas na Venezuela, tendo-se iniciado a 10 de maio de 1795. Este acontecimento histórico é considerado, sobretudo pelos atuais dirigentes do processo

Revolucionário Bolivariano, como uma das primeiras tentativas independentistas registadas na Venezuela, mesmo que não tenha alcançado os seus objetivos.

Outros antecedentes históricos que também merecem ser recordados são as lutas lideradas por José Gabriel Condorcanqui, que se autodenominava Túpac Amaru II, e por Túpac Katari. A rebelião de Túpac Amaru foi uma resposta contundente à exploração colonial, especialmente às reformas borbónicas e à pressão fiscal imposta pela Coroa Espanhola. Essa rebelião começou em novembro de 1780 e durou até 1782. Alcançou, inicialmente, grandes vitórias, como a tomada de Ayaviri e a Batalha de Sangará. Foi a primeira grande revolução surgida no contexto do processo emancipador ocorrido no vice-reinado do Peru e constituiu um precedente para as guerras de independência que emergiriam na América no início do século XIX. Túpac Amaru II foi executado a 18 de maio de 1781, na Praça de Cusco, após ter sido esquartejado por quatro cavalos, segundo várias fontes históricas.

Tal como Túpac Amaru, no território que corresponde atualmente à Bolívia, Túpac Katari liderou uma formidável rebelião contra os conquistadores espanhóis. Procurava a libertação dos indígenas face ao jugo imposto pelas forças coloniais. Foi derrotado, também esquartejado por quatro cavalos e executado a 15 de novembro de 1781, na Praça de Peñas. Ao lado de Túpac Katari, lutou uma mulher excepcional que entrou para a história: Bartolina Sisa. Ela deixou para a posteridade um legado de coragem e dignidade na luta pela libertação dos/as oprimidos/as.

É necessário assinalar, ainda, que essas lutas contribuíram para o desenvolvimento de um pensamento que hoje se conhece como pensamento decolonial. O que significa esta afirmação? Simplesmente, que o anti-imperialismo, na nossa região latino-americana e caribenha, tem aí a sua origem.

Agora, se tivermos de considerar um ponto fundamental de inflexão em todo esse processo, esse é, sem dúvida alguma, a Revolução Haitiana —anticolonial, antiesclavagista, antirracista, antieurocêntrica e

anticapitalista —, vitoriosa em 1804. Essa única revolução bem-sucedida, hegemônica e protagonizada por pessoas escravizadas, representa um marco fundador na luta anti-imperialista a nível mundial. O seu impacto ultrapassou a região das Caraíbas, desafiando e rompendo com a ordem colonial, racial e econômica do século XIX. Neste sentido, ao derrotar os exércitos espanhóis, britânicos e franceses tanto no campo de batalha como no das ideias, lançou as bases para os movimentos de libertação na América Latina, em África e também noutras regiões.

Esse golpe ao sistema escravagista e colonial não radicalizou os conceitos de liberdade, igualdade e fraternidade da Revolução Francesa, como costumam afirmar alguns estudiosos do tema; ao contrário, a meu ver, colocou em causa outro tipo de liberdade. Importa recordar que uma das principais palavras de ordem da guerra pela liberdade e independência foi: *liberdade ou morte*.

Outro ponto a considerar, numa leitura decolonial da Revolução Haitiana, é o artigo 14.º bis da Constituição de 1805, promulgada pelo Libertador do Haiti, Jean-Jacques Dessalines. Esse artigo estipulava: «*Todo o ser humano que quiser habitar este solo, independentemente da cor da sua pele, será conhecido sob a denominação de negro*». Tratou-se de uma ressignificação da categoria colonial *negro*, como símbolo de unidade e resistência. Ao mesmo tempo, demonstrou que a luta anti-imperialista não é apenas política, mas também racial, econômica e cultural.

Esses aspetos da Revolução Haitiana, analisados numa perspectiva decolonial, foram desenvolvidos de forma magistral pelo historiador e antropólogo haitiano Michel-Rolph Trouillot, no seu texto *Silenciando o passado*.

Outro traço anticolonial e anti-imperialista dessa Revolução foi a sua prática internacionalista. Com efeito, apoiou de forma concreta e ativa as lutas independentistas na América Latina. Por exemplo, em 1816, o Libertador Simón Bolívar recebeu, por duas vezes, do presidente haitiano Alexandre Pétion, refúgio, armas, munições, dinheiro, uma

imprensa, e centenas de combatentes haitianos que acompanharam e lutaram ao lado de Bolívar. Tudo isso apenas em troca da promessa de abolir a escravatura nas colónias espanholas libertadas por Bolívar. Esse exemplo vitorioso de 1804 no Haiti inspirou também rebeliões de pessoas escravizadas na Jamaica, no Brasil e em Cuba.

Para entender melhor o assunto, pode ser muito útil o livro *De Cristóbal Colón a Fidel Castro*, do intelectual e revolucionário dominicano Juan Bosch, publicado pela primeira vez em 1970. Bosch foi o primeiro a enxergar o Caribe como uma «fronteira imperial» — ou seja, como uma região disputada por impérios como Espanha, Inglaterra, França, Holanda e os Estados Unidos. Segundo ele, o Caribe sempre foi palco de conflitos geopolíticos e económicos, onde essas potências tentaram — e ainda tentam — dominar e explorar os seus recursos. Ao mesmo tempo, o autor destaca a resistência dos povos caribenhos contra o colonialismo e o neocolonialismo. Com base numa análise marxista e argumentos sólidos, ele defende que a história do Caribe é a história da opressão imperial e das lutas populares por independência. Por isso, dá grande importância à Revolução Cubana, vitoriosa em 1959, como um ponto de virada na história da região, abrindo um novo ciclo de lutas anti-imperialistas.

Essas ideias de Bosch são parecidas com as do intelectual e marxista haitiano Gérard Pierre-Charles, nos seus estudos sobre o Caribe. Ele também enfatizou a resistência dos povos caribenhos diante do colonialismo e do imperialismo. No livro *O pensamento sociopolítico moderno no Caribe*, analisou como a região se tornou alvo de dominação económica e militar, principalmente depois da crise dos anos 1930. Foi além, denunciando com dados concretos a instalação de bases militares e o controlo das empresas transnacionais como ferramentas do neocolonialismo, tendo os Estados Unidos como potência dominante. Assim como Bosch, destacou a importância da Revolução Cubana, vendo nela um símbolo de resistência anti-imperialista e um modelo alternativo diante da dependência, da submissão e do saqueio.

III. Imperialismo como sistema global de dominação e exploração no quadro da dependência na América Latina e Caraíbas

É impossível compreender plenamente a relação entre imperialismo e dependência na região sem os contributos do marxismo. Um dos estudiosos deste tema foi o brasileiro Ruy Mauro Marini. Analisou concretamente o imperialismo a partir de uma perspetiva centrada na dinâmica do capitalismo global e no seu impacto nos países periféricos da América Latina. Chegou a incorporar conceitos-chave como superexploração, subimperialismo e transferência de valor, revelando certas estruturas de dominação económica e política. De facto, Marini retoma a tradição leninista, mas, com criatividade, adapta-a à realidade latino-americana. Este exercício reflexivo permitiu ao intelectual brasileiro destacar que o imperialismo não é apenas uma fase do capitalismo, mas sim um mecanismo estrutural para garantir e perpetuar a desigualdade entre países centrais e países periféricos.

Em relação ao conceito de subimperialismo, Marini introdu-lo para descrever o papel de algumas economias periféricas, como o Brasil, por exemplo. Apesar de continuar dependente do capital estrangeiro, o Brasil desenvolve uma acumulação interna concentrada e, assim, atua no cenário mundial como intermediário do imperialismo norte-americano em determinadas ocasiões. Isto ficou claramente demonstrado quando o Brasil, sob a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, aceitou a decisão do governo norte-americano de assumir o comando militar da MINUSTAH (Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti). Uma missão que, na realidade, foi uma ocupação militar do Haiti entre 2004 e 2017, violando a soberania e o direito à autodeterminação do povo haitiano. Os soldados brasileiros, tal como os militares dos Estados Unidos quando ocupam um país, cometeram no Haiti massacres, repressão de mobilizações populares, manipulação de eleições, violações sexuais, entre outros crimes. Ou seja, também cometeram crimes que costumam ser classificados como crimes contra a humanidade. Esta ocupação, que durou 13 anos, veio dar razão a Marini. Da mesma forma, ele demonstrou que o imperialismo não é um *estádio*

ultrapassado, mas sim uma relação, uma categoria, que continua atual. Por isso, é necessário, também a partir da periferia, desenvolver com maior organização, coerência e convicção as lutas contra o capitalismo e a favor da revolução socialista, articulando a luta de classes com o internacionalismo.

Neste contexto, e sobretudo analisando as guerras atuais, o genocídio perpetrado, por exemplo, pelos EUA no Haiti, e o que está agora a ser levado a cabo em Gaza pelos sionistas israelitas com total apoio dos EUA, o livro de Vladimir Lenin *O imperialismo, fase superior do capitalismo* (1916) mantém uma atualidade impressionante. Para Lenin, após identificar as principais características do imperialismo, esta etapa representa a última do desenvolvimento do capitalismo, marcada pelo domínio dos monopólios, do capital financeiro e pela exploração global. Acentua as contradições do capitalismo e as agressões, mas também cria as condições para o seu derrube através da revolução socialista.

Agora, parece-me interessante, para uma melhor compreensão do tema, destacar aqui algumas contribuições do marxista argentino Néstor Kohan. Sua obra *Teorias do Imperialismo e da Dependência do Sul Global* (2022) aborda o imperialismo a partir de uma perspetiva muito crítica, baseada no marxismo e na teoria marxista da dependência. Kohan destaca o papel do imperialismo como sistema de dominação económica, militar, política e cultural sobre o Sul Global. Por isso, ele também retoma a tese leninista de que o imperialismo não é apenas uma política externa agressiva, mas sim uma etapa histórica do capitalismo caracterizada pela concentração do capital em monopólios e oligopólios; pela fusão do capital financeiro com o industrial, dominando a economia global; e pela exploração dos países periféricos por meio de mecanismos como a *superexploração do trabalho*, recuperando assim esse conceito elaborado por Marini.

Em outro texto de grande valor, *Marx no seu (Terceiro) Mundo* (1998/2003), Kohan defende a atualidade de um marxismo não colonizado. Para ele, derrubar o imperialismo exige recuperar tradições críticas e lutas esquecidas, a fim de construir alternativas revolucionárias desde e pelos povos oprimidos pelo grande capital.

IV. A título de conclusão

É-me difícil escrever palavras finais sobre um tema tão crucial como o imperialismo, sobretudo num mundo em plena metamorfose, que está a passar de uma fase relativamente recente de unipolaridade, com os EUA como ator hegemónico, para uma em que o imperialismo se encontra em plena decadência e potências como a Federação Russa e a China estão a redefinir a correlação de forças.

Ainda assim, atrevo-me a afirmar, com base no que foi exposto anteriormente —especialmente nos trabalhos dos autores cujos contributos me serviram de apoio analítico—, que o imperialismo ainda não desapareceu da face da Terra, e que toda a luta anti-imperialista deve ser anticapitalista, internacionalista, não dogmática e assente numa organização firme da classe trabalhadora e de todos/as os/as demais oprimidos/as do mundo. Com efeito, não basta aplicar reformas; é necessária uma verdadeira e profunda rutura revolucionária com o sistema capitalista. Se é certo que o imperialismo pode ser considerado uma fase de decadência do capitalismo, a sua derrota definitiva dependerá sempre da capacidade dos povos para lutar e construir o socialismo.

V. Bibliografia consultada

Bosch, Juan, *De Cristóbal Colón a Fidel Castro. El Caribe frontera imperial*. Editorial Miguel Ángel Porrúa, 1976.

Kohan, Néstor, *Teorías del Imperialismo y la Dependencia del Sur Global*. Editorial Cienflore, 2022.

Kohan, Néstor, *Marx en su (Tercer) Mundo*. Editorial Cienflore, 2003.

Marini, Ruy Mauro, *Dialéctica de la dependencia*. México, ERA, 1987.

Pierre-Charles, Gérard, *El caribe contemporáneo*. Siglo XXI editores, 1981.

Pierre-Charles, Gérard, *El pensamiento sociopolítico moderno en el Caribe*, coedición de IIS con el Fondo de Cultura Económica, 1985.

Trouillot, Michel-Rolph, *Silenciando el pasado*. Editorial Comares, 2017.

1. *Abya Yala* é um termo originário da língua *kuna*, utilizado para designar o continente americano na sua totalidade, em alternativa à designação «América», de origem colonial. Significa «terra em plena maturidade», «terra viva» ou «terra em flor». A proposta de adoção deste termo como nome próprio do continente foi feita pelo líder aimara Takir Mamani. A língua *kuna* é falada pelos povos indígenas que habitam territórios do Panamá e da Colômbia.
2. *Ayiti* (em língua taína e em *kreyòl*); *Haiti* (em francês); Haiti (em castelhano), é uma palavra de origem taína que significa «terras montanhosas».

Maurício Castro

É argumento habitual das esquerdas vinculadas a projetos estatais dominantes, ou aos diretamente imperialistas, a suposta extemporaneidade do apelo aos direitos nacionais. Também na Galiza, onde abundam raciocínios, tipo «*em plena globalização, não toca levantar novas fronteiras, até porque os estados estão a perder sentido frente às grandes corporações*».

O certo é que a dialética entre livre mercado e protecionismo é velha e continua aí, como vemos na atualidade, com o ressurgimento de tendências antiglobalistas em importantes setores capitalistas. Claro que ainda é mais velho –e também continua aí– o papel imprescindível do Estado na constituição e desenvolvimento histórico do capitalismo. Isso é assim tanto nas suas origens, como no seu desenvolvimento, sem que os apelos antiestatalistas dos liberais tenham passado da retórica, exceto para debilitar as nações com economias subdesenvolvidas, garantindo que mantêm as suas posições dependentes.

Porém, desde que ficou evidente a vocação mundial do capital, não faltou quem enxergasse um futuro sem nações. Foi o caso das previsões de Karl Kautsky, líder da II Internacional, sobre um «ultraimperialismo» resultado do total desdobramento da etapa imperialista, que unificaria todos os estados num só. Teses contestadas pela teoria do imperialismo de Lenine, que hoje conta com o aval de mais de um século de vigência, desde que foi desenvolvida em 1916.

Retrocedendo até os tempos da I Internacional, encontramos já o debate sobre nacionalismo e colonialismo, em que Karl Marx teve, como se sabe, um papel relevante, em polémica com alguns setores cosmopolitas do movimento operário da altura. Começemos por

lembrar que não existe uma formulação sistemática da questão nacional em Marx e, portanto, não serei eu quem tente levá-lo mais longe de onde a sua obra permite.

Pode, contudo, apontar-se para uma evolução na orientação que Marx e Engels dão à questão nacional, sempre como parte da «emancipação política» e, portanto, do programa das revoluções burguesas. Como o resto de direitos «prometidos» por aquelas, também os direitos nacionais ficaram esvaziados de conteúdo com a definitiva instalação da burguesia no poder. Corresponderá, então, na previsão de Marx, à revolução socialista torná-los realidade.

As revoluções fracassadas de 1848 na Europa, primeiras em que o proletariado tomou a direção política, marcam o pensamento de ambos teóricos do socialismo. Por uma parte, já antes fizeram referências explícitas ao apoio que os comunistas deviam dar, por exemplo, aos independentistas polacos, inclusive no *Manifesto Comunista* (1848): «*Na Polónia, os comunistas apoiam o partido que vê numa revolução agrária a condição da libertação nacional, isto é, o partido que desencadeou a insurreição de Cracóvia em 1846*».

Na mesma obra, a célebre referência a que «*os operários não têm pátria*» permite, desde que leiamos o parágrafo completo, comprovar que, para Marx, «*o proletariado tem por objetivo conquistar o poder político e erigir-se em classe dirigente da nação, tornar-se ele mesmo a nação; ele é, nessa medida, nacional, embora de nenhum modo no sentido burguês da palavra*». Trata-se de um apelo à disputa da hegemonia de classe, em mãos da burguesia, para ser conquistada pelo proletariado, constituindo-se assim em nova classe hegemónica da nação.

Por outra parte, o desfecho reacionário das revoluções de 1848 leva Marx e Engels a condenar o papel de algumas nacionalidades eslavas, alinhadas com os exércitos dos impérios russo e austríaco, o que as tornava candidatas a integrarem um campo pan-eslavista de carácter reacionário, fomentado pelo Czar.

No caso do seu país, a Alemanha é analisada como atrasada nas tarefas do desenvolvimento capitalista, o que se plasma na falta de unificação, até a década de 70 do século XIX. Mostram-se favoráveis à modernização e preocupados com o papel dirigente de dois setores reacionários da sociedade germânica, a nobreza rural e os militares, no processo de criação do Estado nação alemão. Preocupação razoável, vista a evolução posterior...

A Irlanda é, junto ao já referido caso da Polónia, representativa da evolução positiva das posições de Marx na questão nacional, apoiando os direitos da nação pequena contra a grande. Se nos anos 40 mantinha posições federalistas, julgando que a liberdade da Irlanda dependia da revolução inglesa, na década seguinte passa a considerar que será a conquista da independência pela Irlanda que permita o proletariado inglês avançar na sua própria emancipação. O fim das esperanças no cartismo inglês parece ter influenciado nessa evolução de Karl Marx, junto à resistência heroica do povo irlandês, que ele mesmo definirá, numa carta de 1870, como «o ardor revolucionário do operário celta».

Sobre a evolução posterior, o relato incluído pelo recentemente falecido Domenico Losurdo na sua obra *A luta de classes, uma história política*, citando o socialista francês Charles Longuet, coletâneo de Marx, é ilustrativo: «*A insurreição polaca de 1863, as revoltas irlandesas dos fenianos de 1869, da Liga agrária e dos Home Rulers de 1874 – todas essas insurreições das nacionalidades oprimidas foram acompanhadas pela bancada da fortaleza da Internacional [referência ao lar de Karl Marx] com um interesse que não foi menor do que aquele que acompanhou a maré ascendente do movimento socialista dos dois hemisférios*».

Um relato confirmado pela carta, essa si diretamente documentada, que Marx escreve a Engels, em 1867, logo após a execução de três militantes revolucionários irlandeses enforcados sob a acusação de organizar a libertação, à mão armada, de dois dirigentes independentistas, ocasionando a morte de um polícia inglês: «*Desde a execução de Manchester, Jenny está de luto e usa a sua cruz polaca sobre um tufo verde*» (a união dos símbolos nacionais polaco e irlandês).

A resposta de Engels é igualmente inequívoca, segundo nos lembra Losurdo: «*Não preciso de dizer que também na minha casa preto e verde dominam*» [em referência às cores do luto e da nacionalidade irlandesa].

As menções favoráveis à luta irlandesa prolongam-se o resto da sua vida. Em 1870, numa das suas cartas sobre a temática irlandesa, afirma que «*na Irlanda, a questão da terra foi até agora a forma exclusiva que a questão social assumiu, porque é uma questão de vida ou de morte para a maioria do povo irlandês, porque, ao mesmo tempo, é inseparável da questão nacional*».

Já no caso da Índia, a avaliação de Marx passou de uma certa justificação do imperialismo britânico sobre a atrasada nação asiática, na medida que iria servir para desenvolver as suas forças produtivas, para uma progressiva retificação de qualquer cumplicidade com o colonialismo, chegando à condena explícita da barbárie colonial.

Vemos inclusive antes do *Manifesto*, em 1847, como n' *A Miséria da Filosofia* realiza uma crítica contundente à extorsão colonial que sofre a Índia, onde milhões de operários «*tiveram que perecer para proporcionar ao milhão e meio de operários ocupados na Inglaterra na mesma indústria três anos de prosperidade sobre dez*». Reconhece assim à classe trabalhadora indiana entidade própria frente à inglesa e apela à sua libertação do «*jugo da dominação inglesa*».

Em 1853, no artigo «Resultados futuros do domínio britânico na Índia», publicado no *New York Daily Tribune*, faz um duro e direto alegato anticolonialista: «*a profunda hipocrisia, a barbárie intrínseca da civilização burguesa estão diante de nós sem véus, não apenas nas grandes metrópoles, onde elas assumem formas respeitáveis, mas voltamos os olhos às colónias, onde perambulam nuas*».

Os textos sobre a América Latina mostram sobretudo uma atitude semelhante à que manteve inicialmente em relação à Índia, o que também acontece com as suas considerações sobre a política colonial britânica contra a China, com motivo das chamadas *Guerras do Ópio*. A desagregação da estrutura económica tradicional chinesa é primeiro compreendida e depois condenada por Marx, que manifesta a esperança

em que a intervenção colonialista provoque por sua vez um efeito de volta na própria Inglaterra.

Poderíamos acrescentar avaliações de distinto tipo sobre conflitos nacionais concretos, que aspiram sempre a uma caracterização de base materialista, ligada aos interesses do avanço social em cada contexto. Com maior ou menor fortuna, são as lutas de classes desenvolvidas em cada etapa que determinam o seu alinhamento em favor de povos e nações europeias ora olhadas com simpatia (Alemanha, Hungria, Itália...), ora criticadas sob acusação de serem instrumentalizadas pelas potências reacionárias da época (especialmente os povos eslavos). Algo semelhante, com as suas particularidades e às vezes com menor conhecimento de causa, é aplicável aos domínios coloniais no resto do mundo.

Nada de niilismo nacional, portanto, nem adesão acrítica às posições cosmopolitas ou colonialistas. Como a de Marx não é «palavra de Deus», poderemos concordar ou discordar das suas avaliações concretas em tal, ou qual contexto e país, mas os direitos nacionais, fazendo parte do que ele chama «emancipação política», constituem, nas suas próprias palavras, «*um grande progresso*» e ajudam a perfilar «*a forma definitiva da emancipação humana dentro da ordem mundial vigente até aqui*».

Isto é, a burguesa, em que todas e todos nós ainda estamos inseridos.

Publicado originalmente no semanário Sermos Galiza em 27 julho de 2018
com motivo do bicentenário de Karl Marx.

Eclosão, apogeu e declínio do imperialismo norte-americano

Christian Nader

Primeira fase: fundamentalismo puritano, supremacia anglófona e o «Embrião de um grande império» segundo A. Hamilton

Ao longo da sua história, desde o surgimento enquanto nação independente, o imperialismo dos Estados Unidos passou por diversas transformações e reformulações nas suas justificações e estratégias para cometer atrocidades. Os ideais supremacistas, capitalistas/imperialistas, racistas e coloniais não foram consequências graduais do seu processo inicial de expansão —desde antes da separação da matriz colonial inglesa/britânica, os líderes da independência já concebiam o futuro Estado nacional como uma entidade excecional, destinada à expansão perpétua e ao domínio absoluto do planeta. George Washington considerava os EUA um *império nascente*, que rivalizaria em breve com potências como a França e a Grã-Bretanha. John Adams, o segundo presidente, afirmava que o novo país seria um *farol para iluminar os ignorantes*. O seu sucessor ampliou essa ideia, chamando-o *Império da Liberdade* e prevendo que o novo país se estenderia para lá dos limites ocidentais das treze colônias britânicas, penetrando nas profundezas «selvagens» da América do Norte, habitadas por *bárbaros*. O próprio profeta Thomas Jefferson sentenciou que, se os povos nativos *rejeitassem o progresso*, o novo país teria de os expulsar. Este é o primeiro mito que devemos destruir: os EUA não nasceram como uma república, mas como um império, conceptualizado como tal antes mesmo da independência. Estruturaram-se com base em dois pilares centrais (correntes distintas, mas complementares): um cientificista,

civilizacional e imperialista, disfarçado de republicanismo; e outro teológico, escatológico —milenarista. O primeiro defendia que os EUA eram fruto da glória, engenho e qualidades excepcionais das raças/culturas brancas/europeias, que lhes conferiam a missão de civilizar ou escravizar os povos considerados inferiores e de impor ideias como liberdade, democracia, justiça e livre mercado aos quatro cantos do mundo. O segundo, com base numa visão protestante puritana, sustentava que uma divindade, através da providência divina, guiaria os norte-americanos na sua luta iminente contra o paganismo e a idolatria dos povos nativos, e na subordinação do sul novohispano/mexicano católico, de maioria mestiça.

Estas duas correntes sintetizaram-se no dogma ou doutrina do *Destino Manifesto* —uma narrativa que levou a *Nova Jerusalém* e o *Segundo Povo Eleito* a estabelecer os seus objetivos expansionistas iniciais em direção ao oeste, partindo da costa atlântica rumo ao Pacífico. Embora o processo genocida contra os povos indígenas tenha começado muito antes da independência dos EUA, foi apenas no século XIX, com o capital acumulado graças ao potencial industrial do norte e ao escravagismo do sul, que a aventura da pilhagem territorial pôde ser financiada. Esse processo começou em 1803 com a compra da Luisiana à França —um território colossal que quase duplicou a geografia dos EUA e levou os invasores anglófonos a iniciar uma limpeza étnica contra as *500 nações*, desde oeste do Mississippi até às encostas orientais das Montanhas Rochosas.

Embora as teorias etnocêntricas e racistas tenham enraizado no solo dos EUA desde a chegada dos primeiros invasores ingleses e escoceses no século XVII, foi no início do século XIX que se tornaram política oficial do governo norte-americano, durante a presidência de Andrew Jackson, quando a expulsão e o extermínio dos povos originários se intensificaram e se tornaram prioridade do regime colonial através da Lei de Remoção dos Índios de 1830, que permitiu a expulsão de milhões de pessoas para lá do Mississippi. Entre 1817 e 1825, a presidência foi ocupada por James Monroe, durante cujo mandato foi elaborada outra das pedras angulares do imperialismo norte-americano. Embora a doutrina leve o nome do presidente, o verdadeiro cérebro foi John

Quincy Adams, o seu secretário de Estado e futuro presidente, que afirmava que os EUA estavam *destinados por Deus e pela natureza a ser o povo mais populoso e poderoso jamais unido sob um mesmo pacto social*. Em linhas gerais, a tese monroísta definia o território americano na sua totalidade como o *espaço vital* e esfera exclusiva dos Estados Unidos —um continente onde as potências imperialistas europeias não teriam lugar, pois o extrativismo colonial e a ingerência seriam monopólios de Washington, que viria a tornar-se, como bem previu Simón Bolívar, o carrasco hemisférico das futuras repúblicas independentes.

Em 1845 chegou à presidência James Polk, admirador e discípulo de Andrew Jackson. Foi neste momento que a quinta-essência do imperialismo norte-americano se manifestou. Em 1846, após o roubo do território do Texas, os EUA iniciaram a agressão contra o México, um país com apenas 25 anos de existência e que, após um processo de independência que custou quase um milhão de vidas e sucessivos conflitos internos, estava em bancarrota e praticamente arruinado. Em 1847, o México perdeu quase 2.300.000 km² do seu território. Os anglófonos tinham finalmente alcançado o seu objetivo de chegar ao Pacífico. A partir deste momento, o imperialismo norte-americano voltou os olhos para além do território continental. É importante destacar que os EUA não conseguiram «pacificar» (ou seja, limpar etnicamente) a América do Norte senão no final do século XIX, pois mesmo nas últimas décadas daquele século a resistência indígena persistia, bem como a fúria genocida norte-americana, expressa em massacres como o de Wounded Knee, em 1890, quando mais de 300 Lakota (Sioux) foram assassinados pelo exército dos EUA no Dakota do Norte, durante a presidência de Benjamin Harrison. Mesmo em 1911, o extermínio prosseguia, com massacres como o de Kelley Creek, no estado do Nevada, quando várias famílias Newe (Shoshone) foram assassinadas.

A última fase do controlo da costa oeste norte-americana deu-se em 1867, quando Washington aceitou a oferta do czar Alexandre II e comprou a totalidade da Rússia Americana (cuja presença se estendia até zonas tão a sul como o norte da Califórnia). Com isso, os EUA puderam

aceder ao Pacífico setentrional e ao Ártico, o que lhes facilitou o acesso ao norte da Ásia, incluindo o arquipélago japonês, o extremo oriente russo e as ilhas Diómedes/Gvózdev (fronteira entre Chukotka e o Alasca).

Segunda fase: A talassocracia e o imperialismo ultramarino

O Secretário de Estado William Seward previu que, se os Estados Unidos conseguissem alcançar o Oceano Pacífico e dominar o grande comércio do Oriente, surgiriam como «o maior dos Estados existentes, maior do que qualquer um que alguma vez tenha existido».

O «ato final» do período de Harrison foi o derrube, por meio de um golpe militar/paramilitar, da Rainha Lili'uokalani, última monarca de um Havai independente —arquipélago que, a partir desse momento, se transformou num verdadeiro «porta-aviões» norte-americano e numa peça-chave da sua estrutura colonial açucareira. Antes do fim do seu mandato, Harrison, aliado à plutocracia industrial —em especial ao magnata do aço Andrew Carnegie— modernizou a frota naval dos Estados Unidos. Em Washington, decidiu-se que os EUA competiriam com as potências coloniais europeias e procurariam territórios para explorar e saquear. Em 1898, um decrépito império colonial espanhol ainda mantinha possessões na América, Oceânia e Ásia. O governo de Madrid recusava-se a vender as suas colónias caribenhas aos EUA, pelo que, aproveitando a fragilidade ibérica, os norte-americanos recorreram a um ataque de falsa bandeira (o afundamento do *USS Maine* na Baía de Havana) para declarar a guerra. Menos de quatro meses depois, os EUA já controlavam Porto Rico e Cuba, transformadas em protetorados. O mar das Caraíbas, à semelhança do Mediterrâneo romano, tornou-se o *Mare Nostrum* dos EUA, e a partir daí iniciou-se o processo de extração de recursos na América insular e na América Central, por meio de invasões e regimes fantoches, batizados de *Repúblicas das Bananas* (hortícolas, frutas tropicais, açúcar, cacau, café ou sisal).

Após a derrota da Espanha, os EUA conquistaram também territórios do outro lado do Pacífico. As Filipinas tornaram-se a sua porta de entrada para a Ásia, enquanto Guam passou a integrar a rota de

abastecimento da sua frota de guerra, elemento fundamental nas décadas seguintes. Este não tinha sido o primeiro contacto dos *yankees* com terras asiáticas. Em 1854, a expedição comandada por Matthew Perry, sob ameaça de canhões, obrigou o Xogunato Tokugawa a abrir os portos japoneses ao comércio norte-americano. Dois anos depois, os EUA apoiaram os invasores e narcotraficantes britânicos na sua segunda agressão à China manchu, participando na destruição e saque de Beijing —um episódio que se repetiria em 1900, quando integraram a invasão multinacional da China para esmagar o movimento soberanista antiocidental dos *Punhos Harmoniosos*. Enquanto os EUA e outras potências agrediam a China, uma enorme vaga migratória levou centenas de milhares de chineses para os territórios recentemente roubados aos mexicanos no Oeste norte-americano, onde trabalharam praticamente como mão de obra escrava nas minas da Califórnia durante a *febre do ouro*, e uma década mais tarde na construção da ferrovia Central do Pacífico, que permitiu o povoamento permanente do chamado *velho oeste* por falantes de inglês. Aqui surgiu outro dos pilares supremacistas/fascistas do imperialismo dos EUA: a sinofobia, baseada no conceito oitocentista de *perigo amarelo*, e materializada na Lei de Exclusão dos Chineses de 1882, que impediu até 1943 a entrada de migrantes chineses no coração do império.

Em 1899, sob a presidência de McKinley, os EUA repartiram com a Alemanha o território samoano, a 3.500 km do Havai. Com isso, Washington passou a exercer um controlo progressivo sobre a Polinésia e o Pacífico. Dois anos depois, McKinley foi assassinado, e o cargo passou ao vice-presidente Theodore Roosevelt, que, através da sua política intervencionista do *Big Stick* e do respetivo Corolário, deu novo e aterrador fôlego ao monroísmo. Para manter a sua hegemonia continental e evitar a chegada de potências europeias à América, os EUA tinham de impedir também que os seus interesses comerciais e «democráticos» fossem ameaçados por governos antagónicos ou revoluções populares. Por isso, o intervencionismo norte-americano intensificou-se. *Teddy* ordenou, em 1903, a intervenção na Colômbia para promover a secessão do Panamá, permitindo assim concretizar aquilo que a França nunca conseguiu: a construção de um canal

interoceânico, que não só aceleraria o fluxo de mercadorias de e para os EUA, como também permitiria a rápida deslocação de tropas —algo extremamente necessário nas primeiras décadas do século XX, marcadas por constantes invasões norte-americanas de países centro-americanos e caribenhos. Estas agressões foram vulgarmente apelidadas *guerras das bananas* e ocorreram na República Dominicana (1904 e 1914), na Nicarágua (ocupada entre 1912 e 1933), no México (ocupação do Porto de Veracruz em 1914), no Haiti (ocupado entre 1914 e 1934) e nas Honduras (de 1903 a 1925). Estas invasões visavam garantir os interesses agroextrativistas das multinacionais norte-americanas United Fruit Company e Standard Fruit. O caso mexicano centrou-se na tentativa de evitar a emergência de um governo hostil aos EUA que pusesse em risco o controlo dos hidrocarbonetos por parte dos anglófonos ou, pior ainda, que fizesse alianças com outras potências, desafiando os princípios da Doutrina Monroe —como se suspeitava que poderia acontecer com o Império Alemão em plena Primeira Guerra Mundial, coincidindo com a Revolução Mexicana.

«Ensinarei as repúblicas sul-americanas a eleger homens de bem».
— W. Wilson

Em 1917, apesar da Grande Guerra, o triunfo bolchevique provocou pânico entre as classes dominantes da Europa e dos Estados Unidos, que temiam que o ocorrido nos antigos domínios do czar se pudesse espalhar para outras regiões. Isso levou o governo de Woodrow Wilson, no seu segundo mandato, a participar na invasão multinacional da futura União Soviética, tentando —sem sucesso— reverter os acontecimentos da Revolução de Outubro. Este episódio marcaria toda a história do século XX e a dar início à cruzada de oito décadas dos Estados Unidos contra o comunismo.

Terceira fase: superpotência predadora e genocida planetária

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e com a economia industrial dos EUA praticamente intacta, Washington substituiu a moribunda hegemonia dos seus predecessores britânicos como potência dominante

do planeta. O mesmo aconteceu com os senis impérios coloniais europeus, domesticados pela nova superpotência. Na Alemanha, apesar de processos como os de Nuremberga, muitos nazis nunca pagaram pelos seus crimes; pior ainda, um grande número integrou a RFA (República Federal Alemã) e a NATO. É o caso de Adolf Heusinger, ex-general-chefe da Wehrmacht e futuro presidente do Comité Militar da Aliança Atlântica, ou de Albert Schnez, coronel da Wehrmacht que se tornou chefe do Estado-Maior da RFA durante o governo de Willy Brandt, apenas para citar alguns. Mais de 1.500 nazis acabaram integrados na estrutura militar e científica dos EUA, evacuados da Europa em operações como *Paperclip*, *Bloodstone* ou *Surgeon* (esta última britânica), sendo os mais famosos Wernher Von Braun e Kurt Debus. O Japão não foi exceção: logo após assinarem a rendição a bordo do *USS Missouri*, a 2 de setembro de 1945, iniciou-se a ocupação do seu território —que continua até hoje— com mais de 50.000 militares norte-americanos estacionados no arquipélago em 120 bases, cujas tropas são frequentemente denunciadas por roubos, violações e assassinatos. Tal como na Alemanha, muitos criminosos de guerra japoneses foram aproveitados pelos serviços secretos e pelas forças armadas dos EUA. Entre eles estava Shiro Ishii, que liderou a Unidade 731, responsável por realizar experiências humanas em civis chineses e coreanos com o uso de armas químicas e biológicas, e que foi «reabilitado» por insistência de Douglas MacArthur (ex-comandante supremo do Pacífico), também lembrado pelos seus massacres em massa.

A sul do Japão, atravessando o Mar da China Oriental, encontra-se a ilha de Taiwan, que foi ocupada ou cobiçada nos últimos 500 anos por invasores neerlandeses, espanhóis e japoneses, todos eles repelidos. Em 1949, após a vitória e fundação da República Popular da China, os restos do Kuomintang, liderados pelo mafioso fascista Chiang Kai-shek, refugiaram-se na ilha, que já era controlada por estas forças e onde, desde o início, cometeram massacres contra a população local. Tudo começou com os acontecimentos de 28 de fevereiro de 1947, quando mais de 30.000 pessoas foram assassinadas por ordem de Shek. Entre as vítimas estavam famílias inteiras suspeitas de serem comunistas, bem

como populações nativas falantes de línguas austronésias. A lei marcial estendeu-se até 1987, período durante o qual centenas de milhares foram mortos. Tudo isto foi —e continua a ser— tolerado pelos EUA, que transformaram esta província renegada num porta-aviões ou couraçado à espera da sua desejada agressão futura contra a China. Apesar disso, há cada vez mais vozes que rejeitam os planos independentistas (incentivados por Washington) e defendem a reunificação com Beijing.

A agressão contra o povo coreano entre 1950 e 1953 foi uma extensão da Segunda Guerra Mundial, com a qual os Estados Unidos procuravam impedir que toda a costa continental do Pacífico, no nordeste asiático, caísse em mãos comunistas. Era essencial manter um enclave entre a União Soviética e a República Popular da China, que também pudesse servir de «ponte» com o Japão no caso de um conflito com a China ou a URSS. Douglas MacArthur voltou a ser o comandante-chefe da agressão, caracterizada por um enorme número de atrocidades cometidas pelas tropas invasoras e pelas forças sul-coreanas contra a população tanto do Norte como do Sul (suspeita de simpatizar com o comunismo). Nos seus bombardeamentos sobre o Norte, os EUA lançaram mais de 650.000 toneladas de bombas, destruindo todos os povoados norte-coreanos — desde cidades até aldeias— bem como infraestruturas públicas como barragens, hospitais e escolas. Estima-se que, direta ou indiretamente, a agressão dos EUA matou entre três e quatro milhões de coreanos. Apesar das negações do império até hoje, ficou comprovado o uso de armas químicas pelos EUA contra a população coreana, incluindo varíola, meningite, peste bubónica e cólera. Foi também denunciado que o já referido Shiro Ishii, junto com outros criminosos de guerra japoneses como Masaji Kitano e Jiro Wakamatsu, colaboraram com os carneiros norte-americanos durante a guerra na Coreia. MacArthur, antes de ser substituído por Truman, esteve prestes a lançar bombas nucleares sobre a China e a Coreia do Norte para evitar a sua vitória. Estimava que 34 explosões seriam suficientes para alcançar esse objetivo. Também chegou a considerar a possibilidade de «selar» o território norte-coreano com resíduos nucleares. Como no Japão, após o armistício de 1953, os EUA iniciaram a ocupação do Sul, tolerada por

uma série de cleptocracias, começando pela de Syngman Rhee, um burguês educado nos EUA que governou de 1948 a 1960, reprimindo brutalmente vários sectores, como o estudantil e o camponês. Após a sua «renúncia», assumiu o poder Park Chung-hee, um militar corrupto e ferozmente anticomunista, que governou de 1963 a 1979 com mão de ferro, recebendo os aplausos da Casa Branca. Até hoje, a ocupação dos EUA mantém cerca de 30.000 soldados no país. Paralelamente, a República da Coreia transformou-se num domínio dos *Chaebol*, conglomerados industriais-financeiros que operam em todos os sectores —os mais importantes são a Samsung, a Hyundai e a LG.

A Doutrina Truman, elaborada por George Kennan em 1947, foi a ampliação planetária e anticomunista do corolário de Roosevelt. A sua estratégia de contenção baseava-se no intervencionismo direto ou indireto por parte do imperialismo norte-americano em qualquer ponto do globo onde houvesse uma suposta «ameaça soviética». Na realidade, pretendia-se esmagar movimentos de libertação, fossem eles de orientação socialista ou não, garantindo a manutenção das elites e dos clientes de Washington no poder. Paralelamente, os EUA lançaram o Plano Marshall para reconstruir a Europa Ocidental em ruínas, que serviu essencialmente como um mecanismo de domesticação, endividamento e liberalização das economias nacionais, impedindo que estas impusessem restrições aos produtos norte-americanos que inundaram os seus mercados, enquanto as indústrias locais foram absorvidas por multinacionais dos EUA. O golpe de misericórdia à soberania europeia foi dado em 1949 com a criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), que oficializou a entrega das burguesias nacionais e a perda de soberania de onze nações europeias, transformadas em satélites e carne para canhão do imperialismo norte-americano. Em resposta à criação da aliança atlântica, em 1955, os países socialistas da Europa (com exceção da Jugoslávia de Josip Broz Tito) assinaram o Pacto de Varsóvia.

Com a chegada de Dwight Eisenhower ao poder, o imperialismo passou a diversificar os seus objetivos. Ao Pânico Vermelho anticomunista do macartismo somou-se a antiga árabo-islamofobia. O pan-arabismo e o nacionalismo árabe eram intoleráveis tanto para

Washington quanto para o ente sionista israelense, que desde a sua fundação em 1948 havia-se tornado o «prefeito colonial» do império no oeste asiático. Após ter apoiado a sua criação e até mesmo armado o projeto sionista, Moscovo procurou compensar esse erro apoiando timidamente o governo de Gamal Abdel Nasser —que, por sua vez, havia recebido apoio do Ocidente para chegar ao poder e que, em 1956, para desgosto das potências ocidentais, decidiu nacionalizar o Canal de Suez. Isso provocou a ira de Londres, Paris e da junta sionista de Tel Aviv, que atacaram o Egito mesmo diante dos protestos tanto da Casa Branca quanto do Kremlin. Embora as potências coloniais tenham obtido uma vitória militar, estrategicamente foi uma derrota monumental, pois o governo do Cairo manteve a nacionalização do canal.

Em 1944, Franklin D. Roosevelt escreveu estas palavras a seus aliados britânicos:

«O petróleo persa... é de vocês. Vamos compartilhar o petróleo do Iraque e do Kuwait. Quanto ao petróleo da Arábia Saudita, é nosso».

A presença dos EUA no Magreb e no Mashreq foi oficializada em 1945, pouco antes do fim da guerra e poucos dias após a conferência de Yalta, quando nas águas do Canal de Suez, a bordo do *USS Quincy*, encontraram-se Abdulaziz ibn Saúd e Roosevelt. Em poucas palavras, foi acordado que, em troca de um fluxo inédito e barato de hidrocarbonetos da petromonarquia wahabita saudita, os EUA armariam o reino e, acima de tudo, dariam apoio ao regime e o livrariam das críticas internacionais pelas suas atrocidades contra súbditos e rivais. Em 1938, a Standard Oil da Califórnia havia descoberto um enorme campo de petróleo na província oriental persa da Arábia Saudita. A empresa mudaria de nome para Arabian American Oil Company, ou Aramco. Se os britânicos haviam ajudado os Saúd na conquista da península, foram os norte-americanos que os mantiveram no poder. Desde então, Washington passou a considerar o oeste da Ásia como uma região de importância estratégica extrema (quase «civilizatória»), o que se demonstrou na herança, vinda dos britânicos, do projeto colonial sionista israelense. Em 1946, ocorreu o primeiro golpe de Estado patrocinado pelos ianques: o

de Husni al-Za'im, que, em troca de milhares de dólares, permitiu o roubo da província síria de Hatay (cuja capital é Antioquia) pela Turquia.

Do outro lado do Golfo Pérsico, aconteceu a primeira grande intervenção da era Eisenhower: a *Operação Ajax*, contra o governo do primeiro-ministro iraniano Mohammad Mosaddegh, que em 1953 estava prestes a nacionalizar os hidrocarbonetos persas nas mãos da Anglo Iranian Oil Company (hoje British Petroleum). Após várias tentativas fracassadas, os britânicos pediram ajuda a Washington para realizar o golpe. Na época, a política imperialista era dirigida pelos irmãos Dulles: Allen como diretor da CIA e John Foster no Departamento de Estado. O elo entre a CIA e o MI6 foi Kermit Roosevelt Jr., neto de Theodore Roosevelt. A queda de Mosaddegh foi realizada por meio das táticas de sempre: operações de bandeira falsa, subornos, paramilitarismo e campanhas de demonização na mídia. Depois disso, os países anglófonos permitiram que o seu fantoche Mohammad Reza Pahlavi continuasse brincando de rei com o título de *Shah*, enquanto os iranianos eram reprimidos, torturados e assassinados nas masmorras da SAVAK, a guarda pretoriana do regime, criada e operada com apoio da CIA e do Mossad sionista. Com o triunfo da Revolução Islâmica, iniciou-se uma nova fase da agressão dos EUA, desta vez por meio do Iraque, governado pelo traidor do pan-arabismo, Saddam Hussein, que em 1980, fortemente armado pelos EUA, atacou a nascente República Islâmica numa guerra que terminou em 1988 e custou mais de meio milhão de vidas. Desde então, o Irão tem sido um dos principais alvos da fúria imperialista norte-americana, mediante bloqueios económicos, atentados, assassinatos seletivos, tentativas de fragmentação territorial e assassinatos políticos —algo que se intensificou em 2020 com o assassinato de Qasem Soleimani e, possivelmente, com o envolvimento na morte de Ebrahim Raisi em 2024. No fim desse ano, o império, por meio do seu enclave sionista, prossegue com a sua ofensiva contra Teerão.

No sudeste asiático, o império colonial francês foi derrotado e expulso da Indochina pelo Viet Minh. Os EUA passaram a patrocinar o governo do Vietname do Sul após a divisão de 1954. O controlo do sudeste asiático significava uma porta de entrada para o coração da Ásia,

principalmente rumo à China continental, que em 1950 havia-se tornado uma república popular. O Ocidente temia que o vírus comunista se espalhasse para o oeste, desencadeando um efeito dominó global, começando pela península malaia, Indonésia e o estratégico Estreito de Malaca. A Malásia e Singapura ainda estavam sob domínio colonial britânico — o mesmo não ocorria com Jacarta, que havia conquistado a sua independência do império colonial holandês em 1945.

Os anos sessenta —períodos de Kennedy e Johnson— ficaram marcados pelo aprofundamento do intervencionismo de Washington a nível global. Os impérios coloniais de França, Reino Unido, Países Baixos e Bélgica haviam-se desmoronado, e os seus governos foram transformados num séquito de marionetas dos EUA, aglomeradas em organismos como a NATO. Por isso, a tarefa proposta pelos imperialistas norte-americanos foi tentar recuperar as ex-colónias e evitar que se alinhassem com Moscovo ou Beijing. A década de sessenta ficou marcada pelo atoleiro imperialista em solo vietnamita, o que levou os EUA a cometerem um número de atrocidades não vistas desde a Segunda Guerra Mundial. O número de vítimas vietnamitas resultantes da investida genocida realizada pelos invasores anglófonos oscila entre três e quatro milhões de pessoas. O império utilizou toda a tecnologia da época contra a resistência e o povo vietnamita (assim como o laosiano e o cambojano), tratando-os como terra queimada por caças, bombardeamentos com napalm, armas químicas (como o uso do agente laranja), sequestros, tortura, assassinatos seletivos e, naturalmente, massacres generalizados. Calcula-se que os EUA lançaram sobre o Vietname mais de 7,5 milhões de toneladas de explosivos, o equivalente a 725 bombas nucleares com potência semelhante às usadas contra o Japão em 1945. Apesar de as tropas invasoras mobilizadas terem superado o meio milhão (a que se juntavam mais de um milhão do exército do Vietname do Sul), a assimetria acabou por jogar a favor da resistência nativa, graças à inteligência, experiência e coragem de grupos como o *Viet Cong*. Os vietnamitas já haviam enfrentado e derrotado outros dois impérios coloniais, o francês e o japonês, e Washington nunca travara um conflito de guerrilha daquela natureza. Mais de 60.000

militares norte-americanos morreram, e até hoje permanece desconhecido o paradeiro de mais de 5.000.

O cenário vietnamita não podia repetir-se noutras latitudes, especialmente nos países vizinhos. O principal foco de preocupação para os EUA era a Indonésia, então sob um governo nacionalista e popular encabeçado por Sukarno, que mantinha uma excelente relação com o Partido Comunista —um dos mais influentes do mundo— e tinha sido um dos fundadores do movimento dos Países Não Alinhados. Os erros aprendidos até então no Vietname levaram a administração Johnson a recorrer a outras estratégias. Em 1965, a CIA entrou em ação, subornando vários altos comandos que, sem sucesso, tentaram derrubar Sukarno. A máquina mediática ligada aos sectores conservadores das forças armadas entrou em cena, acusando o Partido Comunista de organizar massacres de islamistas, o que provocou uma vaga de perseguições em que mais de um milhão de pessoas suspeitas de pertencerem ou simpatizarem com o PC foram assassinadas. Uma das mentes por detrás deste genocídio foi o padrasto de Barack Obama, Lolo Soetoro, que, com a sua mãe Ann Dunham, colaborava com a CIA em Jacarta. O governo de Bung Karno (Camarada Karno) chegou assim ao fim, passando os últimos anos da sua vida em prisão domiciliária. Washington colocou como presidente o general Suharto, chefe do exército. Logo depois, os EUA criaram um organismo que alinhou (ou domesticou) os países do sudeste asiático sob a sua órbita: a ASEAN.

As Filipinas viveram um processo de ocupação norte-americana, apenas interrompido pela invasão japonesa, que foi responsável por múltiplas atrocidades. Posteriormente, em 1946, as Filipinas alcançaram a independência, mas sob o domínio de uma oligarquia próxima do capitalismo nipónico e norte-americano, que iniciou uma repressão e extermínio contra os grupos comunistas nas ilhas, principalmente os Hukbalahap. Como de costume, os norte-americanos planearam e armaram o regime para cumprir essa tarefa. Em 1965, chegou ao poder Ferdinand Marcos, cujo pai havia sido colaborador dos invasores japoneses, dando início a um estado de terror e corrupção apenas comparável a outros projetos fomentados pelos EUA noutras partes do Pacífico. A pedido de Marcos, as Filipinas enviaram tropas para o

Vietname para apoiar a causa imperialista genocida, em troca de benesses por parte de Washington, como armas para esmagar grupos marxistas e islamistas (como os de Mindanau, por exemplo), e até partidos liberais. Para se perpetuar no poder, o ditador alegou que, se não o fizesse, *os comunistas tomariam o poder*, e por isso decretou a Lei Marcial em agosto de 1972. Assim começou a *Bagong Lipunan*, a *Nova Era*, que incluiu também políticas sinóforas para filipinizar a sociedade. Marcos e o seu círculo próximo de militares, conhecido como os *Rolex 12* (pelos relógios suíços de luxo que o ditador lhes oferecia), garantiam a cleptocracia, enquanto dezenas de milhares de tropas norte-americanas circulavam livremente pelo país. Marcos abandonou o cargo em 1986, morrendo no exílio no Havai em 1989. Após a sua fuga, o povo filipino invadiu o Palácio de Malacañang, onde se encontraram os obscenos excessos do ditador e da sua família, como os 2.700 pares de sapatos de Imelda Marcos. Com o fim da *nova era* filipina, a subordinação ao império não terminou. Com a chegada ao poder de Corazón Cojuangco de Aquino, viúva de Benigno Aquino —principal opositor de Marcos, assassinado pelo ditador—, a situação do país tornou-se ligeiramente mais favorável, mas a oligarquia filo-norte-americana continuou a «administrar» o país, que se alinhou com o projeto sinóforo dos EUA a partir de 2011, durante o mandato de Benigno Aquino III, o que foi revertido temporariamente com Rodrigo Duterte. Em 2022, o povo filipino tomou a grotesca decisão de eleger como presidente Ferdinand «Bongbong» Marcos Jr., que convidou o exército norte-americano a regressar às Filipinas.

No caso nossoamericano, o pânico vermelho e a fúria macarthista atingiram níveis insuspeitos quando uma revolução como a cubana triunfou a apenas 145 quilómetros do território continental dos Estados Unidos. A primeira ingerência da administração Kennedy consistiu em organizar uma invasão a Cuba em abril de 1961, apenas três meses após a sua tomada de posse. A derrota dos invasores pelas Forças Armadas Revolucionárias, recém-formadas e teoricamente pouco preparadas, deixou o governo, os meios de comunicação e o povo norte-americano atónitos. A histeria tornou-se insustentável quando o governo de Havana se aproximou ainda mais de Moscovo, o que culminou, em outubro de

1962, com a mobilização de mísseis nucleares para solo cubano, em resposta à mesma ação conduzida pela NATO na Turquia e na Itália. Mais tarde, perante a impossibilidade de destruir uma revolução que se estendia por todas as camadas da sociedade cubana, Washington optou pelo terrorismo, tentativas de magnicídio, sabotagem, propaganda e, em especial, o estrangulamento económico — uma política que continua em vigor e que seria replicada contra outras nações em resistência.

Desde os primeiros anos do século passado, os Estados Unidos já colaboravam ou orquestravam golpes de Estado no nosso continente. O magnicídio de 1910 contra o presidente mexicano Francisco I. Madero tornou-se o modelo que os EUA seguiram durante todo o século XX, tanto na América Latina como noutras regiões do mundo. A chamada «Decena Trágica» (como os futuros golpes militares), foi planeada na embaixada dos Estados Unidos por Henry Lane Wilson, embaixador no México durante o mandato de William Howard Taft — um presidente com um passado colonial marcado por ser governador tanto de Cuba como das Filipinas. Este método, além de ocultar o carácter intervencionista do império e de não prejudicar a «reputação» do seu discurso hipócrita enquanto *farol da democracia*, mostrava-se muito mais económico do que uma mobilização de tropas para fins de invasão ou ocupação. Normalmente, bastava uma boa quantia de dólares para subornar sectores insurretos da milícia, polícia, paramilitares ou mercenários — sem contar com o apoio, por vezes voluntário, das classes dominantes, profundamente pró-ianques e temerosas de revoltas populares.

Se a primeira metade do século XX se caracterizou por invasões, a segunda ficou marcada pelos golpes militares maquinados por Washington ou pelo seu patrocínio a brutais ditaduras. Em 1954, o presidente guatemalteco Jacobo Árbenz foi derrubado (a pedido da United Fruit Company). Nesse mesmo ano iniciou a ditadura golpista de Alfredo Stroessner no Paraguai, que duraria 35 anos com o beneplácito dos Estados Unidos. Em 1961, o dominicano Rafael Trujillo, antigo aliado dos norte-americanos, foi assassinado por ordem da CIA, que colocou no seu lugar Juan Bosch — também ele derrubado por ordem de Langley em 1963. No ano seguinte, o presidente brasileiro João «Jango» Goulart

sofreu um golpe militar, dando início ao regime que se manteria durante os 21 anos seguintes. Em 1971, o boliviano Juan José «JJ» Torres foi igualmente deposto por um golpe que levou Hugo Banzer ao poder. Cinco anos depois, já exilado em Buenos Aires, Torres foi raptado e assassinado —um plano orquestrado por Banzer e por Jorge Rafael Videla, comandante da junta militar golpista argentina. Em junho de 1973, com o objetivo de eliminar a resistência dos Tupamaros, uma ditadura cívico-militar tomou o controle do Uruguai. Menos de três meses depois, a 11 de setembro de 1973, ocorreu o golpe militar liderado por Augusto Pinochet contra o presidente chileno Salvador Allende, assassinado durante o bombardeamento e o assalto ao Palácio de La Moneda. Com Nixon e Kissinger na Casa Branca, deu-se início ao chamado Plano Condor, que consistia na coordenação dos regimes golpistas e fascistas da América do Sul para eliminar qualquer foco de crítica ou insurgência, o que se traduziu em tortura, assassinato e desaparecimento de dezenas de milhares de pessoas em toda a região.

Depois do golpe no Chile, sucederam-se processos semelhantes em países andinos vizinhos, como o golpe de Francisco Morales Bermúdez no Peru, e o da junta militar equatoriana que derrubou Guillermo Rodríguez. Por fim, a 24 de março de 1976, o governo argentino de Isabel Martínez de Perón foi deposto pela junta militar.

Em 1981, o antigo ator de Hollywood e governador da Califórnia tomou posse como presidente. A estratégia de ingerência anticomunista de Ronald Reagan centrou-se em armar até aos dentes a mais diversa escumalha contragovernos e movimentos populares: esquadrões da morte e «contras» na América Central, narcoparamilitares na Colômbia ou jihadistas no Afeganistão —tudo para combater o chamado *Império do Mal*, em referência óbvia ao bloco socialista. Entre o seu extenso historial de agressões e crimes, um dos atos mais cobardes foi, sem dúvida, a Invasão de Granada, em 1983, motivada pelo receio de Reagan e da sua comitiva de que todo o Caribe viesse a «cubanizar-se». O seu sucessor, George H. W. Bush —ex-diretor da CIA, ex-vice-presidente e membro de uma linhagem que se enriqueceu apoiando nazis— também promoveu uma invasão logo ao assumir a presidência: a do Panamá, contra o seu antigo protegido e narcotraficante de confiança, Manuel

Noriega. Este havia sido um dos militares formados na Escola das Américas, situada em território panamiano ocupado, onde o império treinava forças armadas e policiais de todo o continente em técnicas de contrainsurgência, espionagem e tortura. Suspeita-se que, anteriormente, a administração Reagan/Bush tenha estado envolvida no assassinato do presidente panamiano Omar Torrijos, tanto pelos seus esforços para nacionalizar o canal como pela sua aproximação a Cuba e à Nicarágua.

Embora se considere que o Plano Condor tenha terminado no início dos anos 80, a verdade é que se estendeu à América Central, onde a barbárie patrocinada pelo império continuou. Em 1982, a Guatemala viveu um golpe de Estado que levou ao poder Efraín Ríos Montt (outro formado na Escola das Américas), que instaurou um regime fascista e cristão fundamentalista. Com o apoio de Washington e de Israel, cometeu um dos maiores genocídios da história moderna do nosso continente — um criminoso descrito por Ronald Reagan como *um homem de grande integridade e compromisso pessoal*. Os esquadrões da morte do regime foram armados e treinados por serviços secretos e conselheiros do regime colonial, sionista e genocida israelita. Estima-se que, ao longo das décadas de resistência popular, os sucessivos regimes guatemaltecos —em especial o de Ríos Montt, também pastor evangélico— tenham assassinado mais de 200 mil pessoas, na sua maioria camponeses maias.

A administração Reagan iniciou também a sua cruzada anticomunista contra a Nicarágua, cujo governo revolucionário havia derrubado a dinastia dos Somoza, que durante 43 anos saqueou o povo nicaraguense. Os EUA armaram e patrocinaram durante anos os *contras*, que utilizaram as táticas terroristas mais brutais. Grande parte das suas estratégias foi elaborada a partir de manuais da CIA, que ensinavam as «artes» do assédio, sabotagem, rapto, tortura e assassinato. Com o passar das décadas, esses «manuais» continuaram a ser fornecidos a grupos pagos por Washington.

Outro país que viveu sob o terror constante do império foi o Haiti. Desde há meio milénio, este povo teve de resistir à brutalidade de três

impérios coloniais, começando pelos espanhóis, que exterminaram toda a população indígena taína. No início do século XVII, os franceses tomaram o controle de metade da ilha de *La Española*. Saint-Domingue tornou-se um campo de trabalho forçado para quase um milhão de africanos escravizados, que produziam mais de metade do açúcar consumido na Europa. Em 1804, o povo haitiano alcançou a sua emancipação e independência, tornando-se a segunda nação soberana do continente. Foi batizada com um nome taíno pelos afrodescendentes em homenagem à população indígena exterminada séculos antes: Terra das Montanhas —*Haití*. A maldição desse povo não terminou aí. Após as tentativas falhadas de reconquista por parte da França, Washington voltou-se para a ilha, tanto pela sua fertilidade como para evitar que o exemplo de libertação se espalhasse entre os escravizados dos EUA. Durante mais de um século, o Haiti foi bloqueado por França e outras potências europeias, que exigiam «reparações» pelos «danos económicos» causados pela sua independência.

Entre 1915 e 1934, o país esteve ocupado por tropas norte-americanas e, mais tarde, mergulhado numa sucessão de golpes de Estado que mantinham o caos necessário aos interesses anglófonos. Em 1957, um antigo ministro da saúde chegou à presidência: François Duvalier, conhecido como *Papa Doc*, que, subsidiado pelos Estados Unidos, instaurou um regime digno de filme de terror —cuja «sequela» foi protagonizada pelo seu filho *Baby Doc* (Jean-Claude Duvalier). Tal como o pai, controlava o país mediante gangues criminosas conhecidas como *Tonton Macoutes*.

Em 1978 surgiu a República Democrática do Afeganistão, liderada por Nur Muhammad Taraki, após uma revolução que pôs fim ao governo de Mohammed Daud Khan. Um ano depois, Taraki foi derrubado pelo seu antigo aliado Hafizullah Amin, que havia sido cooptado pela CIA apesar dos laços do seu governo com o Kremlin. Amin ignorava que os serviços de inteligência ocidentais, com o ISI paquistanês, também patrocinavam os mujahidines anticomunistas. O objetivo do governo de Jimmy Carter e do seu conselheiro de segurança nacional, Zbigniew Brzezinski, era «obrigar» a URSS a intervir para evitar a queda da república socialista e enredá-la num conflito imediato às suas fronteiras, exatamente como

tentaram fazer com as guerras na Chechênia, na Geórgia em 2008 e na Ucrânia até agora. Chegavam mesmo a supor que o que se passava no Afeganistão poderia alastrar ao território soviético, nas repúblicas centro asiáticas de maioria túrquica e irânica islâmica.

Essencialmente, tratava-se de uma repetição do Grande Jogo do século XIX, o confronto na Ásia Central, na Pérsia e no subcontinente indiano entre o Império Britânico e o Czarismo Russo. O surgimento da República Islâmica do Irão em 1979 e a incapacidade dos EUA em controlar o governo de Ruhollah Khomeini agravaram a urgência de Washington em dominar a região, que então já contava com dois polos antagônicos. Embora a Operação *Cyclone* tenha começado com Carter, foi com a Doutrina Reagan que o fluxo de armas norte-americanas se intensificou, como o fornecimento dos FIM-92 Stinger, que foram fundamentais para que os soviéticos experimentassem o seu próprio Vietname. Para além das armas dos EUA, os rebeldes receberam apoio militar e logístico do MI6 e até do Mossad sionista, que cooperou diretamente com o ISIS, enquanto publicamente o governo de Islamabad se recusava a reconhecer o ente sionista e genocida israelita.

Era também a época do cisma sino-soviético, pelo que o governo de Beijing também prestou apoio a diversas fações afegãs anticomunistas. Grande parte do financiamento económico era assegurado pela petromonarquia wahabita saudita, que se comprometeu a entregar aos paramilitares o mesmo montante de dólares que a CIA lhes fornecesse. Mesmo após a retirada do Exército Vermelho, tanto Washington como Riade continuaram a injetar centenas de milhões de dólares nos grupos afegãos, entre os quais se encontravam os estudantes (talibãs), que acabaram por sair vitoriosos da guerra civil subsequente entre senhores da guerra.

O reino saudita também subsidiou a chegada de cerca de 40.000 voluntários e mercenários oriundos de todo o mundo islâmico ao solo afegão. Um dos líderes desses batalhões foi o *playboy* saudita Osama Bin Laden, enquanto o promotor e responsável pelo recrutamento e distribuição de fundos foi o propagandista saudita de origem turca Jamal Khashoggi. Os norte-americanos continuariam a utilizar as forças do que

hoje se conhece como Al-Qaeda em contextos como os Balcãs e o Cáucaso, contra a Jugoslávia e a Sérvia, respetivamente, e sempre com um Bin Laden na sua folha de pagamentos.

Durante mais de século e meio, o território do Sahel e da África subsaariana esteve vedado ao imperialismo norte-americano devido à partilha colonial realizada pelos europeus em todo o continente, tal como os norte-americanos se haviam apropriado da América com a doutrina Monroe. Poucos sabem que as primeiras intervenções estrangeiras dos EUA fora da América do Norte ocorreram no norte de África, nas costas magrebina, no final do século XVIII e início do século XIX, primeiro contra a Regência de Argel e posteriormente durante as guerras berberiscas.

Um caso atípico teve lugar na costa atlântica africana. Na década de 1810, traficantes de escravos norte-americanos temiam que os escravos libertos e negros livres estrangeiros pudessem incentivar revoltas ou até mesmo a criação de repúblicas negras (à semelhança do Haiti) dentro dos Estados Unidos. Assim, conceberam a sua «recolocação» através da Sociedade Americana de Colonização, que começou a enviá-los para o outro lado do Atlântico, mais precisamente para a Costa da Pimenta, onde também fora fundada uma colónia britânica de escravos libertos, que seria conhecida como Serra Leoa. A Libéria teria a função de ser um enclave colonial norte-americano no Golfo da Guiné, servindo para penetrar no território africano e extrair recursos sem interferir nas colónias das potências europeias que então superlotavam aquelas costas. O problema é que estas pessoas chegaram a uma terra habitada por diversos grupos étnico-linguísticos, culturais e religiosos que nada tinham a ver com as tradições de uma população convertida (por vezes à força) ao cristianismo evangélico, anglófona e com ideais e costumes muito distintos. A Libéria, em honra à liberdade conquistada, declarou a sua independência em 1847, reconhecida por Washington quinze anos depois. Aos poucos, os «recém-chegados» tornaram-se a classe e casta dominante do país até ao final do século XX, quando Samuel Doe, de origem *Krahn*, chegou ao poder em 1980. No entanto, o seu governo não se destacou por defender os interesses de toda a população, independentemente da etnia ou classe —muito pelo contrário.

Empunhando a bandeira do anticomunismo e da supremacia *Krahn*, e com o apoio do governo Reagan, Doe realizou um processo de limpeza étnica e repressão brutal. Em 1989, Charles Taylor e a sua Frente Patriótica Nacional da Libéria insurgiram-se contra Doe, contando com armas e tolerância por parte do império.

Durante a segunda metade do século passado, os processos armados de descolonização e o afastamento (ou saída formal) dos impérios coloniais europeus permitiram que os norte-americanos se imiscuissem cada vez mais no desenvolvimento das nações africanas recém-independentes, ou em vias de o conseguir —como foi o caso do Congo. Desde o último quartel do século XIX, o Congo era controlado pela Bélgica, começando com o regime genocida e escravocrata de Leopoldo II, que assassinou entre 10 e 15 milhões de pessoas em menos de 25 anos. Os belgas estabeleceram um projeto extractivista e escravagista, primeiro centrado na produção de borracha e mais tarde nos recursos minerais, sendo a riqueza do subsolo congolês de importância geoestratégica. Em 1960, a República Democrática do Congo alcançou a independência com Patrice Lumumba, que se tornou primeiro-ministro. Extraoficialmente, o saqueio prosseguiu, pois a Bélgica nunca abdicou da riqueza congoleza, especialmente na região do Catanga, com vasta abundância de diamantes, urânio e cobalto. Foi precisamente nessa província do sudeste do país que começou a ingerência ocidental contra um governo que pretendia usar a riqueza mineral congoleza para melhorar o bem-estar popular. A União Mineira do Alto Catanga, uma multinacional europeia que dispunha de mercenários estrangeiros (alguns do regime racista da Rodésia do Norte) e militares belgas, declarou a independência da província. Quando Washington e Bruxelas perceberam que não conseguiriam subjugar Lumumba, a CIA deu luz verde ao golpe de Estado e ao seu assassinato em 1961, levado a cabo por Joseph Mobutu —um agente ao serviço do Ocidente, que fora nomeado chefe do Estado-Maior pelo próprio Lumumba. O regime repressivo, cleptocrático e anticomunista de Mobutu —que chegou a mudar o nome do país para Zaire— prolongou-se até 1997, sempre aplaudido pelos Estados Unidos, especialmente quando, com o apoio de

militares norte-americanos e belgas, esmagou os revolucionários comunistas Simba.

Durante a efêmera presidência de Gerald Ford, que chegou ao poder após a destituição de Nixon, as ingerências continuaram. Em Angola, deu-se um caso semelhante ao do Congo. Em 1975, após o fim do colonialismo português, que ocupara o território desde o século XV, o vazio de poder foi cobiçado por Washington, que ambicionava o acesso aos imensos jazigos de hidrocarbonetos. Ao contrário do que sucedeu no Congo, os norte-americanos não conseguiram alcançar os seus objetivos, pois os seus grupos de choque foram derrotados pelo Movimento Popular de Libertação de Angola, liderado por Agostinho Neto, o primeiro presidente angolano, que, com o apoio de tropas cubanas e armamento soviético, derrotou os paramilitares ao serviço dos EUA, bem como mercenários do regime racista do *apartheid* sul-africano. Um desfecho semelhante teve lugar no nordeste de África, na Etiópia, onde a dinastia pseudossalomónica, que governava o país há mais de 700 anos, foi derrubada em 1974 pelo DERG —um grupo de militares jovens de baixa patente, revoltados com o império face à profunda miséria e desigualdade social de um povo que detestava uma monarquia repleta de luxos e excessos. Tal como em Angola, o apoio armado e logístico soviético, bem como a presença de tropas e conselheiros cubanos, permitiu ao governo resistir ao avanço dos grupos financiados pelos Estados Unidos. Curiosamente, apesar do discurso anticomunista do governo Reagan, muitas dessas milícias eram dissidências do próprio DERG ou de outras correntes marxistas.

Ao abordar a ingerência norte-americana no continente africano, não se pode omitir o seu apoio ao regime colonial racista *afrikaner* da África do Sul, sendo os EUA (com o Reino Unido e a entidade sionista israelita) o seu principal aliado estratégico. Washington chegou a considerar o Congresso Nacional Africano como uma organização terrorista. Em 1962, foi a CIA quem informou a cúpula racista de Pretória sobre a localização de Nelson Mandela, que acabou por ser detido e encarcerado durante 27 anos.

Em 1989, enquanto a União Soviética atravessava políticas económicas e culturais contrarrevolucionárias conhecidas como *Perestroika* e *Glásnost*, que acabariam por conduzir ao desaparecimento da URSS, a China, que já aplicava um novo modelo «misto» conhecido como *socialismo com características chinesas*, vivia um *boom* industrial que, embora ainda não se mostrasse imparável, começava já a preocupar o Ocidente. As relações entre Moscovo e Beijing tinham-se deteriorado ao longo das duas décadas anteriores a tal ponto que múltiplos confrontos diretos e indiretos ocorreram, como foi o caso do Afeganistão durante os anos 80, ou o grave incidente de 1969 em Zhenbao/Damansky, na fronteira sino-soviética na Manchúria, onde dezenas de tropas de ambas as potências sofreram baixas —um episódio que quase levou a um confronto nuclear entre as duas nações.

Uma década depois, a guerra sino-vietnamita reacendeu as tensões. Enquanto a China considerava os governos pós-estalinistas como revisionistas e oportunistas, Moscovo fazia o mesmo, criticando o modelo chinês de *socialismo de mercado* (que mais tarde procuraria imitar). De Washington, observava-se com agrado o enfraquecimento das relações entre os Estados socialistas, resultando em divisões e ruturas entre as correntes e partidos comunistas de todo o mundo. O ano de 1972 ficou marcado pela visita de Nixon à China e o seu encontro com Mao Zedong, o que tornou ainda mais visível a cisão. Finalmente, com a cimeira sino-soviética realizada entre 15 e 18 de maio de 1989, as relações foram normalizadas, o que levou a administração Bush a repensar a sua estratégia contra o bloco socialista. Enquanto decorriam os encontros entre ambos os governos socialistas, os EUA deram ordem para o início da revolta de laboratório contra a China, que serviria de modelo para intervenções semelhantes em todo o mundo duas décadas mais tarde. Nesta ofensiva, foram utilizados desde paramilitares expatriados chineses infiltrados nos protestos até ao poder mediático, que se encarregou de os polir, santificar e maximizar. A perversa fantasia sobre Tiananmen foi mitificada pelo ocidente até à exaustão, chegando mesmo a contradizer os seus próprios informadores e meios aliados, que reportaram acontecimentos diametralmente opostos —facilmente localizáveis em arquivos e até na própria internet.

O interlúdio da caduca unipolaridade norte-americana e a reciclagem contra o eixo do mal

O iminente novo horizonte de fraternidade sino-soviética esfumou-se dois anos depois, quando, numa *dacha* bielorrussa, uma conspiração nas costas dos povos das quinze repúblicas levou à dissolução da União Soviética. Os Acordos de Belavezha, assinados pelos golpistas Borís Iéltsin, Leonid Kravchuk e Stanislav Shushkévich, deram início não apenas a uma crise sem precedentes com contornos económicos, políticos e sociais no contexto pós-soviético, mas também provocaram efeitos tectónicos à escala planetária, que resultaram, durante mais de uma década, na ausência de qualquer contrapeso ideológico ou militar capaz de travar um imperialismo desenfreado e sem paralelo. Após o desaparecimento da URSS e do Pacto de Varsóvia, e o alegado desfecho da Guerra Fria, a década de noventa ficou marcada pelo domínio geopolítico global dos Estados Unidos, que, com os habituais delírios triunfalistas, proclamaram o fim da história e a entrada do mundo numa última e definitiva fase de submissão, a que chamaram *globalização* — nada mais do que uma ocidentalização agressiva e uma sujeição ao sistema-mundo capitalista comandado a partir do epicentro de Washington. O prelúdio do que se avizinhava, a «apresentação em sociedade» da «nova era», começou com o primeiro ataque ao Iraque em 1990, uma ofensiva que chegou a ser televisionada em tempo real (o mesmo aconteceria com os bombardeamentos sobre Belgrado), enquanto os F-117 lançavam bombas sobre Bagdade e os seus arredores. Mais do que punir o antigo fantoche dos EUA, Saddam Hussein, o objetivo foi semelhante ao do uso de bombas nucleares contra a população civil japonesa em 1945: nesse momento, um «golpe de misericórdia» contra o império colonial japonês era absurdo; o verdadeiro propósito era mostrar ao mundo — e especialmente à União Soviética — que possuíam uma arma sem igual, capaz de destruir a humanidade. A *Guerra do Golfô* foi um aviso semelhante: uma ameaça ao mundo sobre as consequências de recusar os «benefícios» da *Pax Americana*.

Pouco depois, iniciou-se uma série de ingerências destinadas a impedir qualquer foco de resistência ou antagonismo, como aconteceu com a agressão atlantista contra a Jugoslávia/Sérvia, a tentativa de balcanização do território russo no Cáucaso (as Guerras da Tchetchênia), para além da célebre derrota norte-americana na Somália, nação que também procuravam fragmentar. Como era de esperar, o panfleto escatológico fukuyamista da suposta perpetuidade unipolar da ordem capitalista imperialista anglófona acabou rapidamente no caixote do lixo. O motor da história continuou a ser a luta de classes; a dialética anti-imperialista nunca perdeu a sua relevância, e a batalha contra os horrores de Washington estava mais atual do que nunca —mas não a partir de um conflito simétrico com outro polo ideológico, pois, no final do século XX e início do século XXI, a resistência começaria a forjar-se primeiro nos *arrabaldes do mundo*, nesses países eternamente classificados como *em vias de desenvolvimento*, nas periferias hoje batizadas como Sul ou Sudeste Global.

Em 1996, foi publicado um novo manifesto, da autoria de mais um dos próceres do «progresso», não apenas norte-americano, mas de todo o supremacismo pseudocivilizacional da mitológica civilização ocidental. Num gesto reducionista, neopositivista, racista e eurocêntrico, Samuel Huntington dividiu o planeta em diversos blocos inconciliáveis, todos eles, à exceção do Ocidente, antitéticos ao que seria verdadeiramente civilizado —isto é, a plutocracia liberal burguesa capitalista-imperialista de raiz europeia ou eurodescendente. Para garantir a perpetuação do seu sonhado domínio planetário absoluto, os EUA teriam de enfrentar várias expressões do *selvagismo e subdesenvolvimento*. O Ocidente, antes dominado pelo pânico vermelho, via-se agora perante novos e velhos perigos, começando pelo Islão, cuja hostilidade remontaria a séculos antes de o próprio conceito de Ocidente existir. Somava-se a isso uma nova e temível Rússia —não a soviética, mas *uma mescla de autocracia, despotismo e ortodoxia cristã empoeirada*. O fantasma do anticomunismo também não desaparecera por completo: apenas os moscovitas haviam sido derrotados. Em Beijing (ou em Pyongyang), o *terrível marxismo totalitário* persistia. Mais tarde surgiria outro inimigo, a *ameaça populista*, latente nesse nefasto

conceito de *terceiro mundo*, composto por *repúblicas das bananas* outrora controladas por caciques e senhores da guerra filonorte-americanos, sobretudo em Abya Yala e em África. No mundo futuro apresentado por Huntington, os choques entre essas civilizações eram iminentes e lógicos, e a Casa Branca estaria lá para os incentivar e deles beneficiar, pois, no fim, o reino da democracia, da liberdade e do livre mercado triunfaria. Essa fantasia também ruiaria menos de duas décadas depois, quando alianças entre supostos inimigos eternos e culturas ditas incompatíveis começaram a formar-se.

No início do século XXI, a Rússia vivia um processo de reconstrução após a trágica década ieltsinista, enquanto a China se encontrava a caminho de se tornar a maior superpotência económica do planeta. Washington preparava-se para o cenário que se avizinhava, no qual o pesadelo de Zbigniew Brzezinski começava a materializar-se. O cisma sino-soviético era já passado. O alinhamento entre Beijing e Moscovo era uma realidade e, pior ainda, potências regionais e praticamente todo o Sul Global iriam juntar-se paulatinamente a um novo modelo cuja premissa fundamental era resistir à devastação e à violência promovida pelo Ocidente. O que poderiam ter em comum nações com modos de produção, línguas, religiões, processos históricos e tradições tão distintas? O facto de todas elas, em momentos diferentes, nos últimos cinco séculos, terem sido vítimas da pilhagem, do genocídio e da humilhação por parte dos impérios coloniais europeus e dos seus herdeiros norte-americanos. Entre povos e culturas nos antípodas do globo, encontramos coincidências e paralelismos. O que os neerlandeses fizeram na Indonésia ou os belgas no Congo foi semelhante ao que os portugueses realizaram em Angola ou Moçambique, da mesma forma que os crimes franceses na Argélia ou na Polinésia se assemelham à criminalidade inglesa/britânica na Índia, na Austrália ou no Quénia.

Em 2001, os *think tanks* norte-americanos previam que a efémera unipolaridade imperialista colapsaria na década seguinte. A estratégia que seguiram é bem conhecida: criar uma ameaça fictícia que lhes permitisse legitimar uma agressão contínua, sem precedentes, em qualquer canto do planeta e, assim, adiar o inevitável. Dado não poderem declarar uma guerra preventiva contra o mundo inteiro,

optaram por usar a desculpa do paramilitarismo pseudojihadista —o mesmo que haviam criado e utilizado nas suas guerras por procuração nas duas décadas anteriores: contra a URSS no Afeganistão, contra a Jugoslávia nos Balcãs e contra a Federação Russa no Cáucaso. Para isso, recorreram a um estratagema que já se revelara extremamente eficaz seis décadas antes, quando o Japão atacou o território havaiano ocupado pelos EUA— um *casus belli* que conduziu à imediata declaração de guerra de Washington contra Tóquio. Até hoje não se sabe ao certo o grau de conhecimento que a inteligência e os militares norte-americanos tinham sobre o ataque japonês; a única certeza era a sua iminência e grande envergadura. Sabiam que iria acontecer —e também o desejavam—, tal como, sessenta anos depois, esperavam ansiosamente, por mais perverso que pareça, um ataque ao solo continental dos EUA. A grande diferença é que teria de ser de uma espetacularidade nunca vista, não contra alvos militares ou diplomáticos em bases distantes, ou em embaixadas no Oriente africano, mas sim no próprio coração da plutocracia económica e financeira.

Horas após os ataques de 11 de setembro de 2001, a administração de Bush Jr. garantiu que a responsabilidade era da Al-Qaeda, um inimigo fantasmagórico criado nas entranhas da inteligência norte-americana nos anos oitenta para combater a URSS no Afeganistão. E foi justamente o Afeganistão a primeira vítima —um país situado a norte do subcontinente indiano, a sul da Ásia Central, a oriente do Irão e com um corredor, o de Wakhan, que o liga diretamente à China. Assim, a nova fase da agressão norte-americana ao mundo começou no centro da Ásia, perto de três nações —Irão, Rússia e China— que, com base nas experiências trágicas dos dois últimos séculos, se recusam a submeter-se. Para além de objetivos secundários, como o monopólio da produção e tráfico de ópio, a exploração de recursos minerais ou o bloqueio ao comércio terrestre de hidrocarbonetos persas, o objetivo primordial do império foi criar um posto avançado capaz de expandir o caos às nações vizinhas. Em paralelo, Washington, com os seus habituais mecanismos de propaganda, desenvolveu melodramas como o do *genocídio uigur*, tudo para tentar provocar uma revolta no Xinjiang —uma região

autónoma de maioria túrquica, mas com importantes minorias sino-tibetanas, iranianas e mongóis.

Com a sociedade afegã mergulhada no caos e na ingerência, mais cedo ou mais tarde esse cenário estender-se-ia (graças a Washington) às cinco nações centro-asiáticas vizinhas da Federação Russa, que nesse momento também enfrentava sangrentas tentativas de secessão étnica, linguística e religiosa nas repúblicas autónomas do Cáucaso — Chechénia, Circássia, Cabardino-Balcária, Inguchétia e Daguestão— cuja vanguarda separatista era composta pelos mesmos jihadistas pagos por Washington, supostamente combatidos no Afeganistão. Quanto ao Irão e ao Paquistão, os serviços de inteligência anglófonos começaram a financiar os separatistas balúchis em ambos os países (também presentes no Afeganistão).

Em 2003, dois anos após o início da devastação imperialista do Afeganistão, iniciou-se uma nova agressão norte-americana, desta vez contra o Iraque (a segunda em treze anos), que culminou com mais de um milhão de civis iraquianos vítimas diretas e indiretas das atrocidades da ocupação e com um país praticamente destruído. Este genocídio foi estruturado tanto pelo imperialismo norte-americano como pelo seu prefeito colonial sionista. O objetivo final era fragmentar o país em termos étnicos, linguísticos e religiosos, e expandir a violência para ocidente, contra a República Árabe Síria, e finalmente para oriente, além da cordilheira de Zagros, já fora do contexto semita e arabófono, contra a República Islâmica do Irão, que desde 1979 se tem recusado a submeter-se aos desígnios do *Grande Satã* e continua a não reconhecer o projeto colonial, sionista e genocida israelita —o *Pequeno Satã*.

Enquanto os Estados Unidos destruíam o Afeganistão e o Iraque, nas entranhas do império gestavam-se planos para expandir a sua barbárie. Depois de demonstrada, em vários níveis, a eficácia das revoltas de laboratório contra países como a China, a Polónia e a Roménia (todos em 1989), ou a Jugoslávia de Slobodan Milošević no ano 2000 (modelo OTPOR), o governo de Bush, Cheney e Rumsfeld aumentou os fundos para distribuir os manuais e panfletos de Gene Sharp em mais de uma dezena de países, com o objetivo de alcançar os seus fins golpistas e

ingerencistas, agora efetuados pelas suas novas vanguardas, conhecidas de forma romântica e insossa como «sociedades civis». No Norte de África e Oeste da Ásia foram apelidadas de *primaveras*, enquanto no Leste europeu, Cáucaso e Ásia Central tomaram o nome de *revoluções coloridas*.

Em 2003, nas alturas do Cáucaso, as massas lideradas pela figura grotesca de Mijeíl Saakashvili depuseram o governo de Eduard Shevardnadze (último chanceler soviético), colocando no poder um lunático (não é exagero), um cleptocrata que faria tudo ao seu alcance para satisfazer a sede expansionista e russofóbica dos ianques. Cinco anos depois, procurando agradar à NATO, Saakashvili invadiu as repúblicas separatistas da Abecásia e da Ossétia do Sul, atacando os corpos de paz das Nações Unidas (compostos por tropas russas). Horas depois, o exército russo atravessou o túnel de Roki desde a Ossétia do Norte–Alânia (em solo russo) e pôs fim às aspirações atlantistas do governo de Tiblissi. Mais tarde, Saakashvili fugiria da Geórgia ao ser acusado de vários crimes, estabelecendo-se na Ucrânia, onde o seu amigo Petró Poroshenko lhe concedeu cidadania e o nomeou governador de Odessa, em pleno processo de neonazificação atlantista.

À semelhança do caso georgiano, Washington estruturou processos semelhantes em muitas das antigas repúblicas soviéticas, procurando derrubar qualquer governo com boas relações com Moscovo. O plano consistia em criar efeitos dominó, provocando levantamento após levantamento, e instaurando governos afins que se tornariam focos imediatos de desestabilização junto à Rússia —com potencial até para contagiar o próprio povo russo. Na Ásia Central, o governo quirguiz de Askar Akáyev foi derrubado em 2005. No Cáucaso, seria a vez da Arménia em 2018. Depois de Serzh Sargsyan ter sido forçado a abandonar o cargo, os EUA impuseram um governo submetido aos interesses do lobby arménio, liderado por Nikol Pashinyan, que para além de deteriorar os laços com a Rússia, entregou recentemente Artsaque a Bacu e Ancara. Outras revoluções coloridas não tiveram êxito, como a tentativa em 2005 na Bielorrússia, associada aos acontecimentos na Ucrânia (a *revolução laranja* de 2004), onde se tentou pôr fim ao governo de Alexander Lukashenko —tentativa

repetida quinze anos mais tarde e que voltou a fracassar. Na Rússia, tais ações também não foram sucedidas. Durante toda a década passada, os serviços de inteligência ocidentais tentaram derrubar tanto os governos de Dmitri Medvedev como os de Vladimir Putin. A mecânica era uma reciclagem dos mesmos processos de ingerência já mencionados, o que permitiu desarticulá-los, sobretudo quando os escolhidos pela embaixada dos EUA para liderar as revoltas eram praticamente desconhecidos da população russa —como foi o caso do neonazi, islamofóbico e monárquico restauracionista Alexei Navalny, transformado em mártir pela *mass media* ocidental.

A saída da administração Bush, em janeiro de 2009, levou a elite neoconservadora a modificar a sua estratégia belicista. Ao colocar Barack Hussein Obama na Casa Branca, a plutocracia imperialista optou por apresentá-lo como um transgressor das tradições imperialistas dos seus antecessores. Mas, como seria de esperar, aquele produto era o mais genérico exemplo do *gatopardismo* norte-americano. Obama prosseguiu, ao pé da letra, o vendaval de destruição e controlo planetário dos seus antecessores, através da guerra multidimensional, que se tornaria a estratégia dominante. As guerras híbridas fundem o cobarde estrangulamento económico (as chamadas «sanções» e bloqueios), ofensivas subsidiárias (*proxy*) com paramilitares e mercenários, o sequestro ou subordinação das instituições nacionais, incluindo os próprios poderes do Estado (*lawfare*), «revoltas» montadas em laboratório (primaveras ou revoluções) e, claro, a guerra cognitiva, a qual, com o predomínio dos conglomerados mediáticos e digitais nas redes sociais e plataformas de vídeo, atingiu um novo patamar de perigosidade e impacto.

O modelo das revoluções coloridas foi igualmente replicado pelo império no Magrebe e no Levante. Neste caso, os conglomerados mediáticos baptizaram-nas como *primaveras árabes*. A mecânica foi idêntica: aproveitar o descontentamento ou desencanto de uma parte da sociedade para derrubar governos, os quais nem sempre eram antagónicos ao império —como foi o caso de Zine El Abidine Ben Ali, na Tunísia, cliente e marioneta dos EUA, mas que ousou, pouco antes, aproximar-se do governo líbio e tentar uma aliança estratégica entre os

Estados amazigh do Norte de África. Após várias semanas de protestos, Ben Ali abandonou o poder em janeiro de 2011. Em África, o AFRICOM norte-americano pretendia desestabilizar toda a região. Nesse cenário, emergiria o terrorismo como ameaça à segurança regional, o que justificaria uma intervenção por parte dos EUA e aliados. Os novos governos, por sua vez, procurariam auxílio no império, legitimando a ingerência. No Egito, o objetivo era pôr fim ao governo de Hosni Mubarak, que assumira o cargo após o assassinato de Anwar el-Sadat em 1981. O caso egípcio era bastante semelhante ao tunisino. Após trair a causa pan-arabista ao normalizar relações com o projeto colonial sionista nos acordos de Camp David, o governo do Cairo tornou-se o segundo maior beneficiário de apoio militar dos EUA. Ainda assim, Mubarak procurava reforçar laços com Moscovo e normalizar completamente a relação com Trípoli. Assim que Mubarak abandonou o cargo, o Pentágono —com apoio de Israel e do Catar— já tinha um substituto preparado: Mohamed Morsi, membro da Irmandade Muçulmana egípcia (grupo supostamente envolvido no magnicídio de Sadat em 1981). Morsi duraria pouco mais de um ano no poder, sendo preso e substituído por mais um militar, Abdelfatah El-Sisi, cujo governo se mantém graças ao seu alinhamento com o império e o sionismo.

A oeste do Egito, a Líbia perfilava-se como inexpugnável. Desde a sua ascensão ao poder em 1969, Muamar Kadhafi tinha sido um dos ossos mais duros de roer para um imperialismo que temia que a Yamahiriya se estendesse a outros cantos do continente africano e que pudesse forjar uma frente comum contra o império, tanto militar como económica, já que ameaçava até abandonar o dólar a nível regional. Apesar das tentativas de orquestrar protestos massivos, estes depararam-se com uma maioria esmagadora fiel à causa pan-africanista, com um líder extremamente popular. Assim, no Ocidente deu-se ordem para passar à fase seguinte: a agressão paramilitar. A partir das fronteiras meridional e ocidental do país, milhares de mercenários atravessaram o Fezão em direção às grandes urbes costeiras da Tripolitânia e da Cirenaica, como Trípoli, Misurata e Bengasi. Apesar da invasão do paramilitarismo multinacional, o governo de Kadhafi resistiu durante meses, dando assim início ao «terceiro ato»: a agressão militar

convencional, liderada pelos EUA e pelos seus impérios coloniais domesticados —Reino Unido e França— carrascos históricos de África, que destruíram em poucos dias a infraestrutura de um país que, anos antes, se tornara um dos mais desenvolvidos do continente. Kadhafi foi torturado e assassinado a 20 de outubro de 2011, em Sirte, muito perto do seu local de nascimento. Antes de ser assassinado, advertiu que, se a Líbia caísse, o país mergulharia num estado falhado e num caos generalizado que poderia estender-se ao norte do Mediterrâneo. Dito e feito: a Líbia pós-Kadhafi é um território disputado por senhores da guerra, num conflito alimentado por potências regionais, com mercados de escravos e uma esperança média de vida em queda livre. Mais uma história de sucesso da democracia à la Washington.

Em março de 2011, a primavera ianque chegou ao Máshreq. A destruição da República Árabe Síria é um dos casos prototípicos e serve perfeitamente para ilustrar como o Ocidente tem estruturado agressões híbridas para destruir nações soberanas. Os alicerces da ingerência tinham sido lançados décadas antes, nos meios de comunicação, nas academias e nos governos ocidentais, desde que o pan-arabismo se enraizou em Damasco e iniciou a sua resistência contra o invasor sionista, que desde 1967 ocupa o Golã. A primeira fase consistiu em fomentar «protestos» e distúrbios de rua, que não eram mais do que a «estreia pública» de terroristas que, semanas depois, empunhariam cimitarras e disparariam M-16. Para conferir verosimilhança a tais acontecimentos, os meios de comunicação contavam com «painéis de peritos» nas suas reportagens: vulgares traidores exilados ou membros dos grupos terroristas acolhidos e protegidos pela Europa e pelos EUA. Junto deles, encontravam-se académicos de uma estirpe orientalista e *snob* das mais repulsivas.

O que se passou na Síria foi mais um elo no processo de ingerências prefabricadas, mas que, ao contrário de outros casos, se prolongou por mais de uma década. Estiveram envolvidas grande parte das marionetas regionais do império, começando pelas petromonarquias do Golfo: Catar, Emirados e Arábia Saudita, além dos turcos, sionistas e norte-americanos. As suas motivações eram diversas —desde interesses energéticos até sectários— sendo o principal objectivo fragmentar o

nascente Eixo da Resistência. Tal como sucedera no Egípto, quando a «primavera síria» não vingou, passou-se ao nível seguinte: a agressão paramilitar, mediante grupos como a Al-Qaeda (Al-Nusra) ou o Daesh, o primeiro patrocinado por Doha e Ancara, o segundo por Riade e Abu Dhabi. A invasão multinacional paramilitar da Síria foi rapidamente rotulada pelo Ocidente como uma «guerra civil», um conflito em que, evidentemente, o Exército Árabe Sírio foi retratado como uma força malévola inimiga do seu próprio povo. Curiosamente, era o próprio governo sírio o responsável por garantir a convivência interconfessional, étnica e linguística de todos os sírios: cristãos de todas as denominações, muçulmanos sunitas, xiitas (incluindo os alaúitas), drusos, mandeus e yazidis. O apoio armado e logístico foi fornecido pelo império, pelo expansionismo neo-otomano turco e pela entidade sionista. Ambos os batalhões terroristas possuíam duas facetas, começando pela «benigna», a do suposto «islamismo moderado», santificado pelos meios de comunicação e governos ocidentais. Essa fachada foi batizada como Exército Livre Sírio, que não era senão a máscara mediática do mesmo terrorismo multinacional. Esta faceta foi promovida até por Hollywood, que celebrou a existência daquela aberração para ingénuos chamada Capacetes Brancos.

Um papel semelhante foi desempenhado por grupos paramilitares curdos, também beatificados pelo Ocidente, mas cuja missão, ao contrário dos anteriores, não era tomar a capital, mas sim conseguir a secessão do nordeste da Síria e a sua incorporação ao projeto de balcanização curda em solo iraquiano. Mais uma vez, o patrocínio coube a Washington e Telavive. O papel dos meios de comunicação prosseguiu com a satanização do governo de Bashar al-Assad. Com absoluto cinismo, conferiam «veracidade» a ataques de falsa bandeira ou, pior ainda, participavam diretamente em encenações, como aquele monumental embaraço da BBC londrina ao ser apanhada em flagrante num suposto ataque químico encenado. Os grupos terroristas eram sempre escoltados à distância por tropas norte-americanas e turcas e, quando necessário, *drones* e aviões de combate ocidentais vinham no seu auxílio —tal como os sionistas, que, nos seus hospitais móveis no

Golã sírio ocupado, tratavam os decapitadores dos grupos acima referidos.

Apesar da intervenção direta da Rússia em 2015 e do apoio constante por parte de Teerão e do Hezbollah libanês, a República Árabe Síria caiu em dezembro de 2024. A agressão contra a Rússia nas suas fronteiras ocidentais, o esgotamento do exército sírio e a traição de altos comandantes militares provocaram a queda do último governo pan-arabista secular e de um bastião do Eixo da Resistência. Hoje em Damasco tremulam as bandeiras da Al-Qaeda e do Daesh, com um presidente que há poucos meses ordenava a decapitação de crianças e idosos, cristãos e xiitas por igual. O agente sionista e norte-americano Ahmed Hussein al-Sharaa, também conhecido como Abdullah Bin Muhammad e Abu Mohammad al-Julani, entre outros nomes, prometeu normalizar as relações com a entidade colonial sionista e genocida israelita, tendo mesmo declarado estar disposto a entregar os Montes Golã, o que, a acontecer, desencadearia a balcanização confessional e etnolinguística do território sírio, desejada há décadas por Washington e Telavive.

A sul da península arábica, outra ingerência começou a tomar forma em 2011. As imagens transmitidas a partir do Cairo encorajaram a população iemenita a manifestar o seu repúdio contra o governo de Ali Abdullah Saleh, que desde 1978 controlava o Iémen, primeiro no Iémen do Norte e posteriormente no país unificado. Apesar de Saleh se ter agarrado ao poder, em janeiro de 2012 deixou o país, apenas para regressar meses depois e enfrentar o novo líder Mansur al-Hadi, seu ex-vice-presidente, que se tornara marioneta de Riade e Abu Dabi. Entretanto, a milícia zaidita xiita (com outros grupos, tanto xiitas como sunitas), herdeira de Hussein Badreddin al-Houthi, enfrentava as tropas leais a Hadi, levando à formação de alianças efémeras com Saleh e os seus apoiantes. Em 2015, Hadi fugiu para território wahabita, dando início à agressão multinacional contra o Iémen, liderada pelas petromonarquias do Golfo, pelos EUA, pelo Reino Unido e pelo seu engendro sionista. Simultaneamente, foram mobilizados mercenários do Daesh ao serviço dos petromonarcas. Tal como na Palestina, a agressão contra o Iémen tornou-se num campo de testes do novo modelo de

guerra por drones dos EUA, sendo a administração Obama a principal impulsionadora desta vertente, que deu início a uma nova corrida ao armamento. No final de 2017, traindo a sua aliança com os houthistas, Saleh tentou negociar com os sauditas. Após confrontos com os houthistas, foi executado. À medida que a agressão assimétrica contra o Iémen prosseguia, a tecnologia dos mísseis de resistência foi-se desenvolvendo, permitindo represálias diretas contra os sauditas, principalmente contra infraestruturas petrolíferas (Aramco) e militares. Uma década de agressões multinacionais contra o povo iemenita custou a vida a 400 mil civis. No entanto, o Iémen mantém-se invicto, apoiando inclusivamente a causa palestina não com declarações hipócritas e demagógicas, mas com atos concretos, infligindo nos últimos doze meses duros golpes à estrutura militar colonial sionista.

Na Europa, a década passada foi marcada pela continuidade da guerra multidimensional levada a cabo por Washington. O ocorrido na Ucrânia desde finais de 2013 é um reflexo da agressão contra a Síria, sendo a diferença mais notória o facto de, em vez de forças takfiris e salafistas, os protagonistas iniciais terem sido mercenários neonazis, tanto ucranianos como de outros países ocidentais. Participaram também jihadistas do Cáucaso e da Ásia Central, russófobos, muitos deles veteranos das tentativas de balcanização do sudoeste da Rússia no início do presente século. Na realidade, em 2004 o Ocidente já havia realizado um processo semelhante. Durante as eleições presidenciais ucranianas, a NATO, a União Europeia e os EUA mobilizaram-se para impedir a eleição de Viktor Ianukóvitch, alegando que este estava ao serviço do Kremlin e que as eleições haviam sido manipuladas a seu favor. Através dos mecanismos habituais, Washington e Bruxelas levaram as massas às ruas, o que resultou na colocação do candidato derrotado, Viktor Yúshenko. Após uma administração desastrosa, marcada pela privatização de sectores estratégicos, empobrecimento da população e imposição dos interesses atlantistas, Ianukóvitch, apesar da campanha de demonização, acabou por ser eleito presidente em 2010. No final de 2013, os EUA orquestraram uma nova ingerência, desta vez muito mais agressiva e semelhante ao que ocorreu na Síria. O resultado do Euromaidan foi o estabelecimento de um regime golpista escolhido por

Washington (o de Petro Poroshenko) e a consolidação do paramilitarismo neonazi e russofóbico, que organizou um processo genocida contra a população russófona no leste e sudoeste da Ucrânia, bem como na península da Crimeia, para além da violência contra grupos antifascistas e comunidades de língua húngara, romena e cigana em território ucraniano.

A América Latina e o Caribe também viveram uma nova fase de ingerência, que pode ser considerada um segundo *Plano Condor*, com processos que, pela sua proximidade temporal e geográfica, nos são mediana ou amplamente conhecidos. Na primeira década do presente século, face ao cansaço popular após dois séculos de violência, miséria, desigualdade e humilhação fomentadas pelo império anglófono, surgiram no continente diversos movimentos de resistência, alguns nas ruas ou no campo, entre os sectores mais empobrecidos, oprimidos e perseguidos, mas também em contextos políticos, académicos e até no seio de exércitos nacionais. As agressões contra a República Bolivariana da Venezuela nos últimos 26 anos sintetizam de forma exemplar o modelo de agressão híbrida dos EUA que o mundo, e especialmente o Sul Global, têm enfrentado. A ofensiva imperialista, desta feita de carácter híbrido, começou na Venezuela em 2002, com o golpe contra o presidente Hugo Chávez Frías, que foi revertido graças ao protesto imediato e massivo do povo bolivariano. Desde então, os EUA não cessaram a sua agressão, levada a cabo em múltiplas frentes, num projeto multidimensional de desgaste. Em 2014, inspirados pelos exemplos da Ucrânia e do Egipto (como afirmaram publicamente), os grupos de choque centraram-se em atos de sabotagem, destruição e até linchamentos em zonas urbanas venezuelanas, seguindo à risca os manuais de terrorismo publicados pela CIA há décadas. As chamadas *guarimbas* repetiram-se em 2017 e 2024, embora com menor impacto. Esta estratégia foi acompanhada de uma guerra mediática sem precedentes a partir do exterior, através dos meios de comunicação tradicionais corporativos de língua inglesa e espanhola, impulsionados por opositores fascistas exilados no epicentro imperial ou integrados nas elites de regimes aliados. Contudo, a principal arma contra a Venezuela durante o governo de Nicolás Maduro Moros tem sido a económica: um

bloqueio e estrangulamento financeiro e comercial destinado a provocar uma crise social interna, com escassez, colapso sanitário e, se necessário, fome, com o objetivo de fomentar um levantamento popular que culpe o governo. Este mecanismo de carácter genocida é tolerado e promovido por instituições criadas ou subordinadas aos EUA, começando pelo seu «ministério das colónias», conhecido como Organização dos Estados Americanos, organismo de Washington criado em 1948 para legitimar as cruzadas imperialistas contra a Nossa América.

Em 2004, o presidente haitiano Jean-Bertrand Aristide foi alvo de um golpe militar/paramilitar orquestrado por Washington e Paris, que chegou ao ponto do seu sequestro pelo exército norte-americano. Vinte anos antes, em 1994, durante o seu primeiro mandato, Aristide já tinha sido derrubado por outro golpe planeado pela Casa Branca. As causas do segundo golpe foram a sua aproximação à Venezuela e os seus esforços pela unidade antilhana, a sua condenação das atrocidades cometidas pelos EUA durante as suas invasões, e o plano que se preparava para apresentar publicamente, exigindo ao governo francês reparações por quatro séculos de atrocidades cometidas contra o país insular. Na América Central, o governo hondurenho de Manuel Zelaya sofreu um golpe judicial/militar encomendado pela administração Obama, perante o referendo iminente que procurava iniciar um processo constituinte. Em 2010, um golpe policial tentou derrubar o presidente equatoriano Rafael Correa; tal como na Venezuela, foi a mobilização popular que conseguiu travar o golpe e salvar a vida do presidente. Em 2012, um golpe legislativo pôs fim ao governo do paraguaio Fernando Lugo, incentivado pela embaixada dos EUA em Assunção e conduzido pela elite do fascista e reacionário Partido Colorado. O *lawfare* golpista foi também utilizado no Brasil em 2016 contra o governo de Dilma Rousseff (que, durante o primeiro *Plano Condor*, tinha sido presa e torturada), levando à sua destituição. Meses depois, em 2017, apesar de o seu primeiro mandato ter terminado em 2010, uma ofensiva judicial e legislativa forjou um processo cheio de mentiras e manipulações, condenando o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva à prisão. Em 2021, a sentença foi anulada, ficando demonstrado que tudo tinha sido orquestrado pelas forças armadas e pela plutocracia brasileira, os

mesmos que colocaram o fascista e fanático Jair Bolsonaro na presidência em 2019. A 1 de janeiro de 2023, Lula da Silva regressou à presidência. Em novembro de 2019, Evo Morales foi vítima de um golpe militar/paramilitar que instaurou um regime supremacista da pior espécie, apoiado e armado pelo governo argentino de Mauricio Macri e, como seria de esperar, por Washington e pelo seu ministério colonial, a OEA. Após estes acontecimentos, a repressão realizada pela ditadura liderada por Jeanine Áñez causou a morte de dezenas de bolivianos.

A contraofensiva imperialista, com a Doutrina Monroe em esteroides, tem também contado com a colaboração das elites nacionais latino-americanas filoamericanas para executar o trabalho mais sujo dentro das suas «colónias», seguindo exemplos históricos como os regimes ditatoriais fascistas dos anos 60 e 70, ou casos mais recentes como o narcoparamilitarismo uribista colombiano. A narrativa delirante recorre aos elementos clássicos do discurso anticomunista do século passado, proclamando que «vão salvar as suas nações dos perigos do comunismo», acrescentando novas variantes, chavões e estereótipos: a ameaça populista, o perigo progressista, etc. Graças a campanhas de pânico e desinformação montadas pelos grandes grupos de comunicação, com a cumplicidade de fraudes institucionais, figuras tão nefastas como Jair Bolsonaro conseguiram ascender ao poder —um militar assumidamente golpista e anticomunista, homofóbico, misógino e antifeminista, supremacista cristão, islamofóbico, sionista... um autêntico *pot-pourri* que condensa o historial da extrema-direita mais tóxica e abjeta, um fascista que se orgulha de o ser, apadrinhado por Washington.

O caso atual de El Salvador é igualmente preocupante: um país transformado num enclave prisional dos EUA, governado por um fanático herdeiro da elite, Nayib Bukele, que não só traiu as suas origens político-ideológicas (dentro da FMLN), como também renegou a sua ascendência palestina, impondo um regime ditatorial persecutório, silenciando toda e qualquer crítica e esmagando os direitos do povo salvadorenho.

No Equador, assim que Rafael Correa deixou o cargo em 2017, iniciou-se um processo trágico que converteu o país num regime oligárquico, com uma sucessão de lacaios do império, começando com Lenín Moreno,

que traiu o legado correísta e a unidade latino-americana, e que chegou ao ponto de abrir as portas da embaixada equatoriana em Londres às forças britânicas que acabaram por sequestrar Julian Assange. A tragédia equatoriana continuou com Guillermo Lasso, banqueiro e símbolo do neoliberalismo, evasor fiscal e lavador de dinheiro, que, no início deste século, provocou a maior crise social e económica do país, quando a banca se apropriou das poupanças do povo equatoriano. E assim chegámos ao mandato de Daniel Noboa, cidadão norte-americano criado em Miami —reduto da plutocracia latino-americana no exílio— membro de uma dinastia de oligarcas «narcobananeros» (literalmente), que foi colocado no poder em 2023 e mergulhou o Equador numa crise sem precedentes, marcada pela miséria, violência e corrupção. Foi precisamente com Noboa que se tornou evidente o grau de impunidade e cinismo que o império está disposto a tolerar por parte dos seus sipaios, caciques e gorilas na Nossa América, como demonstrado no assalto à embaixada mexicana em Quito, na noite de 5 de abril de 2024, quando forças militares e policiais do regime invadiram —território mexicano— para capturar o ex-vice-presidente Jorge Glas, pisando a Convenção de Viena e todas as normas do direito ao asilo diplomático. A última peça do plano geoestratégico hemisférico dos EUA na América Latina foi colocada na Argentina, que desde dezembro de 2023 se encontra sob o controlo de uma junta anarcocapitalista fanática, liderada pelo antisocialista, antiperonista e aporofóbico Javier Milei, abertamente pró-sionista, filoianque e pró-britânico.

Quinta Fase / Terminal – O processo de contração imperialista e o lento colapso da hegemonia norte-americana e ocidental

Durante a administração Obama, Washington tentou conquistar os corações e mentes do governo chinês, com o objetivo de afastar Beijing de Moscovo e do seu poder energético. Mais tarde, durante o primeiro mandato de Trump, procuraram fazer o mesmo com a Federação Russa, tentando afastá-la da órbita chinesa, hoje epicentro global, tecnológico e económico. Não conseguiram. Neste momento, o imperialismo norte-americano encontra-se numa encruzilhada. A sua outrora quase

omnipotência perdeu eficácia num contexto mundial que assistiu ao ressurgimento de antigas potências e à ascensão de novas —e pior ainda para Washington, essas potências forjaram alianças e acordos de todos os tipos. Os últimos cinco séculos de domínio europeu/ocidental/eurodescendente estão a chegar ao fim, sendo o imperialismo ianque o seu último elo. Diante deste cenário, Washington teve de escolher entre renunciar ao seu selvagem excepcionalismo e coexistir pacificamente com o mundo —como qualquer nação com um governo racional faria— ou enfrentar um cenário extremamente adverso, que implicaria confrontar um bloco como o sino-russo, que, entretanto estabeleceu parcerias com potências regionais e praticamente com todo o Sul Global. A decisão dos EUA é mais do que evidente: como era de esperar, optaram pela via da violência.

As lições das centúrias passadas ensinaram a Beijing, Moscovo, Teerão, aos povos africanos, latino-americanos e à humanidade em geral que não se pode confiar num império —muito menos quando este se encontra numa fase terminal, disposto, como nunca, a cometer múltiplos crimes com total impunidade para prolongar a sua hegemonia, como um velho decrepito com demência senil. Nos últimos anos, os Estados Unidos arrancaram a máscara da sua hipócrita santidade como supostos arautos da liberdade, democracia e demais abstrações, mostrando ao mundo o seu verdadeiro rosto. O que antes faziam nas sombras ou com algum pudor, agora fazem abertamente. A Casa Branca já não tem qualquer problema em admitir que apoia nazis na Ucrânia ou a Al-Qaeda e o Daesh na Síria. Celebram sem pudor o surgimento de regimes fascistas, como o bolsonarista no Brasil ou o carcerário em El Salvador, enquanto no seu próprio território, aterrorizados com as mudanças demográficas visíveis, caçam mexicanos e centro-americanos como se fossem presas.

O que estamos a testemunhar é a síntese de toda a história norte-americana concentrada em duas décadas. Infelizmente, o declínio paulatino do império não se traduz numa paz duradoura para o mundo. O colapso, embora se tenha acelerado nos últimos anos, continuará a ser tortuoso para todos, sobretudo para os povos distantes ou antagónicos ao centro hegemónico decrepito.

O ente colonial sionista e genocida israelita tem sido, desde a sua conceção, um projeto de controlo geoestratégico ocidental —primeiro britânico e, desde 1948, norte-americano (sem esquecer o efêmero patrocínio francês). Essencialmente, tem funcionado como uma espécie de prefeitura colonial, o 51.º estado ultramarino dos EUA e, claro, como um laboratório de guerra, cuja principal vítima desde sempre foi o povo palestino. A *Nakba* de 1948, quando mais de 800 mil palestinos foram expulsos e mais de 500 aldeias e cidades arrasadas ou ocupadas —com massacres como os de Deir Yassin ou Tantura —e a *Naksa* de 1967, que provocou a expulsão de outros 300 mil, empalidecem face aos planos atuais tanto dos sionistas como do seu patrocinador anglófono para efetuar uma limpeza étnica num território que funciona como campo de concentração/extermínio —Gaza— onde vivem mais de dois milhões de pessoas privadas de quaisquer serviços básicos.

Nos últimos 19 meses, vimos em tempo real, e com todos os pormenores, cerca de 200 mil palestinos serem assassinados das formas mais cruéis e impiedosas. Uma potência militar com armas nucleares, químicas e biológicas, com um orçamento de milhares de milhões e com apoio económico, político-institucional, tecnológico e militar de todo o Ocidente, enfrenta um povo que nem sequer possui exército. O catálogo do necropoderio sionista para aniquilar o povo palestino é aterrorantemente vasto: bombardeamentos (hoje até «inteligentes»), fome, espancamentos e violações, sequestros e execuções, entre outros. Enquanto o mundo inteiro se manifesta nas ruas dos cinco continentes em apoio à Palestina e em condenação do genocídio sionista, os governos ocidentais e os seus conglomerados mediáticos continuam, com cinismo, a negar, minimizar e justificar as atrocidades de um assassinio em massa israelita cuja narrativa oficial —a *hasbara*— já colapsou.

Ao darmos visibilidade à história do sionismo, da invasão judeu-europeia da Palestina e da criação do ente colonial, revelamos também a história do imperialismo ocidental. O sionismo foi engendrado por europeus para satisfazer a sua sede de matérias-primas e controlo territorial, impedindo a emancipação dos povos arabófonos da Ásia Ocidental e do Norte de África. As ações recentes do sionismo —de um

genocídio desenfreado e selvagem— são reflexo do que os EUA e os seus vassallos estão dispostos a fazer contra múltiplas culturas, nações e povos de todo o mundo, povos que consideram *animais humanos, bestas da selva fora do jardim europeu*. Falar do sionismo é falar do império. Diagnosticar a barbárie sionista é antever a barbárie ocidental.

O Mali, o Burkina Faso e o Níger —as nações do Sahel— forjaram alianças defensivas e de cooperação económica, conseguindo expulsar definitivamente o império colonial francês. Do mesmo modo, na Melanésia, o povo Kanak luta pela libertação da sua terra (chamada Nova Caledónia pelos europeus), ainda sob controlo de Paris. Em Ho Chi Minh, capital do Vietname, o governo aproximou-se dos BRICS, rejeitando as ofertas do seu antigo alçóz norte-americano. Caracas fortaleceu a sua relação com Teerão, algo impensável há algumas décadas. O México, sob a sombra da ingerência norte-americana há 178 anos, participou como observador na cimeira dos BRICS no Rio de Janeiro.

Entretanto, os EUA ameaçam o Reino da Dinamarca, insistindo que pretendem comprar a Gronelândia, e ameaçam o Canadá com a anexação de Alberta. Washington chegou mesmo a intimidar o Panamá —país que ajudaram a criar— para não «favorecer» o comércio chinês. Permitem o rearme do Japão perante uma futura agressão à China e incentivam a criação de um exército europeu para atacar a Rússia a partir do Báltico, alegando ser necessário «descolonizar». Para os norte-americanos e os seus progenitores europeus, o *mundo civilizado* ou *livre* —que se resume à Europa Ocidental, aos estados coloniais anglófonos EUA, Canadá, Nova Zelândia e Austrália (os célebres *Cinco Olhos*) e a «membros honorários» como o Japão e, mais recentemente, a Coreia (a do Sul, claro, não a «maligna» e setentrional Juche) —está em risco, pelo que a *comunidade internacional* tomará medidas. Em poucas palavras: estão dispostos a incendiar o mundo para prolongar a sua hegemonia.

Mas, felizmente, a história não terminou. Pelo contrário: está a mudar rapidamente a cada dia. E são os povos do Sul Global —na Ásia, África, Oceânia e a Nossa América— que protagonizam essas transformações

profundas. O que terminou foi o domínio eurocêntrico-ocidental e imperialista norte-americano sobre um mundo em pé de luta.

Meninos e meninas soldados: uma construção social perigosa para os projetos revolucionários? (I)

Aos heróis esquecidos.

Laura Taffetani

Prólogo

É a meio do século XX que, pela primeira vez, se começa a visualizar a participação de crianças em conflitos armados na legislação internacional, através dos Protocolos Adicionais de 1977 às Convenções de Genebra de 1949. Nesses protocolos sugeria-se não recrutar crianças com menos de 15 anos.

Mais tarde, o desenvolvimento normativo internacional sobre os que passaram a ser chamadas «crianças-soldado» intensificou-se, especialmente depois da queda do Muro de Berlim, através das várias convenções e protocolos. Também se foi consolidando uma certa perspetiva sobre o tema, que associa essa participação (tida como *indiscutivelmente* involuntária e forçada) à exploração infantil e ao tráfico de seres humanos. Passou ainda a proibir-se diretamente o recrutamento de menores de 18 anos.

Esta visão amputada do problema, assente na ideia de «uma infância universal ao estilo da publicidade da Benetton», descontextualizada do tempo histórico vivido por cada criança, assim como da sua classe social —e segundo a qual as crianças só devem brincar e ir à escola— foi uma construção social promovida por organismos internacionais, com o objetivo de deslegitimar as várias formas de resistência dos povos que decidem questionar a dominação a que estão submetidos e erguer-se em armas.

Deste modo, retirou-se por completo o carácter de sujeito político às meninas, meninos e jovens com menos de 18 anos, sem distinguir as diversas situações que enfrentam no seu percurso de vida e no da sua comunidade.

Por isso, é indispensável analisar esta questão à luz dos factos históricos vividos pelas crianças de que falamos —não «a infância» em abstrato, mas a infância que representa os filhos e filhas dos povos trabalhadores, em diferentes épocas e lugares. Ou seja, nada mais nada menos do que fazer uma análise concreta da realidade concreta.

O Paraguai a meio do século XIX

Na América Latina, na República do Paraguai, o Dia da Criança celebra-se a 16 de agosto em homenagem aos valentes meninos que deram a sua vida para defender a pátria na batalha de Acosta Ñu, no ano de 1869.

O Paraguai, na década de 1860, tornara-se um país em franco desenvolvimento económico autónomo e sustentado. Foi o primeiro país da América do Sul a ter uma siderurgia, telégrafo e caminho de ferro, bem como um estaleiro naval onde se fabricavam barcos a vapor. O analfabetismo era praticamente inexistente e o país representava um verdadeiro oásis numa América do Sul que acabava de se libertar do jugo espanhol, mas que se lançava nos braços do imperialismo anglo-francês, já pronto para submeter as suas economias aos próprios interesses.

Face à ousadia do Paraguai em constituir-se como uma verdadeira República independente, a Inglaterra teceu silenciosamente uma

estratégia para o sufocar, utilizando toda a sua influência nas incipientes burguesias dos países do Cone Sul para iniciar a chamada «Guerra da Tríplice Aliança», na qual Argentina, Uruguai e Brasil declararam guerra à República irmã do Paraguai.

O Paraguai resistiu tenazmente ao ataque, mas a batalha de Acosta Ñu selou a derrota das tropas paraguaias, que lutaram durante quase seis anos contra uma força esmagadora unida pelos três países.

Na realidade, o último ano da guerra teve como principal objetivo a perseguição do presidente paraguaio Francisco Solano López —algo reconhecido pelo comandante do exército brasileiro, o Duque de Caxias, que ao entrar em Assunção a 5 de janeiro de 1868 declarou publicamente que a guerra tinha terminado.

No seu relatório ao imperador do Brasil, Caxias descreveu: *«O soldado paraguaio prefere morrer a render-se»*; acrescentou ainda que *«a moral desse exército já derrotado cresce com a derrota, e quando os seus soldados estão sob o olhar de López, sentem-se magnetizados, capazes de fazer o impossível (...) longe de poupar a própria vida, parecem procurar com frenético entusiasmo a ocasião de a sacrificar heroicamente, de a trocar por outra vida ou por muitas vidas dos seus inimigos»*.

Sobre os soldados paraguaios, Caxias afirmou ao seu soberano que, sendo *«simples cidadãos, mulheres e crianças»*, eram uma só e mesma coisa, *«um único ser moral e indissolúvel»*, concluindo: *«Quanto tempo, quantos homens; quantas vidas e quantos recursos teremos de gastar para acabar com esta guerra, ou seja, para transformar em fumo e pó toda a população paraguaia, para matar até o feto no ventre da mulher?»*

Por essa razão, Acosta Ñu foi uma das mais terríveis batalhas da história militar mundial. A guerra dizimara a população do Paraguai e, perante a escassez de homens, as crianças juntaram-se à batalha: de um lado, os brasileiros com 20.000 homens; do outro, 3.500 soldados com idades entre os 10 e os 15 anos, acompanhados por 500 soldados

veteranos. López mandou pintar-lhes bigodes e patilhas com a fuligem dos fogões e improvisaram-se barbas postiças para confundir o inimigo.

Essa batalha foi travada a 16 de agosto de 1869, enquanto o Marechal Francisco Solano López tentava alcançar o Cerro Corá, onde acabou por ser fuzilado com o seu filho, o coronel Juan Francisco «Panchito» López, de 14 anos, que procurava proteger a sua mãe e os irmãos mais novos durante a retirada.

O embaixador norte-americano nesse país, o general Martin Mac Mahon, herói da Guerra de Secessão conhecido pela sua defesa do Paraguai, denunciou os abusos cometidos pelos aliados. Quando já tudo tinha terminado, recordou em diversos ensaios publicados na *Harper's New Monthly Magazine* em 1870 a seguinte descrição: *«crianças tenras que chegavam a rastejar, com as pernas desfeitas ou horríveis feridas de bala nos corpos semidespidos. Não choravam, nem gemiam, nem imploravam socorro médico. Quando sentiam o contacto da mão misericordiosa da morte, deitavam-se no chão para morrer em silêncio, como tinham sofrido».*

Mac Mahon abraçara a causa paraguaia, o que o levou a escrever: *«Muitas dessas crianças tinham mães que não estavam longe, nos barracões das mulheres, onde as balas e as bombas dos civilizadores aliados caíam em catadupa. Não pensavam nos seus filhos moribundos, nem nos lares há muito abandonados, nem nos maridos que talvez estivessem a agonizar naquele momento, mas sim na causa da pátria, no seu supremo momento de batalha...».*

Quase todos os homens, idosos, crianças e mulheres acorreram para defender a Pátria até ao último suspiro.

Um texto divulgado pelo Ministério da Educação da República do Paraguai apresenta esta como uma das mais sangrentas epopeias vividas pelo povo paraguaio no que diz respeito ao massacre de crianças, idosos e mulheres no século XIX. Refere: *«Nessa batalha, crianças de apenas seis a quinze anos eram vestidas como soldados para irem combater e, no fragor da batalha, aterrorizadas, agarravam-se às pernas dos soldados brasileiros, a chorar para que não as matassem. E eram*

degoladas no ato», escreveu o historiador brasileiro Chiavenatto¹. As mães das crianças em combate escondiam-se na selva, sem poder fazer absolutamente nada, assistindo à luta. Não foram poucas as que pegaram em lanças e chegaram a comandar grupos de crianças na resistência.

Finalmente, após um dia de combates, os paraguaios foram derrotados. O Conde D’Eu, que comandava a batalha, quando esta terminou, ao cair da tarde, e as mães das crianças paraguaias saíam da selva para resgatar os cadáveres dos seus filhos e socorrer os poucos sobreviventes, ordenou incendiar o mato, matando e queimando selvaticamente as crianças e as mães.

Este capítulo da história paraguaia representa um dos episódios mais heroicos e representativos do que significou a luta do Estado para preservar a independência e a autonomia face às forças imperialistas que atuavam na região, e que necessitavam de nações submissas e subordinadas para continuar o seu saque, agora de forma mais dissimulada e «moderna» do que outrora durante a Conquista da América.

E conseguiram. O Paraguai nunca mais conseguiu recuperar-se dessa derrota, que significou a morte de 96,5% dos homens paraguaios.

O Paraguai dois séculos depois

O principal problema no Paraguai, sem dúvida, foi e continua a ser o problema da terra —um problema que remonta ao pós-guerra de 1865–1870, quando os sucessivos governos procederam à venda massiva das terras públicas, dando origem ao latifúndio.

Isto desencadeou um processo de desagregação da economia camponesa, provocando um grande desenraizamento do povo do campo, devido à destruição da matriz de organização produtiva baseada no esquema parcelar-comunitário, substituída por relações sociais fundadas no mercado e na propriedade privada, tendo o agronegócio como forma predominante de posse da terra. Esta situação agravou-se ainda mais com o avanço do modelo agro-exportador latifundista no país.

No Paraguai, 90% da terra está atualmente nas mãos de 12.000 grandes proprietários, enquanto os restantes 10% estão repartidos entre 280.000 pequenos e médios produtores².

Isto fez com que o movimento camponês se tenha tornado num ator histórico e central no Paraguai, sobretudo pela sua luta e resistência perante a desigualdade e a injustiça que sempre caracterizaram o país.

O surgimento de organizações e as características do movimento camponês têm evoluído ao longo do tempo, num processo que tem implicado o recrudesimento das lutas, em relação com o progressivo agravamento da situação camponesa, associado ao avanço do sector da soja e do agronegócio.

Fruto dessa dramática situação do campesinato e da escalada de violência nas lutas, o Partido de Esquerda «Patria Libre» do Paraguai, que participava eleitoralmente, foi duramente perseguido e desmantelado. Um dos efeitos dessa repressão foi que um grupo de jovens pertencente a essa estrutura fundasse uma organização armada chamada Exército do Povo Paraguaio (EPP), de inspiração marxista-leninista, com base na zona norte da região oriental do país. Entre os seus fundadores encontravam-se três jovens irmãos da família Villalba: Carmen, Osvaldo e Liliana Villalba Ayala.

A organização começou a operar oficialmente com esse nome no ano de 2008, embora anteriormente já tivesse realizado algumas ações pelas quais alguns dos seus membros foram encarcerados.

Carmen Villalba Ayala foi presa em 2003. Atualmente, continua encarcerada, apesar de ter já cumprido largamente a sua pena de 18 anos de prisão, pois, quando deveria ser libertada, foi novamente condenada a outros 17 anos, num processo forjado em 2018, relativo a um alegado acontecimento de 2004 —numa manobra clara do Poder Judicial para impedir a sua libertação.

Osvaldo Villalba Ayala morreu num confronto com as FTC a 23 de outubro de 2023 e Liliana tem um mandado de captura.

Desde o momento em que o EPP iniciou as suas operações e a sua presença no norte do Paraguai se tornou pública, os restantes membros da família Villalba, que não estavam envolvidos no conflito, começaram a ser assediados pelas forças de segurança nas suas casas. Em particular, as crianças eram constantemente seguidas, fotografadas ou abordadas à porta da escola.

Depois de mudarem várias vezes de residência para fugir ao assédio constante —já que eram rapidamente localizados e a perseguição prosseguia—, em 2008 fizeram uma primeira tentativa de viver na Argentina, na localidade de Clorinda, província de Formosa.

A 30 de maio de 2010, o filho de Carmen Villalba Ayala, Néstor Oviedo Villalba, de 13 anos, que vivia com as tias e a avó em Clorinda, adoeceu gravemente e faleceu nesse mesmo dia. Antes de morrer, contou que, no dia anterior, alguns homens uniformizados tinham-lhe borrifado uma substância líquida sobre o corpo. As condições de precariedade da família e o medo fizeram com que não fosse aberta uma investigação na altura, mas esse acontecimento levou-os a regressar ao Paraguai.

No entanto, a perseguição não só continuou, como se intensificou, de forma cada vez mais ostensiva, dirigida especialmente às crianças. Assim, em 2011, o grupo familiar fixou-se definitivamente na Argentina, na cidade de Puerto Rico, província de Misiones, onde os membros de nacionalidade paraguaia trataram da sua residência.

Entre os membros da família residentes na Argentina encontravam-se então Lilian Mariana e María Carmen Villalba, nascidas em solo argentino. Devido à situação de perseguição, cresceram sem contacto com os pais, e a necessidade de os conhecer pessoalmente tornou-se cada vez mais premente.

Apesar de a família não ter a certeza de que existissem condições seguras para que as meninas atravessassem a fronteira para visitar os pais, a insistência foi tanta que acabaram por ceder à pressão e organizaram a viagem para passarem o verão de 2019-2020 até ao início do ano letivo, em março de 2020.

O grupo era composto por Laura Villalba Ayala, a sua filha María Carmen, de 11 anos, as suas sobrinhas Lilian Mariana, também de 11 anos (filha de Myrian Villalba), as gémeas Tamara Anahí e Carmen Elizabeth Oviedo Villalba (filhas de Carmen Villalba), de 14 anos, e Tamara Anahí Villalba (filha de Rosa Villalba), de 17 anos.

No entanto, quando chegou a data do regresso, deu-se o impensável: foi declarada a pandemia da COVID-19 e as fronteiras fecharam-se de forma total, pelo que não puderam regressar e tiveram de improvisar uma espécie de acampamento para permanecerem no local.

Poucos dias antes de se assinalar o 151.º aniversário da Batalha de Acosta Ñu, a 2 de setembro de 2020, na localidade de Yby Yau, Departamento de Concepción, República do Paraguai, as FTC (Força de Tarefa Conjunta) localizaram o acampamento, entraram violentamente e María Carmen e Lilian Mariana Villalba, ambas com 11 anos, foram capturadas e executadas pelo exército, num ato que o Governo paraguaio classificou como uma operação bem-sucedida contra o grupo insurgente EPP.

O general Héctor Grau, comandante da FTC, afirmou rapidamente nos diversos meios de comunicação que era praticamente certo que as duas jovens mortas nos acampamentos do Exército do Povo Paraguaio em Yby Yau eram argentinas, e que na Argentina teria sido criada uma “creche” de “soldados” do grupo criminoso.

«As provas estão no próprio local. Apenas os corpos foram retirados e, ontem à noite, foi feita a análise na morgue de Yby Yau. O nosso próximo passo será denunciar o recrutamento de crianças-soldado por parte do EPP como crime contra a humanidade», adiantou o general³.

Já a 3 de setembro, circulava a informação de que a equipa forense estimava a idade das jovens abatidas entre os 15 e os 18 anos, e quase de forma premonitória, o General Grau especulava que possivelmente seriam cidadãs argentinas e familiares de Liliana e Osvaldo Villalba⁴.

Os corpos foram imediatamente enterrados, alegadamente devido aos protocolos sanitários da COVID-19, e as roupas que vestiam foram

queimadas. Também não foi registado o procedimento, «*por falta de equipamento necessário*».

Quando começaram a circular imagens dos corpos, a família residente na Argentina reconheceu de imediato as meninas e denunciou a sua execução.

Finalmente, a 5 de setembro, perante o escândalo internacional que rebentou quando se confirmou que eram crianças, os corpos das menores foram exumados e transferidos para Assunção, onde foi realizada uma autópsia que confirmou oficialmente que as meninas tinham 11 anos.

Diante de um ato que, para muitos, foi um claro exemplo de terrorismo de Estado —tendo como único responsável as forças envolvidas na operação—, o Executivo paraguaio optou por denunciar formalmente «*a presença de menores em atividades do autodenominado Exército do Povo Paraguuaio pedindo ao Ministério Público uma investigação sobre como essas crianças chegaram ao grupo criminal*»⁵.

Após a emboscada de 2 de setembro, as sobreviventes que conseguiram escapar (e que também foram testemunhas dos acontecimentos) foram perseguidas de forma implacável pelas FTC.

No ataque de 2 de setembro, Carmen Elizabeth Oviedo Villalba (Lichita), de 14 anos, foi ferida numa perna e tinha dificuldades de locomoção. Laura e as meninas foram acompanhadas por três combatentes do EPP na tentativa de sair do país, uma vez que não conheciam a zona.

No dia 20 de novembro, são novamente intercetadas e, nesse episódio, a FTC assassina os três militantes que as acompanhavam. Foram executados a sangue-frio enquanto percorriam o bosque. A força disparou a 500 metros de distância com armas equipadas com mecanismos térmicos e infravermelhos que detetam o calor humano e direcionam o disparo⁶.

Nessa ocasião, Carmen Elizabeth volta a ser atingida por um disparo de raspão na cabeça, o que confirma, sem margem para dúvidas, que ela era um dos alvos principais desta operação.

O grupo familiar consegue fugir mais uma vez, mas já sem qualquer assistência, o que leva a que se percam no mato, por desconhecimento do terreno. Passam dias a vaguear, sem comida, sem água e com Carmen Elizabeth ferida.

Por essa razão, o grupo decide separar-se: Laura fica com Carmen Elizabeth, que não se conseguia mover, enquanto a irmã e a prima partem em busca de água e comida. No entanto, as jovens perdem-se, levando Laura a ir procurá-las. Quando regressam, no dia 30 de novembro, já não encontram Carmen Elizabeth no local, apenas os seus pertences permaneciam lá.

Perante isto, Laura decide que Tamara e Tania devem tentar regressar à Argentina, enquanto ela permanece à procura da sua sobrinha.

Durante essa busca, alguns habitantes da zona informam Laura de que teriam visto forças de segurança levarem Lichita e colocarem-na num veículo.

No dia 23 de dezembro de 2020, Laura é detida por um controlo policial enquanto procurava a sua sobrinha, mesmo não havendo, naquele momento, qualquer mandado de captura contra si. Identificou-se sem oferecer resistência. O simples facto de ter o apelido Villalba bastou para que ficasse detida.

Nesse mesmo dia, Tania e Tamara conseguiram chegar à Argentina graças à solidariedade de habitantes paraguaios que as ajudaram ao longo do percurso, podendo assim prestar testemunho do sucedido e, sobretudo, confirmar a suspeita que já existia: que, no momento da sua detenção, Lilian e María Carmen estavam vivas.

Mais uma vez, a história do Paraguai mancha-se com o sangue de crianças.

Apesar de todas as provas apresentadas, o Governo do Paraguai continuou com a sua campanha de acusação contra o EPP, alegando que estaria a recrutar menores de idade. No dia 30 de dezembro de 2020, realizou uma conferência de imprensa onde apresentou uma série de supostas provas de que o grupo utilizaria menores nas suas fileiras: filhos dos seus membros, criados e educados na Argentina e posteriormente enviados de volta para os acampamentos da guerrilha onde nasceram.

«Confirmam-se nascimentos de menores nos acampamentos, posteriormente levados para a Argentina para crescerem, regressando depois ao Paraguai e ao mato, sendo utilizados (os menores) como combatentes», declarou aos meios de comunicação o procurador Federico Delfino⁷.

Mais tarde, Laura Villalba Ayala foi julgada e condenada por incumprimento dos deveres familiares, ao ser acusada de ter levado as meninas ao Paraguai, para uma zona de conflito, presumivelmente para serem recrutadas pelo EPP. Quanto ao assassinato de Lilian Mariana e María Carmen, não houve processo, nem investigação, nem suspeitos e, muito menos, arguidos —apesar de estar claro que os disparos partiram dos membros da FTC que participaram na operação de 2 de setembro. A única pessoa acusada pela morte das meninas foi Laura Villalba, mãe e tia das vítimas. Como as penas para este tipo de crime são menores, acabou por ser condenada por terrorismo, acusada de ter desempenhado funções logísticas relacionadas com o grupo armado. Também foi condenada à revelia Myrian Villalba Ayala, mãe de Lilian Mariana, embora não estivesse sequer presente no local.

Do mesmo modo, Lichita nunca apareceu, não foi procurada, e não há qualquer registo de que a sua desapareição tenha sido alvo de investigação.

E apesar de o Alto Comissariado das Nações Unidas ter emitido um pronunciamento firme em relação ao assassinato das meninas, o Comité dos Direitos da Criança da ONU declarou o Estado Paraguaio responsável pelas suas mortes e continua a investigar tanto a detenção e encarceramento de Laura Villalba como o desaparecimento de Lichita.

Esta situação gerou críticas severas às respostas débeis —e nalguns casos à total inação— por parte das organizações paraguaias dedicadas à infância e aos direitos humanos, que, apesar da história marcante dos «crianças-soldado» da Batalha de Acosta Ñu, optaram por alinhar-se com o discurso oficial do Governo, admitindo a possibilidade de o EPP ter recrutado os seus próprios filhos e filhas, responsabilizando a família por as meninas se encontrarem naquela zona.

Este artigo pretende, assim, introduzir um tema muito sensível, mas necessário: a construção social da figura do «criança-soldado» no imaginário coletivo. A legislação que se foi desenvolvendo em torno desta figura, assim como a teorização surgida nas últimas quatro décadas no âmbito dos direitos humanos sobre os direitos das crianças em contextos de conflito armado, constitui uma discussão delicada e dolorosa, mas absolutamente indispensável. Só assim se pode reconhecer às crianças a sua condição de sujeitos políticos, com as limitações e possibilidades que apenas podem ser avaliadas dentro de cada contexto histórico e social em que se encontrem.

-
1. Chiavenato, Julio José. Genocidio americano. La guerra del Paraguay. Asunción: Carlos Schauman Editor, 1984
 2. Yvy Jara, «Los dueños de la tierra en Paraguay. Informe de investigación». Guereña, Aratxa y Rojas, Luis. Oxfam 2016
 3. <https://misionesonline.net/2020/09/03/en-paraguay-guerrilleras-argentinas/>
 4. <https://www.abc.com.py/nacionales/2020/09/03/forense-explica-detalles-sobre-fallecidas-en-enfrentamiento-con-ffc/tos-no-internacionales>
 5. <https://grupolaprovincia.com/contenido/404594/paraguay-denuncio-que-el-epp-recluta-menores-luego-del-asesinato-de-dos-ninas-ar>
 6. <https://www.adndigital.com.py/forense-confirma-que-los-3-muertos-del-epp-recibieron-disparos-a-larga-distancia/>
 7. <https://www.infobae.com/america/america-latina/2020/12/30/el-gobierno-paraguay-denuncio-que-la-guerrilla-del-epp-recluta-a-menores/>

Entrevistamos Max Lioce

Vivemos tempos de uma séria encruzilhada. Num mundo que assiste a uma profunda reconfiguração geopolítica, marcado pela crise sistêmica do capitalismo e por uma ofensiva do grande capital em todas as frentes, a necessidade de uma bússola teórica e prática para a militância revolucionária torna-se mais urgente do que nunca. Enquanto os tambores da guerra imperialista ressoam com força nos nossos ouvidos, as organizações de esquerda enfrentam o duplo perigo de se diluírem no chauvinismo burguês ou de serem neutralizadas por um progressismo totalmente domesticado, que renunciou sem combate à transformação real.

Perante este panorama, surgem perguntas estratégicas incontornáveis: como desmascarar as novas e velhas formas do domínio imperialista nos nossos próprios territórios? Que sectores sociais têm a capacidade de liderar uma luta consequente e como podem ser organizados? De que maneira se liga a batalha global contra o imperialismo às exigências mais sentidas pelas massas, como o salário, a habitação ou a saúde?

Para abordar estas questões fundamentais, conversámos em profundidade com Max Lioce, analista internacional, investigador de conflitos sociais e armados e fundador do Comité Internacionalista Alexis Castillo. Assente numa rigorosa análise marxista-leninista e comprometido com a *práxis* militante, Lioce oferece-nos uma dissecação clara e contundente da atual conjuntura.

Ao longo desta entrevista, Lioce não se limita a descrever a anatomia do poder, mas propõe um roteiro para a ação. Explica como o imperialismo combina todas as formas de luta, desde a exploração

económica e as sanções até à desinformação e à guerra aberta, e interpela-nos sobre como construir a ferramenta política capaz de fazer-lhe frente: um partido de vanguarda, forjado na teoria e no combate, que saiba articular a centralidade da classe trabalhadora com a diversidade de frentes de massas.

Longe de oferecer receitas universais, esta conversa é um convite a estudar, debater e, sobretudo, a organizar-se. É um apelo a forjar os anticorpos ideológicos necessários para não capitular e a construir, a partir de cada trincheira, uma direção revolucionária que não se limite a protestar, mas que se prepare conscientemente para a disputa real pelo poder.

Que formas concretas assume hoje o domínio imperialista a nível mundial, e como pode a militância revolucionária identificar essas expressões nos seus próprios territórios?

Antes de mais, é necessário propor aos leitores uma premissa incontornável: o imperialismo, enquanto fase superior do modo de produção capitalista, não se encontra atualmente em condições de exercer um domínio absoluto e incontestado à escala planetária, uma vez que a contradição antagónica entre imperialismo e anti-imperialismo se torna cada vez mais evidente, com níveis crescentes — em quantidade e qualidade— de confronto político, económico e militar em grande parte do globo. Em resumo, a correlação de forças está a mudar, e a um ritmo acelerado.

Posto isto, explicar as formas concretas que o imperialismo e o grande capital adotam para defender e alargar o seu domínio —em cada um dos planos onde se expressa a referida contradição— exigiria um espaço de que, por razões óbvias, esta entrevista não dispõe. Sendo um tema que deve ser desenvolvido e investigado de forma contínua, podemos ainda assim afirmar —sem receio de errar— que pode ser sintetizado num conceito fundamental: a combinação de todas as formas de luta. Os imperialistas e a grande burguesia combinam sem cessar a exploração assalariada com políticas de «austeridade» que destroem os direitos sociais e económicos dos povos trabalhadores; as medidas

repressivas com a desinformação estratégica; os bloqueios e sanções com pressões e chantagens contra países que reivindicam ou defendem a sua soberania; e a corrida ao armamento com guerras de pilhagem, entre outras. Esta tática da combinação de todas as formas de luta não significa, evidentemente, que todas sejam aplicadas de forma uniforme. Há variações —e elas de facto existem— na intensidade e frequência com que os imperialistas aplicam umas mais do que outras, consoante o cenário ou o momento em causa. O que aqui se afirma não nega nem diminui uma das grandes lições da teoria marxista da crise: quando se vê encurralada pela crise estrutural e sistémica do capitalismo, a grande burguesia sente-se impelida a recorrer à guerra imperialista como forma de destruir forças produtivas e aliviar a sobreacumulação.

Sem pretender oferecer receitas nem fórmulas universais para que os revolucionários identifiquem corretamente as manifestações concretas deste fenómeno nos seus territórios, atrevo-me a afirmar que há tarefas de cumprimento incontornável: o estudo do tecido económico e produtivo de uma zona ou região, e o grau de penetração e controlo aí exercido pelo grande capital; as ligações entre as políticas de determinado governo nacional que afetam diretamente esse território e as orientações estratégicas das grandes corporações e de certas organizações supranacionais situadas em diferentes níveis da pirâmide imperialista; e a relação entre todos esses fatores e as medidas repressivas contra os que resistem nos territórios —sejam greves operárias, ocupações de escolas e universidades por estudantes, lutas sectoriais e de bairro, etc.

Que sectores sociais estão hoje em condições reais de liderar uma luta anti-imperialista, e como deve a militância atuar para os organizar?

A militância não pode atuar num determinado contexto espaço-temporal sem antes —e depois de forma permanente— analisar as condições objetivas e os fatores subjetivos que o caracterizam, bem como o seu nexó dialético, sempre em transformação. Este exercício de investigação e análise —cujas metodologias concretas podem variar

consoante as circunstâncias e os interlocutores— deve assentar teoricamente no corpo do marxismo-leninismo e no método materialista histórico-dialético. Com um uso adequado desta poderosa caixa de ferramentas, é possível lançar as bases para a organização, em diferentes níveis, do «meio de pertença» —ou seja, os espaços de trabalho ou de vida nos quais os militantes têm presença orgânica. Pode parecer óbvio, mas não é o mesmo termos militantes reconhecidos pela base e pelos seus camaradas numa fábrica ou numa universidade, do que tentar introduzir do exterior propostas e linhas de ação nesses espaços.

Ora, independentemente das particularidades de cada sociedade, país ou território, é fundamental não perder de vista a centralidade da contradição entre capital e trabalho. Apesar de uma das teses do pós-modernismo —a do fim da história— ser a suposta «extinção da classe operária», é dentro dessa contradição antagónica fundamental —e, portanto, no seio da classe trabalhadora— que a militância deve centrar o foco de um projeto político revolucionário. Trata-se de uma tarefa nada fácil, tendo em conta as transformações na organização do trabalho e na composição técnica do proletariado, o papel nefasto das grandes centrais sindicais que promovem a conciliação entre classes, o avanço do plano neocorporativo da grande burguesia, e outros fenómenos (como o reformismo e o oportunismo) que retardam seriamente a maturação dos fatores subjetivos essenciais à luta.

Naturalmente, isto não significa abdicar da construção de organizações e do trabalho de massas noutros sectores importantes como a juventude em geral e os estudantes em particular, o campesinato e o proletariado rural, as mulheres, os povos indígenas, o tecido social das periferias urbanas e suburbanas, os migrantes, os desempregados e os reformados, entre outros.

Cada um destes sectores exige uma abordagem própria, concreta e bem ponderada, adaptada às realidades nacionais e locais, que se traduza em táticas adequadas e metodologias flexíveis, e que, na prática militante permita construir uma política de massas consequente.

Como ligar a luta anti-imperialista a reivindicações imediatas como salários, habitação, terra ou serviços públicos?

Essa ligação é uma questão central. Em primeiro lugar, é imprescindível compreender que existe um nexo indissociável entre a política interna e a projeção internacional de um Estado —ou de um bloco de Estados— sobretudo quando o seu carácter imperialista e as suas pretensões hegemónicas são claros. Em segundo lugar, e em consequência disso, é necessário dispor das ferramentas indispensáveis para fazer ver às massas populares e trabalhadoras —especialmente àquelas bases onde temos presença ativa— que cada corte ou redefinição dos direitos sociais e económicos, cada redução dos orçamentos e dos gastos públicos, está profundamente ligado às políticas de ajustamento estrutural realizadas pela grande burguesia. Estas políticas visam não apenas privatizar lucros e socializar perdas, mas também —como na atual Europa— aumentar o potencial militar, pois a guerra é, ao mesmo tempo, instrumento e forma de existência do grande capital monopolista.

Não é preciso dizer que a linguagem, a forma e o conteúdo daquilo que queremos transmitir —seja na contrainformação, na agitação ou na propaganda— devem ser calibrados segundo o sector social e o segmento de classe a que nos dirigimos. Mas, quer seja um metalúrgico, uma dona de casa, um estudante ou um camponês, é fundamental que compreenda, de forma clara, que por cada despedimento, aumento das faturas, degradação das condições de vida, destruição do tecido social, encarecimento dos bens essenciais e avanço da repressão social e política, há mais uma bala, um míssil e uma bomba prontos a ameaçar, agredir e esmagar povos e países que, mesmo estando nos antípodas do nosso território, lutam pela sua soberania e por um futuro digno.

Para terminar esta resposta —sem esgotar o tema, que exigiria muito mais reflexão e análise— direi apenas que, à medida que a espiral ascendente de um processo de resistência vai ganhando força, cada luta por direitos e reivindicações imediatas tende a «politizar-se». E toda a luta socioeconómica que assume também um carácter abertamente

político liga-se, de forma indissociável, à crítica ao modelo de desenvolvimento, ao sistema capitalista e à sua projeção imperialista.

Em pleno rufar dos tambores de guerra, que erros deve evitar uma organização revolucionária para não se diluir no chauvinismo burguês ou no progressismo domesticado?

Construir uma organização revolucionária é, por si só, uma tarefa titânica. Essa construção, cujo eixo central é o processo de acumulação de forças —em quaisquer condições que existam— realiza-se necessariamente no calor das lutas, na tensão permanente entre avanços e recuos, e na dialética entre o trabalho de construção interna e o enraizamento entre as massas populares. Se esse processo de acumulação de forças desenvolver anticorpos e mecanismos capazes de superar momentos de crise interna, erros próprios ou os golpes infligidos pelo inimigo, será mais viável constituir uma direção à altura, construir e consolidar um corpo militante coeso, afinar uma linha política correta e desenvolver um trabalho de massas eficaz. Estes são requisitos indispensáveis para não cair irremediavelmente em distorções como o oportunismo, o revisionismo, o subjetivismo, o maximalismo ou o militarismo, conforme os casos, e para evitar que a (até certo ponto) fisiológica luta de tendências —presente, em dado momento, em todo o Estado socialista, partido revolucionário ou movimento anti-imperialista — desemboque numa degeneração da luta revolucionária, esvaziando-a de conteúdo e abrindo caminho ao entreguismo e à posterior capitulação.

É também de grande importância estudar o passado e o presente das organizações revolucionárias de todo o mundo, com os seus acertos e os seus erros. Ou seja: como aplicaram ou aplicam a combinação de múltiplas formas de luta; como articularam ou articulam (quando assim sucede) o político e o militar, e, por conseguinte, a relação entre centralismo e democracia na sua dinâmica interna; como estruturaram e estruturam alianças internacionais; como caracterizaram e caracterizam temas centrais do seu tempo —ou do nosso—; que soluções criativas encontraram ou encontram no trabalho de massas; como organizaram e

organizam a política de quadros; ou como se posicionaram e posicionam-se no debate teórico dentro do marxismo, do movimento operário e comunista internacional, das lutas anti-imperialistas, etc. Naturalmente, o objetivo deste exercício não é —nem deve ser— o de copiar fórmulas, muito menos transplantá-las mecanicamente, mas sim extrair ensinamentos valiosos e atualizar constantemente o balanço sobre o património mundial acumulado, com o qual estamos, em maior ou menor grau, em contacto.

Que tipo de partido ou forma organizativa necessita hoje a classe trabalhadora para derrotar o imperialismo?

Chegados a este ponto da reflexão, recorreremos à história, que demonstrou que, em certas condições, pode ser suficiente uma forma organizativa como uma frente ou movimento para enfrentar e conter os ataques do imperialismo. Mas a história também demonstrou que, após a conquista do poder político, para superar o capitalismo na sua fase imperialista e iniciar a transição para o Socialismo —e a sua construção— é necessário um partido de carácter leninista, dotado da imprescindível caixa de ferramentas do marxismo-leninismo. Ou seja, uma vanguarda organizada com base nos princípios do centralismo democrático e da direção coletiva, armada com uma poderosa ferramenta como é o materialismo histórico-dialético. Um partido de quadros, capaz de estruturar-se em função da tática da combinação de todas as formas de luta possíveis e necessárias segundo o contexto. Uma força capaz de crescer até conseguir organizar as massas e orientá-las, nos momentos decisivos, tanto para a tomada do poder como para a defesa das conquistas alcançadas.

Como construir uma direção revolucionária anti-imperialista que não se limite a protestar, mas se prepare para disputar o poder?

Uma direção revolucionária não se autoproclama, nem resulta de acordos artificiais ou negociações entre grupos. Uma direção deve ser composta por quadros que não se limitem ao trabalho de secretária ou

gabinete, mas que estejam dispostos a «meter as mãos na massa» nas tarefas mais diversas —tanto intelectuais como materiais— e que sejam exemplo de dedicação e espírito de sacrifício, tenacidade e ética comunista. Quem tiver a honra de ser nomeado ou eleito para dirigir, coordenar e orientar, deve ser reconhecido pelas bases e pela militância. Feita esta premissa indispensável, podemos acrescentar que a melhor forma de se preparar para disputar o poder é promover o crescimento quantitativo e qualitativo da organização, aprender na prática como intervir nas contradições antagônicas e orientar as lutas populares e proletárias, que em determinados momentos podem conhecer acelerações importantes. Além disso, uma direção revolucionária tem o dever de estudar, conhecer e desenvolver a teoria marxista-leninista aplicada concretamente ao processo que tem em mãos.

Que uso tático se pode fazer dos espaços legais —sindicatos, eleições, meios de comunicação— sem cair no reformismo ou na adaptação?

Desde que exista solidez ideológica, um plano estratégico coerente e um corpo militante combativo e capaz de discernir, todos os espaços e lutas devem ser aproveitados, no quadro do princípio da combinação de todas as formas de luta possíveis e necessárias num determinado contexto. Isto implica, por um lado, saber em que fase se encontra o processo, evitando precipitações que, além de comprometerem a continuidade e o desenvolvimento do projeto revolucionário, podem alimentar concepções maximalistas segundo as quais tudo o que não seja feito em nome do objetivo final perde qualquer valor. Por outro lado, certos espaços legais podem ser úteis, desde que se saiba tirar partido deles com plena consciência dos seus limites, transformando-os em tribunas de denúncia e organização para acumular forças.

Contudo, importa sublinhar que afirmar o princípio da combinação das formas de luta não significa aplicar um esquema rígido: essa fórmula é de «geometria variável», e as diferentes formas de luta devem ser articuladas consoante um conjunto de fatores e condições que variam

no tempo e no espaço. Como dizia Mariátegui, «nem cópia, nem decalque».

O que significa praticar o internacionalismo hoje, para além da solidariedade simbólica ou das meras declarações?

Significa, antes de mais, ultrapassar o campo da solidariedade meramente material —doações ou projetos de cooperação—, embora estas expressões também tenham o seu valor e possam servir de ponte para aproximar da luta pessoas que não vêm de uma cultura militante nem de uma prática política regular. O internacionalismo militante é apoiar as lutas dos povos como parte de uma totalidade anti-imperialista, conscientes de que todos e todas nos encontramos em trincheiras diferentes, mas do mesmo lado da barricada. E também implica respeitar os ritmos e formas de luta que os povos e as suas organizações escolhem e praticam, no livre e soberano exercício do seu legítimo direito à rebelião. Podemos concluir com as ousadas palavras de Fidel: «sem internacionalismo, não pode haver comunismo!».

Que experiências passadas de luta anti-imperialista devem ser estudadas para evitar erros e reforçar a estratégia atual?

Absolutamente todas! Toda a luta pela libertação nacional e social merece ser analisada, estudada e assimilada —tanto nas vitórias como nas derrotas—, pois cada uma oferece um conjunto de ensinamentos valiosos que se tornam elementos fundamentais para compreender a história das lutas de classes, mesmo muito antes da existência do capitalismo e do imperialismo propriamente ditos.

É especialmente relevante o estudo das revoluções e guerras de libertação que tiveram impacto decisivo na alteração da correlação de forças, tanto a nível nacional como internacional —a começar pela epopeia de Outubro.

Marx e Engels, fratura metabólica e imperialismo

Vicente da Veiga

1. Introdução. A humanidade e o meio ambiente

É comum associarmos os problemas ambientais ao capitalismo, e de fato, o sistema atual intensificou-os em muitos aspectos. No entanto, a verdade é que as catástrofes ecológicas não são um fenômeno exclusivo dos tempos modernos. A história mostra-nos que outras civilizações, bem antes do capitalismo, já enfrentavam desafios ambientais significativos. Isso ajuda a compreendermos que a relação entre a humanidade e a natureza é algo que vem de muito longe.

A relação entre sociedades humanas e o meio ambiente sempre foi complexa, com exemplos de catástrofes ecológicas muito antes do capitalismo. Na Mesopotâmia Antiga (2500–1700 a.C.), a irrigação descontrolada levou à salinização do solo, resultando em escassez de alimentos e no abandono de cidades, um fenômeno estudado por Jared Diamond. Por sua vez, o Império Romano (séculos I–IV d.C.) também enfrentou as consequências da exploração excessiva: a agricultura intensa, a mineração e o desmatamento generalizado esgotaram os recursos naturais e provocaram uma queda drástica na produtividade, como foi documentado por J. Donald Hughes. Mais tarde, a civilização maia (séculos IX-X d.C.) viu grande parte das suas cidades serem abandonadas devido ao desmatamento massivo, que causou a perda de aquíferos, culminando em escassez de água e alimentos, além de crises políticas, conforme analisou também Jared Diamond.

Esses exemplos evidenciam um ponto crucial: o conhecimento humano, que nos permite crescer e produzir cada vez mais, também pode encalhar nos limites físicos da natureza. É como se a própria

capacidade de inovar e expandir trouxesse consigo uma contradição: o impacto no meio ambiente.

Dialética entre necessidade e liberdade e entre capital e natureza

Desde que a espécie humana surgiu, a nossa história é uma dialética constante entre a necessidade de sobreviver e a perseguição da liberdade, uma unidade de contrários mediada pelo trabalho que os articula. Seja este trabalho manual ou intelectual, sempre se realiza usufruindo e modificando a natureza. Vivemos no meio natural, somos parte dele, consumimo-lo para sobreviver e reproduzir-nos, é impossível não impactar nele do mesmo modo que é impossível viver sem ele.

Nas sociedades não submetidas à exploração dos seres humanos por outros, a necessidade de satisfazer o essencial para a vida e o trabalho têm uma relação positiva com a liberdade. Porém, nos grupos humanos ao longo da história onde existe exploração social, a relação entre necessidade, trabalho e liberdade é negativa.

De uma ótica marxista, o nosso desenvolvimento como espécie, através dessa dialética entre necessidade e liberdade, impulsionou a criação da cultura e da civilização. Deste jeito, a conquista da liberdade é o domínio e a superação progressiva das necessidades concretas, de forma que a necessidade em si se vai transformando. Podemos dizer que a liberdade é a autodeterminação consciente de superar as nossas necessidades mediante a prática humana —isto é, o trabalho.

Ao desenvolver novas formas de cooperação entre os seres humanos para utilizar e transformar a natureza, algo verdadeiramente revolucionário surgiu no Neolítico: a capacidade de gerar excedente. Isso significava produzir mais do que o necessário para as necessidades diárias. Assim, compreendendo a estacionalidade de certas espécies, permitiu o desenvolvimento da agricultura, e a domesticação de animais eliminou a necessidade de caçá-los à demanda. Essa mudança foi um salto gigantesco para a humanidade, pois possibilitou não só extrair mais recursos da natureza, mas também armazená-los e conservá-los para uso futuro.

Esta novidade transformou a organização social: de uma economia entre iguais, «equivalencial», focada no «aqui e agora», passamos para uma que permitia o planejamento e a especialização de tarefas —como coletar, preservar, guardar e contabilizar recursos. Eram as primeiras divisões do trabalho.

Mas essa nova dinâmica também trouxe tensões. Inicialmente, a organização social era mais coletiva, baseada em grupos familiares (as gens), que dividiam o patrimônio e preocupavam-se com a descendência, surgindo o que Engels denominou «a derrota das mulheres».

Acentuaram as competições dentro dos grupos e as disputas com clãs vizinhos por recursos ou acesso a áreas de caça. E foi assim que a dominação de um grupo sobre outro levou ao surgimento da escravidão, mais tarde das sociedades tributárias, do feudalismo e, finalmente, do capitalismo.

A luta de classes, encontra as suas raízes nessa dinâmica complexa: o trabalho, a exploração do meio ambiente e a gestão, conflituosa, do excedente. Devemos salientar que essa relação é inseparável do desenvolvimento das forças produtivas e de como os seres humanos nos relacionamos no meio natural e com o meio natural, pois afinal, é da natureza que tiramos tudo o que precisamos para viver e desenvolver as nossas atividades.

Vimos que as sociedades pré-capitalistas enfrentavam desafios ecológicos, mas é no modo de produção capitalista que esta relação humano-natureza sofre uma tensão que se acelera de forma exponencial, e faz com que as quebras proliferem. Trata-se de fraturas metabólicas locais, que Marx e Engels, embora não utilizassem o termo preciso, anteciparam e analisaram profundamente. Este conceito serve como a lente analítica central para a compreensão das crises ambientais da nossa era que passaram de ser locais, a adquirirem a possibilidade de serem globais.

Nesta atual altura histórica, com a humanidade subsumida no modo de produção capitalista, Karl Marx e Friedrich Engels, enquanto

estudam a contradição dialética entre o capital e a natureza, conseguem integrar e compreender nas suas análises uma visão claramente ecológica e consciente, perspectiva que atualmente trata de ser obviada e mesmo negada, e que trataremos de provar e demonstrar de forma breve nas epígrafes a seguir.

A gênese ecológica no pensamento de Marx e Engels

Embora Karl Marx e Friedrich Engels não tenham utilizado a palavra «ecologia» –um conceito que só começou a ser desenvolvido mais formalmente no final do século XIX pelo zoólogo alemão Ernst Haeckel, que o cunhou em 1866–, o seu pensamento revela uma profunda sensibilidade para as relações entre a sociedade humana e o seu ambiente natural. Longe de serem meros teóricos económicos, Marx e Engels foram, na sua essência, pioneiros na compreensão das dinâmicas que levam às crises ecológicas. Desvendaram como a lógica inerente ao capitalismo quebra o equilíbrio fundamental entre a sociedade e a natureza, criando uma fratura metabólica, o seu trabalho lança as bases indispensáveis para a análise e superação das crises ambientais modernas, como o aquecimento global, a perda da biodiversidade ou o esgotamento dos recursos naturais.

É crucial entender que Marx sim empregou expressões como «rutura no metabolismo social» ou «metabolismo entre homem e terra». Estas ideias manifestam-se de forma consistente nas suas análises, por exemplo, ao abordar a alienação do trabalhador ou a destruição da fertilidade do solo. Marx e Engels incorporaram o conceito de metabolismo (Stoffwechsel em alemão) da fisiologia alemã em desenvolvimento na época. Cientistas como Justus Von Liebig, químico alemão, e Carl Von Sprengel, pioneiros no estudo da nutrição vegetal e dos ciclos químicos na agricultura, foram influências significativas. Liebig, em particular, alertou para a exaustão da fertilidade do solo devido à remoção de nutrientes sem reposição adequada —aquilo que Marx identificaria como uma manifestação da rutura metabólica no contexto do capitalismo agrário.

Marx absorveu e reinterpreto essas ideias no campo da economia política, utilizando o conceito de metabolismo para descrever a troca de materiais entre a sociedade humana e a natureza no processo produtivo. Esta apropriação e recontextualização demonstram a sua capacidade de integrar conhecimentos científicos avançados da sua época numa análise crítica do sistema socioeconómico.

2. A descoberta da contradição dialética: Marx e Engels e a rutura entre metabolismo social e natural

A essência do carácter «ecologista» do marxismo, intrinsecamente ligada ao materialismo dialético e histórico, reside na compreensão de uma contradição dialética fundamental: a relação tensa e conflituosa entre o metabolismo universal da natureza e o metabolismo social alienado do capitalismo. Para Marx e Engels, existe uma dialética entre o metabolismo natural e o metabolismo social, uma luta de contrários impulsionada pela lógica capitalista.

Nessa interação contínua entre o ser humano e a natureza, identificam-se três intercâmbios essenciais: troca de energia, de matéria e de informação. Estes fluxos são os elementos básicos da troca metabólica entre a sociedade e o ambiente. No entanto, Marx e Engels foram os primeiros a demonstrar como, sob o capitalismo, estes fluxos tornam-se profundamente desorganizados e exploratórios, com a primazia do lucro imediato a sobrepor-se à sustentabilidade e à reprodução harmoniosa. É nesta dinâmica que o marxismo revela o seu potencial ecologista radical, ao apontar que a reorganização profunda do metabolismo social, ou seja, uma transformação do modo de produção, é indispensável e inevitável para reconciliar a humanidade com o metabolismo universal da natureza.

Vejamos em detalhe como Marx, com o método dialético hegeliano na base, mas aplicado de forma materialista, descobre teoricamente esta fratura:

Marx desenvolve a teoria da mais-valia como a explicação científica da exploração capitalista. Partindo da economia política inglesa,

particularmente das ideias de Adam Smith e David Ricardo, Marx demonstra que a acumulação de capital é possível graças à mercadoria denominada força de trabalho. Esta surgiu massivamente após a separação dos camponeses dos seus meios de produção durante a acumulação original (as enclosures, ou leis de encerramento de terras em Inglaterra e depois no resto da Europa). Este processo expulsou milhões de camponeses para as cidades, onde a única alternativa que lhes restou foi proletarizar-se e vender a sua força de trabalho aos capitalistas. Estes combinam a força de trabalho com os meios de produção para gerar valor no contexto anárquico da competição capitalista. Esta dinâmica, enquanto produz acumulação de capital, simultaneamente gera contradições internas profundas.

Uma das contradições mais perspicazes que Marx observa —e que impulsiona o automovimento do capital— é precisamente a separação dos trabalhadores usufrutuários da terra e a substituição por um capital que procura revalorizar-se sistematicamente. Ele percebe que essa separação leva diretamente a um declínio alarmante da fertilidade do solo na Europa e na América do Norte. Este problema, que se tentou resolver mediante práticas como a importação de guano de ilhas remotas e, mais tarde, com a síntese química de fertilizantes, é revelador. Marx entende que estas soluções apenas deslocaram e amplificaram o problema, como hoje se evidencia com a poluição massiva da água causada pelos fertilizantes químicos.

É assim que Marx, com a sua análise, repara que o capitalismo interrompe os ciclos naturais e metabólicos entre os seres humanos e a terra. Ele observa claramente uma rutura, uma fratura, uma interrupção. No Volume I, Capítulo 15 («Maquinaria e grande indústria») de *O Capital*, Marx afirma:

«O capitalismo cria uma rutura no metabolismo entre o homem e a terra, ou seja, na relação natural prescrita pela natureza para a sustentabilidade do solo. Ele impede o retorno ao solo dos seus constituintes naturais consumidos pelo homem na forma de alimento e roupa; portanto, ele destrói, ao mesmo tempo, a saúde permanente do solo e do trabalhador».

Esta citação é uma boa prova da visão de Marx. A necessidade da reprodução ampliada do capital e os ciclos naturais da terra produzem um evidente descompasso. Esta reprodução ampliada do capital racha com os ciclos naturais da terra. O capitalismo, portanto, desarmoniza, descompassa a relação entre humanos e natureza, impedindo a sustentabilidade. E então Marx expõe a necessidade imperiosa de uma sociedade mais harmoniosa com a natureza.

Marx também se debruça sobre as posições de Thomas Malthus e David Ricardo, que apresentavam uma visão da produtividade da terra que ele considerava limitada e ideológica, pois desconsideravam as dinâmicas sociais e históricas:

— Malthus acreditava que o crescimento populacional tenderia a superar a capacidade produtiva da terra, levando inevitavelmente à escassez e à fome. Para ele, essa limitação era um dado «natural» e inevitável, relacionado às leis físicas da produção.

— Ricardo, por outro lado, elaborou a teoria da renda diferencial, argumentando que a produtividade agrícola diminuiria ao longo do tempo devido ao uso progressivo de terras menos férteis. Via essa queda como um fator intrínseco à economia, uma lei universal do desenvolvimento agrícola.

Marx critica ambos ao apontar que essas visões naturalizavam as limitações da produção e ignoravam o papel central das relações sociais de produção. Para Marx, a produtividade da terra não é apenas uma questão de fertilidade natural ou de leis económicas universais, mas algo diretamente condicionado pelo metabolismo social (ou seja, pela forma como a sociedade organiza a relação entre trabalho humano e natureza). No capitalismo, esse metabolismo é alienado e insustentável, mas em outros modos de produção poderia ser fundamentalmente diferente. Assim, Marx defende que é necessário estudar a sociedade e as suas contradições para compreender a produtividade e os problemas ambientais, e não apenas os atribuir a fatores naturais ou imutáveis.

Central à sua análise é também o conceito de alienação: o capitalismo aliena o ser humano da natureza e do produto do seu

trabalho, resultando em que a «fratura metabólica» afeta tanto a sociedade quanto o meio ambiente. A alienação produz-se não apenas do trabalhador em relação ao produto do seu labor, mas também do ser humano em relação ao próprio meio-natural de que depende. Como John Bellamy Foster, citando Richard Levins e Richard Lewontin, explica: temos um mundo alienado porque o trabalho social é alienado e a natureza é também alienada da sociedade. Ambas as alienações produzem uma consciência alienada que se expressa em formas e interpretações idealistas e fragmentadas.

Quer o ser humano, quer a natureza, estão subsumidos ao capital. Portanto, qualquer tentativa reformista de «capitalismo verde», como as que vemos propor na atualidade por toda a esquerda reformista ocidental, seria um absurdo e uma profunda falta de compreensão teórica desta contradição dialética entre metabolismos e da alienação radical que o sistema impõe.

3. A fratura metabólica: um conceito central e as suas consequências atuais

O termo «fratura metabólica» seria, posteriormente, cunhado, expandido e sistematizado já no século XXI por John Bellamy Foster, um proeminente teórico marxista contemporâneo. Foster aprofundou e popularizou a ideia na sua obra fundamental «Marx's Ecology» (2000), e em colaboração com Paul Burkett, trabalhou no desenvolvimento de um marxismo ecologista que defende este carácter original já nas obras de Marx e Engels, e a imperativa necessidade de um retorno ao materialismo dialético para enfrentarmos o capitalismo.

Foster interpreta e atualiza o conceito para as crises ecológicas modernas, argumentando que o capitalismo cria um desequilíbrio estrutural no «metabolismo» entre sociedade e natureza. Assinala que é essencial entender que se trata de uma única fratura metabólica, porque ser humano e natureza são uma mesma coisa, o mesmo objeto, são uma unidade de contrários. É assim que o expressam Karl Marx e Friedrich Engels em A ideologia alemã:

«A história pode ser vista por dois lados: pode ser dividida em história da natureza e história do homem. Os dois lados, porém, não devem ser vistos como entidades independentes. Desde que o homem existe, a natureza e o homem influenciam-se mutuamente».

Seres humanos e natureza estão completa e dialeticamente relacionados. Não está o ser humano e o social (a sociedade) por um lado e por outro a natureza. Fazer essa separação é puro idealismo. E como consequência, não há fronteira entre as ciências naturais e as ciências sociais. Para Marx, essa fronteira é completamente imaginária. Este é precisamente o problema teórico que caracteriza a nossa atualidade pós-moderna burguesa, onde as ciências e as distintas disciplinas humanísticas sofrem de fragmentação, da perda da unidade e de um sentido de totalidade.

Consequências da fratura: crises ecológicas e deslocamentos ecológicos

A fratura metabólica manifesta-se diretamente como crises ecológicas. A crise ou crises ecológicas não devem ser vistas como um simples problema ambiental, mas como uma crise social, intrinsecamente ligada ao sistema capitalista. O capitalismo, ao priorizar o lucro acima de tudo, causa uma ruptura irreconciliável entre o metabolismo social e o natural, expressando-se esta fratura em sucessivas e cada vez mais graves crises ecológicas.

Toda a fratura metabólica produz também deslocamentos ecológicos. O primeiro e mais evidente deles é o deslocamento dos seres humanos do campo para as cidades. Este deslocamento humano para as cidades provoca que os resíduos não possam voltar ao ciclo natural da terra porque se acumulam no urbano e, como consequência direta, no rural, a terra por falta de fertilizante vai perdendo produtividade.

Outro deslocamento ecológico fundamental: o capitalismo «soluciona» a fratura metabólica com soluções temporárias, como a importação de recursos de outras regiões, criando formas de degradação ambiental e exportando os resíduos para regiões subordinadas, como veremos depois.

4. As soluções propostas por Marx e Engels

Marx e Engels não se limitaram a diagnosticar os problemas inerentes ao capitalismo; eles vislumbraram as condições para uma superação radical que permitisse restabelecer a harmonia entre a humanidade e a natureza. A sua visão aponta para uma transformação social profunda, onde a gestão coletiva e racional do metabolismo com a natureza é a única via para a verdadeira liberdade.

Vejamos esta citação de Marx no terceiro volume de *O Capital*, mais especificamente no capítulo 48, intitulado «O carácter de fetiche do capital e a sua relação com o lucro e a renda»:

«A única liberdade possível é a regulação racional por parte do ser humano socializado, dos produtores associados, do seu metabolismo com a natureza. Que a controlem juntos em lugar de ser dominados por ele, como por um poder cego».

Nesta citação, vemos o claro e categórico apelo à planificação racional, à socialização dos meios de produção e à ação dos produtores associados como o sujeito coletivo capaz de operar a transformação. Esta é a única via para evitar estarmos subsumidos de forma irracional pelas dinâmicas cegas e anti-ecológicas do capital. A liberdade, para Marx, não é ausência de limites, mas sim o controlo consciente e coletivo sobre esses limites, é, em termos spinozianos, a liberdade como reconhecimento da necessidade.

No que diz respeito a esta transformação social e à sustentabilidade, Marx defende que a crise ecológica deve ser superada com uma transformação radical e superação dialética do capitalismo e a construção de uma sociedade socialista que respeite o equilíbrio intrínseco entre ser humano e natureza. A solução não é adaptar o capitalismo, mas superá-lo.

Vejamos outras duas citações de Marx que reforçam a sua denúncia sobre como o processo capitalista rompe o metabolismo entre o ser humano e a terra. No primeiro volume de *O Capital* no capítulo 15, secção 10, intitulada «A grande indústria e a agricultura», Marx afirma:

«o processo capitalista dificulta a troca entre o ser humano e a natureza, e perturba a eterna condição duma fecundidade duradoura da terra».

E outra citação, também no primeiro volume de *O Capital*, no capítulo 13, intitulado «A maquinaria e a grande indústria»:

«a produção capitalista desenvolve a técnica e a combinação do processo crucial da produção, minando, ao mesmo tempo, as fontes das que emana toda a riqueza da terra».

Estas passagens demonstram que Marx não só observou a degradação ambiental, mas a ligou intrinsecamente à lógica de acumulação e produção capitalista. A sua perspicácia ecológica é um pilar da sua crítica geral ao capitalismo.

5. Marx e Engels contra as acusações de produtivismo e determinismo: a verdadeira natureza das forças produtivas

Um dos pontos mais frequentemente mal interpretados no pensamento de Marx e Engels é a questão do desenvolvimento das forças produtivas, levando a acusações de produtivismo ou mesmo de um «prometeísmo» cego à natureza. É crucial confrontar esta questão, partindo da compreensão do materialismo histórico, fundamentalmente articulado por Friedrich Engels. O materialismo histórico explica que as relações humanas são determinadas pelas condições materiais de produção e reprodução da vida. Engels chegou a comparar Marx a Darwin: enquanto Darwin descobriu as leis da evolução natural, Marx descobriu as leis da evolução da história humana. A premissa é simples, mas profunda: antes de se envolverem na política ou na filosofia, os seres humanos precisam resolver necessidades básicas como a alimentação e o abrigo.

O materialismo histórico é frequentemente criticado por ser determinista ou mecanicista. Mas o seu núcleo fundamental não é uma visão rígida das etapas históricas, mas a compreensão de que nascemos em condições históricas específicas e entramos em relações sociais que não escolhemos, que nos são dadas pela sociedade em que vivemos.

Essas condições e relações, embora historicamente contingentes, moldam as possibilidades de ação humana.

Recapitulando: o marxismo «ecológico», no seu sentido mais autêntico, integra estas duas dimensões: a crítica da economia política e o materialismo histórico. Acrescenta uma perspectiva que analisa como o capitalismo não só explora os trabalhadores, mas também a natureza, colocando em risco a base material da própria vida. É fundamental, portanto, compreender estas contradições para avançar para soluções que não reproduzam a lógica destrutiva do capital.

Como nos indica o filósofo marxista italiano Jacopo Bergamo, Marx e Engels propõem uma metodologia de análise que divide entre base e superestrutura. E por vezes entende-se que a base é o material e a superestrutura o não material, mas não é essa a posição de Marx. Marx adota uma perspectiva de materialismo ontológico, epistemológico e prático. Se se pensa que a base é o material e as outras coisas não, cai-se numa espécie de cartesianismo invertido, onde a prioridade não está na *res cogitans* (mente), mas na *res extensa* (matéria). No entanto, no marxismo, como esclarece Bergamo, tudo é material, incluindo a superestrutura.

Na base estão as relações de produção e as forças produtivas. As relações de produção não existem por si só, como um corpo sem cabeça; estão sempre inseridas num contexto que as fixa e projeta juridicamente através das relações de propriedade, e também através do poder do Estado e do seu monopólio da violência (porque se não atuarmos conforme os pressupostos legais, o Estado interviria através da polícia para nos reprimir). Este é um método analítico, uma divisão conceptual, mas a base e a superestrutura devem ser sempre consideradas como um bloco histórico, como uma totalidade.

O que são as forças produtivas? Desfazendo equívocos sobre o produtivismo

É comum que se pense que as forças produtivas são apenas tecnologia, mas elas incluem muito mais elementos: fatores sociais, como as capacidades da população, o seu nível de escolaridade e a sua

saúde (por exemplo, depois de uma guerra, a deterioração da saúde da população tem impacto na produtividade). Também a densidade populacional e as suas interligações são forças produtivas, e também o são as condições ecológicas, como a fertilidade do solo ou a qualidade dos rios. Se um rio está poluído, é uma forma de destruir forças produtivas, por mais que a tecnologia melhore: não se pode pescar onde não há peixe. Isto demonstra como o capitalismo, ao destruir o ambiente natural, destrói também as forças produtivas. Contaminar a terra é destruir forças produtivas.

O economista liberal Joseph Schumpeter, com a sua teoria da «destruição criativa», parece pretender vender-nos algo novo, mas esta ideia já estava implicitamente em Marx. Para Marx, as forças produtivas estão inseridas num metabolismo humano-natural, num processo dialético de destruição (catabolismo) e de criação (anabolismo). Toda a interação humana tem sempre de partir de um elemento material e natural, transformá-lo (destruindo a sua forma original) e criar algo novo. Portanto, sempre há um mecanismo de destruição (catabólica) e criação (anabólica), é um movimento dialético, assim é que Schumpeter não cria realmente nada original com essa ideia tão popularizada por economistas burgueses.

Em definitiva, no desenvolvimento capitalista, destroem-se permanentemente forças produtivas, porque as forças produtivas devem ser analisadas do ponto de vista humano: elas ajudam à emancipação humana. E, portanto, quem critica Marx por produtivista e, em consequência, como «antiecológico» pelo facto de o marxismo falar da necessidade de desenvolvimento das forças produtivas, é que não compreendeu o que são as forças produtivas na realidade. Marx e Engels já alertaram em *A ideologia alemã* que sem desenvolver as forças produtivas só poderíamos socializar a miséria.

Esta necessidade de desenvolver as forças produtivas é um ponto central e é o que vai deixar sempre o socialismo vulnerável ao imperialismo, que sempre vai tentar destruir qualquer tentativa de o instaurar, antes e também depois da tomada revolucionária do poder, já que sempre existe o risco do regresso das velhas estruturas capitalistas.

Por esta razão, o desenvolvimento das forças produtivas tem sido e será um desafio central em todas as experiências socialistas, a contradição fundamental a compreender e que determina o que temos de fazer. Não podemos escolher desenvolver ou não as forças produtivas porque gostemos mais ou menos; não, é realmente uma necessidade histórica imposta pelas condições materiais de existência.

Marx e Engels recusaram-se a fornecer receitas dogmáticas para a futura edificação do socialismo. Para eles, é algo que realmente vamos conhecer e fazer sobre a marcha, à medida que se faz. O socialismo é construído no processo histórico, aprendendo e experimentando, mesmo com fracassos trágicos.

6. Ecossocialismo? Reafirmemos a centralidade de Marx e Engels

O ecossocialismo, e o que finalmente podemos chamar verdadeiro «ecomarxismo», passou por fases distintas, segundo Jacopo Bergamo:

Uma primeira fase é marcada por cientistas marxistas como Richard Levins (1930–2016), ecólogo, e Richard Lewontin (1929–2021), geneticista, professores de Harvard. Eles escreveram textos fundamentais, como *O biólogo dialético* (1985), e combinaram pensamento científico, ecologia e marxismo, aplicando a dialética materialista à biologia, ecologia e genética. Estes autores, embora posteriores a Marx e Engels, contribuíram para demonstrar a validade da abordagem dialética para a compreensão dos fenómenos naturais.

Depois, uma segunda fase, nas décadas de 1970 e 1980, em que alguns pensadores consideraram problemático o materialismo histórico e o desenvolvimento das forças produtivas, acusando o marxismo de ser prometeico e produtivista. Para eles, a única forma de compatibilizar marxismo e ecologia seria eliminar esses elementos, o que, na verdade, significa retirar a essência verdadeira do marxismo. Infelizmente, estas são ainda hoje em dia as posições mais «na moda». Como diz o filólogo marxista italiano, Sebastiano Timpanaro, para fazer Marx compatível com a última moda académica, a técnica é separar Marx de Engels, e

depois separar Marx de si próprio, para escolher de qual gostamos mais, se do Marx maduro ou do jovem. Este é o reflexo da fragmentação e do isolamento disciplinar que a pós-modernidade realiza, aplicado à dupla Marx-Engels e ao próprio Marx! Quando, em realidade, a potência do pensamento marxista é que é um pensamento totalizador, e, aliás, um método para a ação que aplica a dialética para aproximar o conceito (reflexo no pensamento) ao objeto (realidade) através da sua validação por meio da praxe revolucionária. Não é o pensamento marxista um pensamento fixo, acabado, uma receita ou um texto messiânico onde encontrar respostas definitivas, mas um método para a ação que precisa incorporar de forma crítica todos os novos avanços científicos de forma dialética.

E uma terceira fase, na qual destacam aqueles que podemos chamar «verdadeiros» ecomarxistas»: John Bellamy Foster e Paul Burkett. Eles realizaram uma releitura sistemática das obras de Marx e Engels, demonstrando que o pensamento marxista e dialético é plenamente compatível com a ecologia quando é corretamente compreendido e contextualizado.

Ambos os autores dedicam-se à defesa de Marx, que é muitas vezes mal compreendido como um «produtivista» ou «prometeico» que glorificou a tecnologia, pelos autores da segunda fase. Foster e Burkett demonstram que essas acusações são erradas e não têm fundamento, que Marx não tinha uma visão ingênua da tecnologia, e que distinguiu claramente entre o uso capitalista de máquinas e a máquina como um artefacto humano, ferramenta para a libertação do trabalho.

7. O decrescimento: outra tendência idealista que malinterpreta Marx

O decrescimento é outra tendência muito em voga na qual Marx foi reinterpretado, mas muitas destas abordagens, ao se alinharem com posições da «segunda fase» do ecossocialismo, separam arbitrariamente Marx de Engels e dele próprio, perdendo a coerência do seu pensamento.

O discurso do decrescimento, embora se tenha refinado, partiu inicialmente de ideias de Serge Latouche, com postulados neomalthusianos, na linha do Clube de Roma (e do seu informe *Os limites do crescimento*, de 1972). Focava a questão na suposta insustentabilidade do crescimento da população, uma nova adaptação burguesa da concepção reacionária de Malthus. Mas devemos lembrar que Marx criticou Malthus porque ao indicar que a população crescia de forma geométrica e os recursos de forma aritmética, naturalizava a condição de miséria da classe operária na Inglaterra, quando em realidade era uma questão histórica, social e sistêmica que Marx conseguiu explicar a partir do conceito de «exército industrial de reserva», conformado pelos desempregados, a pressionar as condições laborais dos empregados.

Agora, refinam o pensamento, limpando-o de malthusianismo, com autores como Giorgos Kallis, mas que continuam dizendo que Marx é produtivista, e que partindo de Castoriadis nos dizem que temos de autolimitar-nos e que desta forma se liberta toda a abundância. Um autolimitar-se que, como não tem uma referência externa, e realmente vem do próprio interior dos indivíduos, não perde um carácter ascético e quase religioso, ou no melhor dos casos (quando não é idealista e voltam a procurar as causas externas) é materialista, mas não deixa de ser uma volta ao materialismo contemplativo de Ludwig Feuerbach, que essencializa o que se observa sem ver que deriva de um processo histórico —Marx diz que a cerejeira que vê Feuerbach com os seus sentidos há que saber que em realidade pode estar ali porque pôde ser previamente transplantada.

Em palavras de John Bellamy Foster, aliás, o decrescimento para o pensamento marxista não é um princípio absoluto mais do que pode ser o crescimento. O princípio absoluto para o marxismo é o desenvolvimento humano sustentável, e onde se deve colocar o foco é na redução da pegada ecológica, dos refugos, na redistribuição equitativa dos valores de uso e na satisfação das necessidades essenciais das pessoas e das comunidades e coletivos, quer dizer, tudo aquilo contra o que bate o capitalismo.

Do ponto de vista do materialismo dialético, a ideia de decrescimento —redução do consumo e da produção— pode ser vista como uma solução simplista, facilmente cooptada por políticas neoliberais de austeridade. Isso desviaria o foco das contradições sistêmicas do capitalismo, buscando ajustá-lo em vez de eliminá-lo. O materialismo dialético insiste na análise das relações sociais de produção, e não apenas em soluções técnicas ou reducionistas que podem perpetuar desigualdades. As leis biofísicas e energéticas devem ser compreendidas no seu contexto histórico-social, e não como determinantes isolados, reconhecendo a interdependência dialética entre natureza e sociedade.

A crise ecológica é, para a teoria marxista, uma manifestação das contradições do modo de produção capitalista, que busca a acumulação de capital e a valorização abstrata do valor. Essa lógica leva à privatização e mercantilização da natureza, reduzindo-a a «capital natural» e transformando forças produtivas em destrutivas, pois a produção é guiada pelo lucro, não pela satisfação das necessidades humanas e ecológicas. O decrescimento, ao subestimar o papel do trabalho humano como mediador entre sociedade e natureza, ignora que a alienação do trabalho no capitalismo é a causa das crescentes crises ecológicas.

8. E, ainda, o imperialismo

No início do século XX, Lenin definiu o imperialismo como a «fase superior do capitalismo», onde os monopólios industriais e o capital bancário se fundem, e as grandes potências dividem o mundo para combater a queda da taxa de lucro. Para ele, o Estado é um instrumento de dominação de classe, servindo à burguesia e permitindo, com a sua força, o submetimento e exploração das colónias. Um século depois, essa lógica persiste e torna mais complexo e radicalmente mais agressivo. O imperialismo contemporâneo é um sistema hierárquico de exploração, não apenas entre capital e trabalho, mas também entre burguesias nacionais e nações e até entre diferentes tipos de capitais. Monopólios transnacionais e fundos de investimento controlam as cadeias de valor globais, mas o Estado continua a ser uma ferramenta essencial para defender os interesses do capital.

O Estado burguês mantém a ordem interna —disciplinando as classes trabalhadoras e reprimindo resistências—garante a acumulação de capital —com leis, monopólio da violência e burocracia— e projeta o capital nacional externamente (negociações, acordos, sanções, intervenções militares. Além disso, estruturas supraestatais como a OTAN, FMI e Banco Mundial, sem nenhum tipo de controlo popular, funcionam como extensões dessa dominação global, impondo políticas que precarizam o trabalho e reforçam a lógica extrativista que transfere valor da periferia para o centro. Os países dependentes são forçados a organizar as suas economias para fornecer matérias-primas, mão de obra barata e mercados cativos aos centros imperialistas. Isso resulta em dívidas externas, perda de soberania e destruição ambiental. As burguesias compradoras, aliadas ao Estado, atuam como intermediárias, subordinando-se à acumulação das potências centrais.

Importa destacar que esta lógica centro-periferia não se limita à escala internacional: também se reproduz dentro dos Estados. Nações sem estado, regiões subalternas, áreas rurais, comunidades indígenas, bairros operários ou zonas empobrecidas funcionam como zonas de sacrifício, das quais se extrai valor —em forma de trabalho, recursos ou impostos— para nutrir os grandes centros financeiros e industriais (Harvey, 2003). Assim, a desigualdade territorial organiza-se como parte da ditadura da burguesia, reiterando no plano nacional as mesmas dinâmicas do imperialismo global.

As estruturas infraestatais —governos regionais, municipais ou instâncias de descentralização— não escapam desta lógica: frequentemente funcionam como correias de transmissão para canalizar recursos para o capital central ou para administrar políticas de contenção social.

Deste modo, o imperialismo atual configura-se como uma pirâmide hierárquica:

— No cume, a burguesia monopolista e os Estados centrais, apoiados em estruturas militares e financeiras como a OTAN ou o FMI, serviços

secretos e o uso do terrorismo para desestabilizar povos e nações resistentes.

— Na base, a classe trabalhadora e as comunidades populares, exploradas e espoliadas, tanto nos países dependentes como nos centros imperialistas.

— Intermediando, uma rede de burguesias locais, burocracias e elites compradoras que colaboram com a ordem imperialista para preservar os seus privilégios.

A espoliação ambiental é essencial para o Imperialismo

No meio de tudo isto, a espoliação ambiental não é um efeito colateral, mas sim uma condição essencial do capitalismo na sua fase imperialista (Moore, 2015). A queda tendencial da taxa de lucro obriga o capital a expandir constantemente as fronteiras de extração: florestas, águas, minerais raros e terras férteis convertem-se em objetivo permanente de saque. A poluição e os custos ambientais deslocam-se sistematicamente para as comunidades mais empobrecidas, alimentando a contradição entre capital e natureza somada à contradição fundamental entre capital e trabalho.

As leis tendenciais do espólio imperialista não se aplicam de forma uniforme ou mecânica, o volume e a intensidade da pilhagem de recursos naturais são sempre mediados por fatores concretos, entre eles, destacam-se dois modificadores centrais:

Primeiro, a virulência das burguesias —em qualquer dos níveis de hierarquia da estratificação capitalista, do centro imperialista até a burguesia local— é tanto maior quanto mais crítico, estratégico ou insubstituível seja o recurso a explorar: reservas de água doce, aquíferos subterrâneos, minerais raros, terras férteis ou zonas de biodiversidade única tornam-se focos prioritários de espólio, dada a sua relevância para a reprodução ampliada do capital em escala global.

Segundo —e mais decisivo—, a correlação de forças na luta de classes determina os limites efetivos desse saque, pois a resistência

popular pode impor custos de oportunidade, inviabilizar projetos ou forçar rearranjos nos mesmos. Isso pode ocorrer por meio de mobilizações comunitárias de defesa do território (como os Mapuche frente ao extrativismo), alianças interclasses entre pequenos proprietários, trabalhadores por conta própria, pequenas burguesias e organizações sindicais, políticas, ambientais de esquerda (o caso de Altrina Galiza) ou mesmo coalizões mais amplas onde frações da burguesia local se associam a setores populares para defender a soberania nacional em disputas existenciais frente a capitais francos.

É muito interessante, nesse sentido, observar o fenómeno de países como a Venezuela, a Rússia e, a um nível supraestatal, as fórmulas de articulação dos BRICS, onde o denominador comum principal — embora não o único — é a concentração da maior parte dos recursos naturais do planeta, constantemente ameaçados pela pilhagem do imperialismo e como se trata de um movimento soberanista que procura uma resposta multipolar e soberana ao imperialismo.

A espoliação em larga escala e o ritmo com que ocorre são um resultado direto da complexa interação dialética entre a lógica de acumulação ampliada de capital e a capacidade de resistência e organização dos povos e das classes subalternas.

Para entender essa dinâmica, o marxismo oferece uma contribuição metodológica inestimável. Através dele, podemos compreender as causas e os mecanismos da espoliação. Em última análise, somente a organização popular e anti-imperialista pode reorientar a atividade humana para um caminho sustentável, garantindo que as futuras gerações e os povos não sejam privadas dos seus recursos essenciais.

Em conclusão

A história da humanidade está intrinsecamente ligada à sua relação com o meio ambiente. Essa interação é uma relação dialética, caracterizada por uma tensão constante.

Essa tensão pode, por vezes, comprometer tanto a capacidade de autorregeneração do meio ambiente quanto, como consequência, a própria sobrevivência humana.

Nesse contexto, as análises de Marx e Engels são essenciais e estão plenamente vigentes nos nossos dias, e o uso das suas categorias é totalmente pertinente para compreender os fenômenos atuais relacionados a essa dinâmica.

É fundamental notar que a maioria das críticas sobre o posicionamento de Marx e Engels ignoram a sua metodologia, a dialética e partem de posicionamentos esquerdistas e idealistas típicos: determinismo, mecanicismo, produtivismo... e carecem de sustento à vista dos textos.

Finalmente, observamos como o capitalismo, na sua fase imperialista, acelerou exponencialmente a exploração dos recursos naturais, a absorção de valor para o centro imperialista, visando contrapesar a queda da taxa de ganância e a exportação do despojo e da catástrofe ambiental para as regiões subordinadas.

As crises ecológicas podem, assim, ser compreendidas como mais uma manifestação da luta de classes, hoje evidenciada pelo desenvolvimento do anti-imperialismo, multipolarismo e pelas crescentes lutas de libertação e dos povos.

Miguel Rodríguez Carnota

Primeira parte. Colonialismo de exploração

«Y daba yo graciosas mil cosas buenas, que yo llevaba, porque tomen amor, y allende de esto se hagan cristianos, y se inclinen al amor y servicio de Sus Altezas y de toda la nación castellana, y procuren de ayuntar y nos dar de las cosas que tienen en abundancia, que nos son necesarias».

Assim falou Colombo quando comunicou a outros europeus o seu contacto com aquelas pessoas a quem erroneamente chamou de índios. É todo um documento histórico esta carta na qual o “descobridor” exagera suspeitosamente o relato das riquezas intuídas na nova terra. Afirma o navegador que em certa ilha existem «grandes minas de ouro» e noutra «há ouro sem conta». Mas conta havia, sim, só que no relato do Almirante; tais gigantescas minas do precioso metal não apareceram em parte alguma dos lugares que o explorador assinala. Credulidade? Vontade de fraude? Confusão dos desejos com a realidade? Talvez algo de tudo isso.

Contudo, na declaração de intenções do Almirante há algo que não aparece manifesto: o desejo de acabar com os indígenas a fim de se apropriar da sua terra. Essa não é a estratégia. A ideia é outra: fazer uso da população existente, subjugar-la e incluí-la no esquema imperial para benefício económico da potência conquistadora. Como não havia contestação manifesta por parte dos espantados habitantes, onde Colombo punha o pé terras e pessoas passavam para a disposição da Coroa, inclinadas ao seu amor (!) e serviço. Ele mesmo certifica a legitimidade da sua conquista deste curioso modo:

«y de ellas todas asilhasencontradasas ilhas encontradasasilhasencontradas he tomado posesión por Sus Altezas con pregón y bandera real extendida, y no me fue contradicho».

E ficava contente, como se as pessoas que observavam atônitas a cena, escondidas atrás dos manguezais, soubessem o que estavam a representar aqueles personagens carnavalescos ao desfraldar trapos coloridos ao sol.

A violação das mulheres indígenas foi outra das eficazes armas de conquista. Sem pudor algum e até com altivez, Michele da Cuneo, amigo e acompanhante de Colombo na segunda viagem, fornece-nos o vívido relato inaugural da orgia forçada:

Assim que estava no barco, fiz cativa uma belíssima mulher caribe, que o referido Almirante me dera de presente, e depois de a levar ao meu camarote, e estando ela nua como é o seu costume, senti desejos de me deitar com ela. Quis satisfazer o meu desejo, mas ela não consentiu e deu-me tal tratamento com as suas unhas que preferi nunca ter começado. Mas ao ver isso (e para te contar tudo até o fim) apanhei uma corda e dei-lhe açoites, depois dos quais soltou grandes gritos, tais que não poderias acreditar com os teus ouvidos. Finalmente chegamos a estar tão de acordo que posso dizer-te que parecia ter sido criada numa escola de putas.

Desconhece-se o relato da mulher agredida, que com toda a certeza seria diferente. Mas não, apesar da crueldade dos fatos, ainda o extermínio não estava na agenda. Os índios são mediadores necessários entre a avareza dos conquistadores e o metal que perseguem. O genocídio acabaria vindo igualmente para a população do Caribe, quer pelas doenças importadas, quer pelas condições do trabalho escravo ou pelas guerras. Mas essa não era a ideia inicial. O que se pretendeu num princípio foi um colonialismo de exploração.

Segunda parte. Colonialismo de extermínio

Demos um salto no tempo. A conquista e colonização da América resultou no maior genocídio jamais perpetrado. É inútil entrar na polémica infantil sobre se foi mais cruel a colonização ibérica ou a anglo-saxónica. Em todo o caso, a ambos os colonizadores logo surgiram concorrentes mais vantajosos nas práticas de extermínio. Os governantes crioulos, uma vez alcançadas as independências das suas repúblicas, perpetraram tais atrocidades contra os seus povos originários que fizeram empalidecer as dos velhos conquistadores europeus.

Domingo Faustino Sarmiento foi presidente da nação argentina entre 1868 e 1874. Escritor de renome, jornalista e pedagogo. Prócer liberal, democrata, republicano. Impulsionador das obras públicas e da educação universal, laicista, maçom e progressista, biógrafo de Abraham Lincoln e até do próprio Jesus Cristo, cabe, porém ilustrar a figura de Sarmiento com outro qualificativo inevitável: o de genocida. Em 1844, num artigo do diário chileno *El Progreso* (atenção ao nome!), Sarmiento declara as suas intenções sem papas na língua:

«Por los salvajes de América sentimos una invencible repugnancia sin poderlo remediar; y para nosotros, Colocolo, Lautaro, Caupolicán, no son más que indios asquerosos a quienes habríamos hechos colgar y mandaríamos colgar ahora mismo si reapareciesen».

Anos depois insistia em *El Nacional*:

«Lautaro, Rengo, y Caupolicán son unos indios piojosos, porque así son todos. Incapaces del progreso. El exterminio de esa canalla es providencial y útil, sublime y grande... Se les debe exterminar sin ni siquiera perdonar al pequeño que tiene ya, el odio instintivo al hombre civilizado».

O presidente acabava defendendo uma América «ocupada pela raça caucásica, a mais perfeita, a mais inteligente, a mais bela e a mais progressiva entre as que povoam a terra». Quando o governo argentino, anos mais tarde, lançou uma campanha militar de aniquilação dos povos originários da extensa Patagónia, remexeu no baú do cinismo e não

encontrou outro nome mais adequado do que Conquista do Deserto. Contradição: por que enviar um exército para conquistar um deserto? Resposta óbvia: o deserto estava ocupado por aqueles índios que Sarmiento tanto amava.

O asturiano José Menéndez foi um hábil estancieiro. Entre os séculos XIX e XX estabeleceu-se no último confim austral da terra, a quase inexplorada Terra do Fogo. Muito bem relacionado, conseguiu do governo a concessão de milhares de hectares de território, ótimo para instalar gigantescas estâncias pecuárias com as quais alimentar o mercado britânico. Só havia um problema que dificultava cercar os campos onde pastavam as suas ovelhas: o povo selk'nam. Os também chamados onas habitavam aqueles confins há seis mil anos e precisavam de terra livre para a caça nómada do guanaco, a sua fonte de alimento e calor.

Quando a vedação dos campos impossibilitou a caça desse mamífero autóctone, aqueles índios ladrões, comunistas primários e desconhecedores da propriedade privada, começaram a caçar os guanacos brancos, isto é, as ovelhas dos estancieiros. A solução para este problema foi o extermínio da raça em nome do progresso. Uma libra esterlina por cada orelha de índio massacrado. Fazendeiros, caçadores de índios, missões anglicanas e albergues salesianos reduziram-nos até à mínima expressão.

Alex MacLennan, capataz de Menéndez, sentia-se feliz em fazer um favor aos selk'nam quando, com o seu Winchester, instalava-lhes uma bala de chumbo na cabeça. Ao matá-los, dizia, realizava uma ação humanitária, pois nunca se adaptariam a viver cativos numa missão onde definharam ou morreriam de doenças importadas. O humanista MacLennan morreu na glória e na cama, com o fígado destruído pela ingestão de bebidas espirituosas.

As estirpes dos estancieiros prolongam-se no tempo até aos nossos dias, tanto no Chile como na Argentina. Membros da aristocracia latifundiária que sempre mandou no balcão e nos bastidores das repúblicas do cone sul, a sua preponderância social de hoje tem origem

no genocídio normalizado dos povos selk'nam, aónikenk, yámana, kaweskar, haush, e na submissão do extenso povo mapuche. Os seus territórios originários pertencem agora a grandes proprietários.

Hoje os latifundiários são, além dos Menéndez e das famílias tradicionais, gente tão conhecida como o magnata John Lewis, o ator Sylvester Stallone, o criador da CNN Ted Turner, a família Suchard — donos da Nestlé—, o milionário ultraconservador George Soros ou o filho dos fundadores da Pepsico, Ward Lay, que alguma coisa terá a ver com as famosas batatas fritas de pacote. Mas quem leva a palma quanto a terras ocupadas é Luciano Benetton, o empresário italiano da roupa de estilo informal que fatura três quartas partes da sua produção em território europeu. Nas suas propriedades patagónicas, em eterno conflito com o povo mapuche, a empresa United Colors gere mais território do que toda a província da Corunha, produz uma imensa quantidade de lã para as suas peças e obtém lucros elevados de terras roubadas com violência aos seus moradores. Em 2017, o ativista mapuche Santiago Maldonado pagou com a vida a sua opção de reclamar ao *yuppie* Benetton a propriedade das terras para o seu povo.

Aqui a nossa civilização mudou de estratégia e optou por acabar com todos os que estorvavam. Ou seja, escolheu o colonialismo de ocupação, impossível sem o extermínio de populações inteiras e o deslocamento e aculturação dos poucos sobreviventes. A luta pela terra, porém, continua em pé.

Terceira parte. Ocupação e genocídio televisionado na Palestina

Não é novo, portanto, que alguém decida o extermínio de um povo em nome dos valores ocidentais, do progresso e até da democracia. O que sim é novo é que tudo isto aconteça hoje diante dos nossos olhos sem que ninguém mexa um dedo, e que a normalização do genocídio atue para nós de forma instantânea, não retroativa. Não estamos a interpretar um passado doloroso, mas a observar imóveis um presente que a alguns espanta enquanto a outros deixa indiferentes.

As cruas imagens que nos chegam da Palestina, maiores em número e clareza do que as do genocídio *tutsi* ou as do holocausto indígena guatemalteco, ambos na década de noventa do século passado, não mentem. Graças à TV e à internet, as salas das nossas casas enchem-se de hospitais bombardeados, escolas destruídas com crianças dentro, sacos de plástico ensanguentados a caminho da vala comum. A clareza do relato é absoluta. Já nem se disfarçam os objetivos últimos: extermínio e ocupação.

Apesar da crueldade das notícias, a patologia da indiferença está instalada na nossa mente ocidental. Mas esta inação diante do massacre torna-se menos estranha quando nos olhamos ao espelho e trazemos para primeiro plano esses genocídios que atuam, já naturalizados, nos cantos escuros da nossa memória coletiva, nos bastidores da história da nossa civilização. Não estamos a fazer nada que não tenhamos feito antes muitas vezes.

Final. Quem carece de alma?

Muito antes da Controvérsia de Valladolid, do ano de 1550, em que Sepúlveda e De las Casas debateram sobre a melhor forma de levar adiante a aventura colonial espanhola, já se discutia sobre a presença ou ausência da alma nas pessoas indígenas. Seriam, ainda que infieis, pessoas completas, ou simplesmente uma variedade animal e inanimada, externamente semelhante ao ser humano, mas não um ser humano completo? A polémica foi resolvida pelo Papa, que optou pela primeira das opções: aquelas pessoas tinham, efetivamente, corpo e alma, fossem ou não fossem cristãs.

Não é a alma dos outros a que hoje está sob suspeita. A inação das massas ocidentais que contemplam o extermínio desde o sofá sem se mover, as que assistem despreocupadas —e exploradas— a massivos eventos para engordar as contas anuais das empresas que executam o genocídio, as que se encontram singularmente bem desviando o olhar e olhando para lado nenhum enquanto se assassina impunemente ao seu redor, levam-nos a intuir que as pessoas carentes de alma não habitam noutros continentes, mas que se encontram entre nós. Que a inanimada

e a desalmada é a nossa sociedade no seu conjunto. Que o capitalismo acabou por devorar-nos o espírito.

Mas os dados estão lançados e a partida ainda em execução. «Sabemos que tu podes ser outra coisa», dizia o poeta, referindo-se à Galiza; «sabemos que o homem pode ser outra coisa», acrescentava referindo-se ao género humano. Temos a obrigação de exercer esse desejo. Como for, devemos procurar que o medo mude de lado. Que cada pacto, cada venda de armas, cada aperto de mãos com os genocidas resulte em graves queimaduras nas extremidades do político que o perpetra. É a nossa obrigação histórica. Seremos finalmente capazes de acordar, recuperar a alma perdida e pôr o corpo a funcionar?

Introdução a «Neocolonialismo — último estágio do imperialismo»

Kwane N’Krumah

O neocolonialismo de hoje representa o imperialismo no seu estágio final e talvez o mais perigoso. No passado, era possível converter uma nação à qual tivesse sido imposto um regime neocolonial —o Egito do século XIX é um exemplo— num território colonial. Hoje, esse processo já não é viável. O colonialismo de velho estilo não está, de modo algum, abolido. Constitui ainda um problema africano, mas encontra-se em retrocesso por toda a parte. Uma vez um território se torna nominalmente independente, já não é possível, como no século passado, inverter o processo. As colónias existentes podem continuar por mais tempo, mas não serão criadas novas colónias. Em lugar do colonialismo, como principal instrumento do capitalismo, temos hoje o neocolonialismo.

A essência do neocolonialismo é que o Estado sujeito a ele é, teoricamente, independente e tem todos os adornos exteriores da soberania internacional. Na realidade, o seu sistema económico e, portanto, o seu sistema político, é dirigido do exterior.

Os métodos e a forma de direção podem assumir vários aspetos: por exemplo, num caso extremo, as tropas de uma potência imperialista podem guarnecer o território de um Estado neocolonial e controlar o seu governo. Mais frequentemente, no entanto, o controlo neocolonialista é exercido mediante meios económicos ou monetários. O Estado neocolonial pode ser obrigado a aceitar os produtos manufaturados da potência imperialista, com a exclusão dos produtos concorrentes de outra origem. O controlo sobre a política governamental do Estado neocolonial pode ser assegurado mediante

pagamentos para fazer face ao custo da administração do Estado, pelo fornecimento de funcionários administrativos, em posições que lhes permitam ditar a orientação, e pelo controlo monetário do câmbio externo através da imposição de um sistema bancário controlado pela potência imperialista.

Onde o neocolonialismo existe, a potência que exerce o controlo é frequentemente o Estado que governou anteriormente o território em questão, mas isso não acontece necessariamente. Por exemplo, no caso do Vietname do Sul, essa antiga potência imperial era a França, mas o controlo neocolonial do Estado passou agora aos Estados Unidos. É possível que o controlo neocolonial seja exercido por um consórcio de interesses financeiros que não estão especificamente identificados com qualquer Estado particular. O controlo do Congo por grandes interesses financeiros internacionais é um caso deste tipo.

O resultado do neocolonialismo é que o capital estrangeiro é utilizado para a exploração, em vez de ser para o desenvolvimento das partes menos desenvolvidas do mundo. O investimento, sob o neocolonialismo, aumenta, em vez de diminuir, a brecha entre as nações ricas e pobres do mundo.

A luta contra o neocolonialismo não tem por objetivo a exclusão do capital do mundo desenvolvido das operações em nações menos desenvolvidas. Tem por objetivo impedir que a força financeira das nações desenvolvidas seja utilizada de tal maneira que empobreça os menos desenvolvidos.

O não alinhamento, tal como é praticado pelo Gana e por muitas outras nações, baseia-se na cooperação com todos os Estados, sejam eles capitalistas, socialistas ou possuam uma economia mista. Tal orientação, portanto, envolve o investimento externo de nações capitalistas, mas este deve ser aplicado segundo o plano nacional organizado pelo governo do Estado não alinhado, tendo em vista os seus próprios interesses. A questão não é qual o retorno que o investidor estrangeiro obtém sobre os seus investimentos. Ele pode, até, alcançar melhores resultados se investir num Estado não alinhado do que num

país neocolonial. A questão é de poder. Um Estado nas garras do neocolonialismo não é senhor do próprio destino. É esse fator que torna o neocolonialismo uma ameaça tão séria à paz mundial.

O crescimento das armas nucleares tornou ultrapassada a antiquada balança de forças, que se apoiava numa guerra em grande escala como sanção maior. A certeza de destruição maciça mútua impede, efetivamente, qualquer dos grandes blocos de potências de ameaçar o outro com a possibilidade de uma guerra de âmbito mundial, e o conflito militar ficou assim confinado a «guerras limitadas». Para essas, o neocolonialismo é o caldo de cultura.

Essas guerras podem, naturalmente, ocorrer em nações que não estão controladas por neocolonialistas. O seu objetivo pode mesmo ser o de criar, numa nação pequena, mas independente, um regime neocolonialista. O mal do neocolonialismo é que ele impede a formação dessas grandes unidades que impossibilitariam a «guerra limitada». Para dar um exemplo: se a África se unisse, nenhum bloco de grandes potências iria tentar subjugar-la mediante uma guerra limitada, porque, pela própria natureza desta, o que pode ser conseguido é, em si, limitado. Só onde existem pequenos Estados se torna possível, desembarcando alguns milhares de soldados ou financiando uma força mercenária, assegurar um resultado decisivo.

A restrição à ação militar nas «guerras limitadas», no entanto, não é uma garantia de paz mundial e é provavelmente o fator que acabará por envolver os grandes blocos de potências numa guerra mundial, por mais que ambos estejam decididos a evitá-la.

A guerra limitada, uma vez iniciada, adquire um impulso próprio. A guerra do Vietname do Sul é apenas um dos exemplos disso. A escalada ocorre apesar do desejo dos grandes blocos de potências de a manterem limitada. Embora essa guerra possa ser impedida de conduzir a um conflito mundial, a multiplicação de guerras limitadas semelhantes só pode ter um fim: a guerra mundial e as terríveis conseqüências de um conflito nuclear.

O neocolonialismo é também a pior forma de imperialismo. Para aqueles que o exercem, significa poder sem responsabilidade; e para aqueles que o sofrem, significa exploração sem alívio. Nos dias do antigo colonialismo, a potência imperial tinha, pelo menos, de explicar e justificar internamente as ações que realizava no exterior. Na colônia, aqueles que serviam a potência imperial dominante, podiam ao menos esperar a sua proteção contra qualquer ação violenta dos seus opositores. Com o neocolonialismo, nenhum destes casos acontece.

Acima de tudo, o neocolonialismo, como antes dele o colonialismo, adia o enfrentamento de questões sociais que terão de ser encaradas pelo setor plenamente desenvolvido do mundo, de modo que o perigo de guerra mundial possa ser eliminado ou o problema da pobreza mundial resolvido.

O neocolonialismo, tal como o colonialismo, é uma tentativa de exportar os conflitos sociais das nações capitalistas. O êxito temporário dessa política pode ser visto na expansão crescente da brecha entre as nações mais ricas e as mais pobres do mundo. Mas as contradições e conflitos internos do neocolonialismo trazem a certeza de que ele não pode perdurar como política mundial permanente. Como deve ser eliminado, é um problema que deveria ser estudado, acima de tudo, pelas nações desenvolvidas do mundo, porque são elas que sentirão o impacto total do seu fracasso final. Quanto mais tempo perdurar, mais certo é que o seu inevitável colapso destruirá o sistema social que dele fez o seu fundamento.

A razão do seu desenvolvimento no período do pós-guerra pode ser rapidamente resumida. O problema que as nações ricas do mundo enfrentavam no fim da Segunda Guerra Mundial era a impossibilidade de regressar à situação anterior à guerra, na qual havia uma grande distância entre os poucos ricos e os muitos pobres. Não importava que partido, em particular, estivesse no poder: as pressões internas nas nações ricas do mundo eram tais que nenhuma nação capitalista do pós-guerra poderia sobreviver, exceto se se tornasse um Welfare State, uma nação de prosperidade geral. Podiam existir diferenças de grau na extensão dos benefícios sociais concedidos aos trabalhadores industriais e agrícolas,

mas o que era impossível em toda a parte era o regresso ao desemprego em massa e ao baixo nível de vida dos anos anteriores à guerra.

Do final do século XIX em diante, as colónias foram consideradas uma fonte de riqueza que podia ser usada para mitigar os conflitos de classe nos Estados capitalistas e, como será explicado adiante, essa política obteve algum êxito. Mas falhou no seu objetivo final, porque os Estados capitalistas de antes da guerra estavam internamente organizados de tal maneira que o grosso do lucro obtido das possessões coloniais ia parar aos bolsos da classe capitalista, e não aos dos operários. Longe de atingir o objetivo, os partidos da classe operária, por vezes, tendiam a identificar os seus interesses com os dos povos coloniais, e as potências imperialistas viram-se envolvidas num conflito em duas frentes: internamente, com os seus próprios trabalhadores; e no exterior, contra as forças crescentes de libertação colonial.

O período do pós-guerra inaugurou uma política colonial muito diferente. Foi feita uma tentativa deliberada de desviar os rendimentos coloniais da classe rica e, em vez disso, utilizá-los para financiar, de uma forma geral, o Welfare State. Como se verá nos exemplos apresentados adiante, foi esse o método conscientemente adotado mesmo por aqueles líderes da classe trabalhadora que, antes da guerra, haviam considerado os povos coloniais como seus aliados naturais contra os inimigos capitalistas no seu próprio país.

A princípio, presumiu-se que esse objetivo poderia ser alcançado mantendo-se o sistema colonial anterior à guerra. A experiência, contudo, demonstrou rapidamente que as tentativas de o fazer seriam desastrosas e somente provocariam guerras coloniais, dissipando assim os ganhos esperados da continuação do regime colonial. A Grã-Bretanha, em particular, compreendeu isso numa fase inicial, e a justeza do raciocínio britânico foi subsequentemente confirmada pela derrota do colonialismo francês no Extremo Oriente e na Argélia, e pelo fracasso dos holandeses em reter qualquer parte do seu antigo império colonial.

O sistema do neocolonialismo foi assim instituído e, a curto prazo, serviu admiravelmente as nações desenvolvidas. A longo prazo, porém, as suas consequências serão provavelmente catastróficas.

O neocolonialismo assenta no princípio de dispersar grandes territórios coloniais anteriormente unidos em numerosos pequenos Estados inviáveis, incapazes de desenvolvimento independente e obrigados a depender da antiga potência imperial para a defesa e mesmo para a segurança interna. Os seus sistemas económico e financeiro permanecem ligados, como nos dias coloniais, aos do antigo dominador.

À primeira vista, poderia parecer que o sistema traz muitas vantagens para as nações desenvolvidas do mundo. Todos os lucros do neocolonialismo podem ser garantidos se, em qualquer região determinada, uma razoável proporção dos Estados mantiver um sistema neocolonialista. Não é necessário que todos o tenham. A menos que os pequenos Estados consigam unir-se, são forçados a vender as suas matérias-primas a preços ditados pelas nações desenvolvidas e a comprar-lhes os produtos manufaturados pelos valores que estas fixarem. Enquanto o neocolonialismo evitar as condições políticas e económicas necessárias ao desenvolvimento ótimo, as nações em desenvolvimento, quer estejam ou não sob controlo neocolonial, serão incapazes de criar um mercado suficientemente vasto para sustentar a industrialização. Do mesmo modo, faltará a força financeira que lhes permita obrigar as nações desenvolvidas a pagar as suas matérias-primas a um preço justo.

Nos territórios neocolonialistas, uma vez que a antiga potência colonial cedeu teoricamente o controlo, as mesmas condições sociais provocadas pelo sistema podem gerar revoltas. Se um governo local se revelar problemático, pode ser sacrificado e substituído por outro mais subserviente, posto no seu lugar.

Por outro lado, em qualquer continente onde o neocolonialismo exista em larga escala, as mesmas pressões sociais que podem produzir revoltas em territórios neocoloniais afetarão também os Estados que se recusaram a aceitar o sistema. Consequentemente, as nações

neocolonialistas possuem uma arma já pronta com que podem ameaçar os seus opositores, sempre que estes parecerem estar a desafiar o sistema com êxito.

Essas vantagens, que à primeira vista parecem tão reais, revelam-se, no entanto, ilusórias quando analisadas, porque deixam de lado os factos do mundo de hoje.

A introdução do neocolonialismo aumenta a rivalidade entre as grandes potências, tal como acontecia com o colonialismo de velho estilo. Por menor que seja, é real que um Estado neocolonialista, pelo simples facto da sua independência nominal, possua uma certa margem de manobra. Pode não conseguir sobreviver sem um senhor imperialista, mas, mesmo assim, tem a capacidade de mudar de aliado.

O Estado neocolonialista ideal seria aquele totalmente subserviente aos interesses neocolonialistas. No entanto, a existência das nações socialistas impossibilita a aplicação integral do sistema neocolonialista.

A existência de um sistema alternativo constitui, em si, um desafio ao regime neocolonialista. As advertências a respeito dos «perigos da subversão comunista» acabam por ser uma faca de dois gumes, porque chamam a atenção dos que vivem sob um sistema neocolonialista para a possibilidade de uma mudança de regime.

De facto, o neocolonialismo é vítima das suas próprias contradições. Para o tornar atraente aos olhos daqueles sobre os quais é praticado, precisa ser apresentado como capaz de elevar os seus níveis de vida. Mas o objetivo económico do neocolonialismo é manter esses níveis reprimidos, no interesse das nações desenvolvidas. É apenas quando essa contradição é compreendida que o fracasso de inúmeros programas de «ajuda», muitos deles bem-intencionados, pode ser explicado.

Em primeiro lugar, os governantes dos Estados neocolonialistas recebem a sua autoridade para governar não da vontade do povo, mas do apoio que obtêm dos seus senhores neocolonialistas. Têm, portanto, pouco interesse em desenvolver a educação, em aumentar o poder de negociação dos seus trabalhadores empregados em empresas

estrangeiras ou, na verdade, em tomar qualquer medida que contrarie a estrutura colonial de comércio e indústria, cuja preservação é o objetivo do neocolonialismo. A «ajuda», portanto, para um Estado neocolonialista, é meramente um crédito rotativo, pago pelo senhor neocolonial, passando pelo Estado neocolonial e retornando ao mesmo senhor sob a forma de lucros aumentados.

Em segundo lugar, é no campo da «ajuda» que a rivalidade entre os Estados desenvolvidos individuais primeiro se manifesta. Enquanto existir o neocolonialismo, persistirão as esferas de influência, e isso torna a ajuda multilateral —que é, na realidade, a única forma eficaz de ajuda— impossível.

Uma vez iniciada a ajuda multilateral, os senhores neocolonialistas veem-se confrontados com a hostilidade dos interesses instalados nas suas próprias terras. Os seus industriais, naturalmente, opõem-se a qualquer tentativa de elevar o preço das matérias-primas que obtêm do território neocolonial em questão, ou ao estabelecimento, nesse território, de indústrias manufatureiras que possam competir, direta ou indiretamente, com as suas exportações. Até mesmo a educação é vista com suspeita, por ser considerada capaz de dar origem a um movimento estudantil. E é, naturalmente, verdade que, em muitos países menos desenvolvidos, os estudantes têm sido a vanguarda da luta contra o neocolonialismo.

Aquilo no qual os senhores coloniais podem sempre confiar é na «ajuda militar».

Quando um território neocolonial é levado a um tal estado de caos económico e de miséria que a revolta se desencadeia, então —e somente então— não há limites para a generosidade do dominador neocolonial, desde que, evidentemente, os fundos fornecidos sejam utilizados exclusivamente para fins militares.

Na realidade, a ajuda militar marca o último estágio do processo, e o seu efeito é autodestrutivo. Mais cedo ou mais tarde, as armas fornecidas acabam por passar para as mãos do povo insurgente,

voltando-se contra o próprio regime neocolonialista e aprofundando ainda mais a miséria social que a provocou.

O neocolonialismo é uma pedra ao pescoço das próprias nações desenvolvidas que o praticam. Mas, se um dia conseguirem livrar-se dele, não será através do regresso à dominação colonial direta. Essa solução já não é possível, e os motivos disso foram bem explicados por Owen Lattimore, perito norte-americano e conselheiro de Chiang Kai-shek no período imediatamente posterior à guerra. Lattimore escreveu:

«A Ásia, que foi tão fácil e rapidamente subjugada por conquistadores nos séculos XVIII e XIX, demonstra agora uma impressionante capacidade de resistência contra exércitos modernos, equipados com aviões, tanques, veículos motorizados e artilharia móvel.

Antigamente, grandes territórios eram conquistados, na Índia, com pequenos contingentes. Os rendimentos —primeiro pelo saque, depois por impostos diretos e, finalmente, através do comércio, do investimento de capitais e da exploração a longo prazo— cobriam com incrível rapidez os gastos das operações militares.

Essa aritmética representava uma grande tentação para as nações fortes. Agora, porém, encontram pela frente uma nova realidade e uma nova aritmética que as desencoraja».

Essa mesma aritmética, provavelmente, aplica-se a todo o mundo menos desenvolvido.

Este livro é, portanto, uma tentativa de examinar o neocolonialismo, não apenas no contexto africano e das suas relações com a unidade africana, mas também em perspetiva mundial. O neocolonialismo não é, de modo algum, uma questão exclusivamente africana. Muito antes de ser praticado em larga escala em África, era um sistema estabelecido noutras partes do mundo. Em nenhum lugar obteve êxito, quer em elevar os níveis de vida, quer, em última análise, em trazer benefícios aos países a que se aplicou.

Marx predisse que a crescente distância entre a riqueza das classes possuidoras e os trabalhadores que elas empregam acabaria por gerar um conflito fatal para o capitalismo, em cada Estado capitalista isolado.

Esse conflito entre ricos e pobres foi agora transferido para o cenário internacional, mas, para comprovar o que se reconhece estar a acontecer, já não é necessário consultar os autores marxistas. A situação é exposta com a máxima clareza nos principais órgãos de opinião capitalista. Tomemos, por exemplo, os seguintes excertos do *The Wall Street Journal*, o jornal que talvez melhor reflita o pensamento capitalista norte-americano.

No número de 12 de maio de 1965, sob o cabeçalho «A situação das nações pobres», o jornal analisa, em primeiro lugar, «que nações são consideradas industriais e quais são atrasadas». Não há, explica, «um método rígido de classificação». Apesar disso, afirma:

«Um critério de separação geralmente usado foi recentemente mantido pelo Fundo Monetário Internacional porque, nas palavras de um funcionário do FMI, «a demarcação económica no mundo torna-se cada vez mais evidente». A separação, diz o funcionário, «baseia-se no simples bom senso».

«Do ponto de vista do FMI, as nações industriais são os Estados Unidos, o Reino Unido, a maioria das nações da Europa Ocidental, o Canadá e o Japão. Uma categoria especial denominada ‘outras áreas desenvolvidas’ inclui outros países europeus, como a Finlândia e a Irlanda, bem como a Austrália, Nova Zelândia e África do Sul. A categoria dos ‘menos desenvolvidos’ inclui, para o FMI, toda a América Latina, praticamente todo o Médio Oriente, a Ásia não comunista e África. Em outras palavras, as nações ‘atrasadas’ situam-se nas áreas neocoloniais».

Após citar números em apoio aos seus argumentos, o *Wall Street Journal* comenta a situação:

«As nações industriais acrescentaram quase dois mil milhões às suas reservas, que agora se aproximam de 20 mil milhões de dólares. Ao

mesmo tempo, as reservas do grupo menos desenvolvido não só deixaram de crescer como diminuíram cerca de 200 milhões. Para analistas como Miss Ward, britânica, o significado destas estatísticas é claro: a disparidade económica aumenta rapidamente, entre uma elite muito restrita do Atlântico Norte —branca, condescendente e muito rica — e os demais, e isso é uma herança muito incómoda para deixar aos nossos filhos. Esta elite inclui aproximadamente dois terços da população mundial, espalhada por cem países».

Este problema não é novo. No parágrafo inicial do livro *A Guerra Contra a Pobreza Mundial*, escrito pelo atual líder trabalhista Harold Wilson, é ressaltada a importância do problema global:

«A grande maioria da humanidade enfrenta um problema de maior urgência do que a guerra, o comunismo ou a preservação do padrão de vida, ou mesmo os impostos. É a fome. Mais de um bilhão e meio de pessoas —cerca de dois terços da população mundial— vivem em condições de fome aguda e apresentam problemas nutricionais identificáveis. A fome é ao mesmo tempo, efeito e causa da pobreza, da sordidez e da miséria em que vivem».

As suas consequências são, igualmente, claramente compreendidas. O correspondente do *The Wall Street Journal*, anteriormente citado, salienta-as:

Muitos diplomatas e economistas encaram as implicações como preponderantemente —e perigosamente— políticas. A menos que o atual declínio possa ser invertido, temem esses analistas, os Estados Unidos e outras potências industriais ricas do Ocidente enfrentam a possibilidade óbvia, nas palavras da economista britânica Bárbara Ward, de uma espécie de guerra internacional de classes.

O que falta são propostas positivas para enfrentar a situação. Tudo o que o correspondente do *The Wall Street Journal* pode fazer é frisar que os métodos tradicionais recomendados para remediar os problemas provavelmente só serviriam para os agravar.

Já foi referido que as nações desenvolvidas deveriam assistir efetivamente às partes mais pobres do mundo e o mundo inteiro deveria ser transformado num Welfare State. Parece, no entanto, haver muito poucas perspectivas de que algo dessa natureza possa ser alcançado. Os chamados programas de «ajuda» para apoiar as economias atrasadas representam, segundo uma estimativa aproximada das Nações Unidas, apenas meio por cento da renda total das nações industriais. Quanto à perspectiva de incrementar essa ajuda, a disposição é pessimista:

«Uma ampla corrente de pensamento afirma que os esquemas de redistribuição da riqueza são idealistas e pouco práticos. Essa corrente argumenta que o clima, a capacidade humana não desenvolvida, a falta de recursos naturais e outros fatores —não apenas a falta de dinheiro— retardam o progresso económico em muitos desses países, e que as nações não têm pessoal com o treino ou determinação necessários para utilizar efetivamente uma ajuda grandemente expandida. Os esquemas de redistribuição da riqueza, segundo este ponto de vista, equivaleriam a verter dinheiro num poço sem fundo, enfraquecendo as nações doadoras sem remediar efetivamente os problemas das recetoras.»

O absurdo desse argumento é demonstrado pelo facto de que cada uma das razões citadas para explicar por que as partes menos desenvolvidas do mundo não podem ser desenvolvidas se aplicava, com a mesma exatidão, às atuais nações desenvolvidas, no período anterior ao seu desenvolvimento. O argumento só é válido neste sentido: o mundo menos desenvolvido não se tornará desenvolvido através da boa vontade ou generosidade das potências desenvolvidas. Só poderá desenvolver-se por meio de uma luta contra as forças externas investidas em mantê-lo subdesenvolvido. Dessas forças, o neocolonialismo é a principal.

Pretendo analisar o neocolonialismo, primeiro examinando o estado do continente africano e demonstrando como o neocolonialismo, no momento, mantém a África artificialmente pobre. Em seguida, pretendo mostrar como, na prática, a Unidade Africana —que só pode ser criada pela derrota do neocolonialismo— poderia elevar imensamente os níveis de vida africanos. A partir deste ponto de partida, pretendo

examinar o neocolonialismo em geral, primeiro historicamente e depois através da análise dos grandes monopólios internacionais, cujo contínuo estrangulamento dos setores neocoloniais do mundo assegura a continuação do sistema.

América Latina perante o Imperialismo. Independência ou dependência renovada?

Daniel Seixo

Enquanto estas linhas se traçam sobre um pedaço de papel em branco, um espectro percorre de novo a Nossa América. Um fantasma que se recusa a descansar no cemitério da história, renascendo com a força de Vertières ou da Baía dos Porcos. É o eco dos gritos nas minas de Potosí, uma montanha que já foi de prata e hoje repousa como um invólucro vazio, desenhando nas suas numerosas cicatrizes um monumento ao saque que deu origem ao capitalismo europeu. É o odor adocicado e sangrento dos canaviais das Caraíbas, onde a terra engoliu a vida de milhões de homens, crianças e mulheres de África para adoçar o chá dos senhores em Londres e Paris. É a memória de uma independência que prometeu liberdade, mas que acabou por deixar no continente o amargo travo das correntes que nunca chegam a romper-se, apenas cobertas pelo adorno de bandeiras e constituições novas.

Como se desenhada pela própria pena de Gabo, a nossa história é circular, uma espiral onde os nomes dos verdugos mudam, mas a ferida permanece latente. Esta é a região da paradoxal trágica: imensamente rica e eternamente empobrecida. As independências do século XIX, heroicas nas suas batalhas e intenções, foram uma miragem. Romperam o laço político com Espanha e Portugal, sim, mas as oligarquias crioulas, essas burguesias nascidas para servir, apressaram-se a procurar um novo padrão perante o qual submeter os seus povos. A coroa foi substituída pela libra esterlina e esta, por sua vez, pelo todo-poderoso dólar. A dominação mudou de idioma, de fato e de maneiras, mas a sua essência, a do imperialismo, tornou-se ainda mais profunda e voraz.

Por tudo isto, a tarefa do nosso tempo, a única capaz de exorcizar os fantasmas que ainda hoje tolhem esta região do mundo, é a de empreender a Segunda e definitiva Independência. E esta expressão não é apenas uma metáfora, um recurso literário num artigo destinado ao esquecimento. Esta afirmação é a continuação da gesta de Bolívar, traída pelos sipaios de cada época. É a «criação heroica» sonhada por José Carlos Mariátegui, é a dignidade irrenunciável que Fidel Castro encarnou em Cuba e o projeto da Pátria Grande que Hugo Chávez ressuscitou no século XXI para gritar, em plenos pulmões, que a história não havia chegado ao fim. É, em definitivo, a disjuntiva histórica: ou consumamos a emancipação das nossas pátrias, ou permaneceremos condenados a mais cem anos de solidão e saque.

I. A matriz colonial e as suas cicatrizes

Para compreender a dependência e a pobreza de hoje, devemos desenterrar o pecado original. A invasão europeia de 1492 não foi um «encontro casual» nem uma «missão civilizadora», mas sim o ato inaugural da acumulação primitiva de capital à escala planetária. Como Marx analisou oportunamente, o capitalismo precisou da violência, do roubo e da escravatura para nascer e desenvolver-se. À Nossa América foi atribuído o papel de vítima sacrificial nesse altar. Foi-lhe imposto, pela força, o lugar de periferia: uma imensa mina e uma gigantesca plantação ao serviço de um centro metropolitano que acumulava a sua riqueza.

Potosí, na Bolívia, é o símbolo mais doloroso deste imenso jogo. Diz-se que com a prata extraída do seu cerro se poderia ter construído uma ponte de prata desde a mina até ao palácio real em Madrid. E com os ossos dos indígenas que morreram nos seus buracos, se poderia ter feito o caminho de regresso. Essa é a dialética do colonialismo: a morte do Sul era a vida e o luxo no Norte; a miséria da América alimentava a opulência europeia. O sistema de veias abertas que Galeano descreveu não é uma licença poética, é a descrição precisa de uma economia de transvase, uma sangria que não cessou até aos nossos dias.

Quando as elites crioulas, donas da terra, mas totalmente subordinadas no poder político, se levantaram em armas no início do século XIX, não o fizeram para criar nações de cidadãos livres. Fizeram-no porque temiam mais as rebeliões dos de baixo do que a própria Coroa —o digno e eterno exemplo da revolução dos escravos no Haiti aterrava-os. O seu projeto não era a justiça social e a emancipação, mas sim o livre comércio para poder vender os seus produtos ao melhor comprador, que nessa altura já não era Espanha, mas a pujante Inglaterra industrial.

O sonho de Simón Bolívar de uma Pátria Grande, uma única e poderosa nação de repúblicas, foi desmembrado pelos interesses mesquinhos dessas oligarquias locais aduladas pelo poder emergente de Londres. Preferiram ser cabeça de rato nas suas pequenas «repúblicas» do que cauda de leão numa grande confederação de povos que ansiavam a sua liberdade. E assim, fragmentados e débeis, foram presa fácil para o novo imperialismo nascente. José Carlos Mariátegui, o marxista mais lúcido e esquecido da nossa América, diagnosticou-o com clareza meridiana: a independência não resolveu o «problema do índio» nem o «problema da terra»; a estrutura semifeudal do latifúndio permaneceu intacta, apenas que agora servia plenamente aos interesses do capital estrangeiro. A independência foi uma revolução política superficial que deixou intacta a estrutura económica colonial. Foi, na sua essência, insuficiente.

II. A longa sombra da Águia do Norte

Se o século XIX foi o do imperialismo britânico, que conseguiu dominar com os seus bancos e os seus empréstimos todo um continente, o século XX foi, sem sombra de dúvida, o do imperialismo norte-americano. A Doutrina Monroe de 1823, sob o cínico e sedutor lema «América para os americanos», foi, na realidade, a declaração unilateral de que o continente passava a ser o «quintal» de Washington. Representou um feitiço para afastar outros impérios e reservar para si o direito exclusivo de intervir e saquear os povos americanos.

E esse direito foi exercido com uma brutalidade sistemática, tal como anteriormente o fizeram contra os povos nativos sobre os quais construíram a sua pátria. A história do século XX na América Latina é um rosário de agravos, um catálogo de golpes de Estado, invasões e ditaduras orquestradas desde o Norte. Quando, na Guatemala, em 1954, o governo democrático de Jacobo Árbenz ousou impulsionar uma modesta reforma agrária que afetava os latifúndios da United Fruit Company, a CIA não hesitou em organizar um golpe de Estado e mergulhar o país em décadas de genocídio. A mensagem era clara: as nossas bananas e o nosso café valiam mais do que as nossas democracias.

A Revolução Cubana de 1959 foi o grande desafio, a prova de que um povo podia dizer «basta!», podia mandar parar. E a resposta do império foi a invasão da Praia Girón, derrotada por um povo em armas que pagaria tamanha ousadia com um bloqueio criminoso que durou mais de sessenta anos, um ato de guerra permanente destinado a render pela fome e pela doença uma nação que cometeu o pecado da dignidade. Fidel Castro tornou-se a besta negra do império porque demonstrou que a verdadeira soberania era possível.

O guião repetiu-se vezes sem conta, como uma maldição. No Chile de 1973, o sonho de uma via pacífica para o socialismo de Salvador Allende foi afogado em sangue. A Moneda em chamas é o fotograma eterno da crueldade imperialista, que não hesitou um instante em instalar o general Pinochet, um gerente do terror, para transformar o Chile no primeiro laboratório mundial do neoliberalismo. Através da Operação Condor, um pacto de sangue entre as ditaduras do Cone Sul, coordenado pela CIA, o Império semeou o continente de desaparecidos, torturados e exilados. Uma marca que ainda hoje sangra em demasiados corações. A sua luta não era contra o comunismo, era contra qualquer indício de soberania e liberdade.

Após a inesperada queda do Muro de Berlim, o garrote militar vestiu-se com as roupagens dos tecnocratas do «Consenso de Washington». O FMI e o Banco Mundial tornaram-se os novos vice-reis, impondo um catecismo neoliberal: privatizar tudo o que fosse público, abrir as

economias sem proteção, cortar na despesa social e subjugar qualquer forma de dissidência. Era a continuação das veias abertas por outros meios. Vendemos as «joias da avó» a preço de saldo às transnacionais e, em troca, recebemos mais pobreza, mais desigualdade e uma dívida externa que é, em si, impagável, uma prisão perpétua ao pescoço dos povos.

III. A criação heroica

Mas na Nossa América, a resignação nunca foi opção. Da mesma terra, regada com sangue, brotou o fogo da resistência. A morte, a destruição, a dor... deixavam na terra do continente a semente do amanhã, Semente de Vencer. Mariátegui ofereceu-nos a bússola teórica ao proclamar que o socialismo na nossa América não podia ser «nem decalque, nem cópia», mas «criação heroica». Compreendeu, oportunamente, que a revolução na Nossa América teria de ser marxista, mas também indo-americana, fundindo a luta do proletariado com a luta ancestral dos povos originários pela terra e pela dignidade.

Fidel e a Revolução Cubana transformaram esse contributo teórico em prática. Cuba ergueu-se como farol, a prova material de que um país pequeno e bloqueado podia erradicar o analfabetismo, construir um sistema de saúde público exemplar e enviar médicos — não soldados nem armas— pelo mundo. É o realismo mágico da resistência, conseguindo desafiar as leis da gravidade geopolítica através da vontade política e da firme organização popular.

No final do século XX, quando o neoliberalismo reinava, um comandante desenterrou Bolívar e trouxe-o ao presente. Chávez entendeu que a luta era continental e, com a audácia histórica daqueles que nascem para iluminar o caminho da Revolução, começou a tecer as alianças para a Segunda Independência. Assim nasceram a ALBA-TCP, uma aliança baseada não na concorrência, mas na solidariedade; a UNASUR, um conselho de defesa sul-americano; e a CELAC, o sonho bolivariano tornado realidade: um organismo de toda a Nossa América, sem a presença dos Estados Unidos e do Canadá. Eram os primeiros

tijolos para reconstruir a casa grande que as oligarquias tinham demolido conscientemente duzentos anos antes.

IV. Ou o Império, ou a Pátria Grande

Já no presente histórico que nos cabe, a espiral da história coloca-nos de novo numa encruzilhada. O império norte-americano, em visível decadência, resiste-se a perder a sua hegemonia e intensifica a sua agressão mediante sanções, bloqueios, lawfare e guerras mediáticas. Os fantasmas do passado sussurram-nos que a submissão é o único destino possível para os povos. Peru, Chile, Argentina... os caminhos para o derrotismo tingem o presente de diferentes tonalidades. Mas as vozes dos heróis e mártires da Nossa América exigem-nos a audácia de ser livres.

A Segunda e Definitiva Independência não pode ser um anseio lírico murmurado ao vento, nem uma página dourada num livro de história que ainda está por escrever. Deve ser um feitiço de três cantos pronunciado em unísono, um corpo vivo com três órgãos vitais que ou batem juntos, ou morrem juntos. É o ato político e material que nos permitirá, finalmente, ser donos dos fantasmas que habitam a nossa casa.

O primeiro frente é a reconquista da Soberania Política, que supõe o direito fundamental de decidir o nosso próprio destino sem tutelas externas. Significa a expulsão definitiva da Doutrina Monroe, um nefasto legado imperial que, durante duzentos anos, justificou a ingerência e pretendeu converter o continente americano num tabuleiro para os jogos de poder de Washington. Em termos práticos, isto exige o desmantelamento da participação dos povos americanos na Organização dos Estados Americanos (OEA), esse infame «ministério das colónias», como a batizou com desprezo e precisão o Comandante Che Guevara, um fórum concebido para legitimar a vontade de Washington. No seu lugar, a Nossa América deve consolidar e fortalecer a CELAC, a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos, como um espaço próprio, a mesa onde os povos, em pé de igualdade, possam forjar um consenso regional e apresentar ao mundo uma voz unificada e própria.

Mas a independência política é uma casca vazia se não assentar na Soberania Económica. Esta é a tarefa principal para fechar de vez as veias abertas da América. Supõe tomar o controlo da riqueza que emana do continente e que pertence por direito histórico aos seus povos: o lítio dos salares, que deve ser a base do desenvolvimento da classe trabalhadora e não da acumulação de corporações estrangeiras; o petróleo do subsolo, que deve alimentar as indústrias locais e não a maquinaria do consumo; a água doce dos rios e a biodiversidade da nossa Amazónia, que são património dos povos originários e não mercadorias num mercado global. A nacionalização e o controlo popular destes recursos estratégicos é um ato elementar de soberania para garantir um futuro à Nossa América. A partir daí, trata-se de construir uma nova arquitetura financeira que liberte o continente da chantagem da dívida e do FMI, de impulsionar a soberania alimentar para que os povos se alimentem do fruto do seu próprio trabalho e de desenvolver uma industrialização que responda às necessidades próprias e não aos interesses do capital transnacional.

Mas nenhuma destas conquistas será duradoura se não vencermos a batalha no campo das ideias, a guerra contra a colonização das consciências. Devemos combater os espelhos deformantes da propaganda imperial e dos meios hegemónicos que nos incitam a desprezar-nos, a ver a nossa história como um fracasso e a aspirar a ser uma má cópia do opressor. Romper com os reflexos condicionados pelo Império é um ato fundamental de libertação. Significa reivindicar com orgulho as diversas identidades indígenas, afrodescendentes e mestiças, construindo uma narrativa com uma perspetiva própria. E sobre essa base cultural recuperada, devemos defender a educação e a saúde não como negócios ou serviços, mas como direitos humanos inalienáveis e pilares de uma sociedade justa, radicalmente opostos à lógica do capital que tudo converte em mercadoria.

Três frentes inseparáveis numa mesma luta, dado que não pode existir soberania política com uma economia acorrentada, nem soberania económica com uma mente colonizada. Um só nó górdio que devemos desatar com a força coletiva dos nossos povos para sermos donos do nosso próprio destino.

Esta é, em definitivo, a tarefa que aqui nos convocou. O sujeito final de uma nova gesta mediante a construção de um bloco histórico de povos: operários, camponeses, estudantes, mulheres, intelectuais, comunidades originárias... Todos aqueles cujas vidas são negadas pelo sistema, cujos recursos são arrancados pelas garras do imperialismo. O dilema último para nós é sermos livres ou continuar a ser escravos, a independência ou nada, a Pátria Grande ou a colônia. Não existe possibilidade de uma terceira via, não existe atalho possível na nossa tarefa histórica. O exorcismo final dos nossos fantasmas está hoje nas nossas mãos. A luta continua até à vitória final.

Se nos unirmos, seremos mais fortes.

Milita, estuda, debate, luta!

LUMÉ VIVØ.

.AUTOORGANIZAÇÃO ANTIIMPERIALISTA.